



Universidade de Brasília UnB
Departamento de Filosofia FIL
Programa de Pós-Graduação

Débora de Araujo Medeiros

TEMPOS SOMBRIOS:
Karl Jaspers, Norbert Elias e a culpa alemã

Dissertação apresentada como
requisito para a conclusão do Curso de
Mestrado em Filosofia da Universidade
de Brasília UnB.

Orientadora: Prof^a. Dra. Priscila Rufinoni

Brasília

2011

pelo amor, companheirismo, paciência e apoio incondicionais.

Agora, há algo mais temível que o poder dos deuses, algo mais assombroso que uma destinação que não cessa de vigorar: em qualquer lugar, há o terrível e o extraordinário homem.

Sófocles. **Antígona.**

RESUMO

O período de dominação do Nacional-Socialismo inaugurou um mal sem precedentes na História. As barbaridades cometidas pelo regime, destacadamente contra o povo judeu, provocaram uma ruptura com os todos os padrões morais pairam no ar questões fundamentais que nos atormentam a todos, velhas e novas gerações: como a nação alemã civilizada fora capaz de deixar-se seduzir por uma crença tão delirante e criminosa como a de Hitler? Como foi possível o Holocausto ser perpetrado em uma sociedade desenvolvida, entre pessoas civilizadas? Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os alemães, derrotados, eram acusados de terem sido cúmplices dos representantes nazistas, responsáveis pelo extermínio de milhões de seres humanos indefesos. Diante da possibilidade de autoextermínio dos homens aberta pelo ideário nazista, a culpa alemã surge como uma marca aparentemente indelével de toda uma nação. Uma herança passada de geração para geração. Tão importante quanto entender como as pessoas mergulharam nos horrores do nazismo e da guerra é compreender como emergiram, como conseguiram superar o passado e lidar com a própria culpa. Para auxiliar-nos nesta investigação sobre a culpa alemã, convidamos dois grandes pensadores da existência humana do século XX que viveram aqueles tempos sombrios: Karl Jaspers e Norbert Elias.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; alemães; nazismo; judeus; Holocausto; colapso; civilização; culpa; herança; tempos sombrios; Karl Jaspers; Norbert Elias.

ABSTRACT

The period of domination of the National Socialism introduced an unprecedented evil in History. The atrocities committed by the regime, notably against the Jewish people, caused a rupture with all the current moral standarts; promoted "the collapse of civilization". Even today, core issues that stun us all, old and new generations, still hang in the air: how could the civilized German nation be seduced by a belief as

How could the Holocaust be perpetrated in a developed society, among civilized people? By the end of World War II, in 1945, the Germans, defeated, were accused of being accomplices of the Nazi leaders, who were responsible for the extermination of millions of helpless human beings. Faced with If-extermination introduced by Nazi ideology, German guilt emerges as an apparently indelible mark of an entire nation. A legacy passed down from generation to generation. As important as understanding how people plunged into the horrors of Nazism and the war is understand how they emerged, how they managed to overcome the past and deal with their own guilt. To assist us in our research about German guilt, we invite two great twentieth century thinkers of the human existence who lived through those dark times: Karl Jaspers and Norbert Elias.

KEYWORDS: War; Germans; Nazism; Jews; Holocaust; collapse; guilt; inheritance; dark times; Karl Jaspers; Norbert Elias.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1. NORBERT ELIAS E O COLAPSO DA CIVILIZAÇÃO.....	11
1.1. As condições de possibilidade do nacional socialismo.....	13
1.1.1. A extensão territorial da Alemanha.....	19
1.1.2. O histórico de discórdias e conflitos.....	19
1.1.3. As oscilações na autoestima coletiva dos alemães.....	21
1.1.4. A ausência de anti-heróis nacionais.....	22
1.1.5. O estigma da derrota e o nacionalismo exacerbado.....	22
1.1.6. A história de declínio da Alemanha.....	24
1.1.7. A <i>Realpolitik</i> e a crença na violência como decisivo instrumento político.....	24
1.2. Hitler e o nacional-socialismo no poder: engodo e cegueira alemães.....	27
2. KARL JASPERS E O PROBLEMA DA CULPA ALEMÃ.....	41
2.1. A situação espiritual da Alemanha do Pós-Guerra.....	43
2.1.1. Nuremberg, 1945: a culpa vem à tona.....	45
2.1.2. Os alemães sob acusações: um chamado à reflexão.....	54
2.2. O esquema das distinções da culpa.....	61
2.2.1. A culpa criminal.....	61
2.2.1.1. Objeções dos alemães aos Julgamentos de Nuremberg e a negação da culpa.....	64
2.2.2. A culpa política.....	68
2.2.2.1. A negação da concepção de culpa coletiva.....	69
2.2.3. A culpa moral.....	73
2.2.3.1. As justificativas para o autoengano.....	74

2.2.4. A culpa metafísica.....	81
2.3. Os esclarecimentos decorrentes dos conceitos de culpa.....	83
2.4. A inafastabilidade da culpa alemã.....	91
2.4.1. Atenuantes possíveis.....	93
2.4.1.1. O terrorismo.....	93
2.4.1.2. Contextos causais históricos.....	95
2.4.1.2.1. Condicionamentos geográficos.....	96
2.4.1.2.2. A situação histórica mundial.....	98
2.4.1.3. A culpa dos outros.....	99
2.5. A autoelucidação dos alemães.....	109
2.5.1. Mútuas acusações.....	111
2.5.2. Rebaixamento e orgulho.....	113
2.5.3. Distrações evasivas.....	117
2.5.4. Esquivar-se no universal.....	118
3. CULPA ALEMÃ: PURIFICAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PERDÃO.....	123
CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o povo alemão, derrotado e humilhado, encontrava-se em completo abatimento econômico, político e, principalmente, moral. A autoestima da nação estava dilacerada. Os alemães, aos olhos do mundo e aos seus próprios, eram acusados de terem sido cúmplices dos líderes nazistas, responsáveis pelo extermínio de cerca de seis milhões de judeus. O desalento não poderia ser maior. Atualmente, decorridos sessenta e seis anos do fim da Guerra, ainda pairam no ar questões fundamentais que nos atormentam a todos, velhas e novas gerações: como a nação alemã civilizada fora capaz de deixar-se seduzir por uma crença tão delirante e criminosa como a de Hitler? Como foi possível o genocídio judeu ter ocorrido numa sociedade desenvolvida, entre pessoas civilizadas? É claro que a pergunta é retórica, pois sabe-se que, se a relação entre o pensamento e os acontecimentos históricos não é determinista, também não é gratuita ou aleatória. Pode-se afirmar, com Benjamin, em *Sobre o conceito de história*, que:

O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ainda sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (Benjamin, 1987, p. 222).

Assim, diante da possibilidade de autoextermínio dos homens inaugurada pelo ideário nazista, a culpa alemã surge como uma marca aparentemente indelével de toda uma nação. Uma herança passada de geração

para geração. Gitta Sereny, em *O trauma alemão: experiências e reflexões, 1938-2000*, destaca que:

Quase todos os filhos de homens que foram nazistas de alta patente haviam se esforçado para vencer os mecanismos de bloqueio que distorcem ou suprimem até completamente a verdade sobre os anos da guerra. Segundo alguns deles, se seus pais houvessem admitido a extensão de seu envolvimento com o Terceiro Reich e com suas consequências, as coisas poderiam ser diferentes: já que não o fizeram em vida, o enfrentamento da verdade foi deixado para as gerações seguintes. Incapazes de sentir vergonha ou arrependimento, os pais deixaram como legado aos filhos um sentimento de culpa terrível. (Sereny, 2007, p. 345).

Tão importante quanto entender como as pessoas mergulharam nos horrores do nazismo e da guerra é compreender como o povo alemão despertou após a tragédia. Para auxiliar-nos na investigação sobre a culpa alemã, convidamos dois grandes pensadores da existência humana do século XX: Karl Jaspers e Norbert Elias.

Preliminarmente, é preciso situar-nos no contexto alemão, especialmente com respeito à estrutura social e à formação da personalidade alemã, de onde brota a referida culpa. Para tanto, utilizaremos o ensaio *O colapso da civilização*, que compõe a obra *Os Alemães – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, de Elias. A investigação empreendida nessa obra será, portanto, o nosso pano de fundo a partir do qual passaremos, em seguida, à análise propriamente do problema da culpa alemã. Nesta segunda etapa, valer-nos-emos da obra *O problema da culpa*, de Jaspers. A sua análise sobre a culpa foi motivada pelos Julgamentos de Nuremberg, ocorridos logo após o fim da Segunda Guerra, os quais levaram para o banco dos réus os principais líderes e organizações nazistas, tendo como espectadores os próprios alemães.

Este trabalho não se propõe a fazer uma análise dos acervos bibliográficos de Jaspers e Elias. Recorreremos a categorias e expressões-chave presentes em outras obras somente quando forem necessárias para contextualizar o tema em comento, ou quando estiverem pressupostas na argumentação de nossos interlocutores. Tampouco faremos uma exegese ampla da culpa; mas sim, especificamente, uma leitura bastante circunscrita da culpa sob a perspectiva trazida por Jaspers na sua obra *O problema da culpa*, tendo como pano de fundo histórico a análise feita por Elias em *O colapso da civilização*. Estas serão nossas referências cardiais. Dito isso, ficam as perguntas: Por que Jaspers e Elias somente? Por que essas duas obras especificamente? E por que a culpa, enfim?

O século XX deve tanto a Jaspers quanto a Elias um empreendimento notável: o de uma reflexão corajosa sobre uma nação em crise, abalada em suas bases mais sólidas. As investigações de ambos coincidem em um ponto fundamental: mesmo inseridas em um contexto de ruptura sem precedentes, em face das atrocidades praticadas sob o jugo nazista, e do conseqüente naufrágio dos alemães na apatia moral, na desconfiança mundial e na culpa, elas ainda apontam para uma luz no fim do túnel para as atuais e futuras gerações. Finda a Guerra, apesar de todos os estragos feitos pelo nacional-socialismo, Jaspers e Elias não perderam as esperanças de dias melhores. De pé, restou a fé (racional) no homem. Diante da destruição total, sem apoios ou corrimãos, eles foram capazes de parar para pensar e de levar adiante seus pensamentos de forma autônoma, sem, com isso, caírem no niilismo ou no otimismo infundado. Além disso, Jaspers e Elias compartilham uma condição existencial fundamental com o problema da culpa alemã: eles mesmos foram alemães fortemente vinculados ao sofrimento dos judeus.

Karl Jaspers nasceu em Oldenburg, na Alemanha, em 23 de fevereiro de 1883. Ele, que teve uma formação em Medicina, tendo-se dedicado de modo especial à Psiquiatria, encontrou na Filosofia, no campo da *filosofia da existência*, fundamentalmente, um terreno fértil para pousar suas reflexões sobre o homem e suas questões fundamentais. Em 1921, tornou-se professor de Filosofia na Universidade de Heidelberg. Em 1937, perdeu sua cátedra, sendo expulso pelo regime nacional-socialista por razões políticas. Em 1938, foi proibido de exercer a docência e, logo depois, em 1939, foi impedido de publicar seus textos. O fato de ter-se tornado alvo do regime totalitário que se instalava na Alemanha e de ter sofrido na pele, juntamente com a sua mulher, Gertrud Mayer, judia, a constante ameaça da deportação e da morte deixou-o profundamente perplexo, conforme se constata desta sua declaração:

Eu experimentei com minha mulher internamente esta ameaça da existência física, sem poder nos defender, durante longos anos. Externamente, saímos ilesos. O transporte (ao campo de concentração, E.G.V.) estava definido para o dia 14 de abril de 1945. Em 1º de abril, Heidelberg foi ocupada pelos norte-americanos. Um alemão não pode esquecer que ele e sua mulher devem as suas vidas aos norte-americanos em face dos alemães que, em nome do Estado alemão nacional-socialista, queriam destruí-los.¹ (Jaspers, 1998a, p. 11; tradução nossa).

Para Jaspers, aquela experiência vivida na Alemanha de Hitler, compartilhada com sua mulher e com seus concidadãos, abriu-lhe os olhos para uma situação de horror, até então, inimaginável de ser empreendida pelo homem. A experiência pessoal do nacional-socialismo, portanto, foi sentida por Jaspers como

¹ ente esta amenaza de la existencia física, sin podernos defender, durante largos años. Externamente salimos ilesos. El transporte (al campo de concentración, E.G.V.) estaba fijado para el 14 de abril de 1945. El 1 de abril, Heidelberg fue ocupada por los norteamericanos. Un alemán no puede olvidar que él y su mujer deben la vida a los norteamericanos contra los alemanes que en nombre del Estado alemán nacionalsocialista querían

uma autêntica *situação-limite*² – para usar uma expressão sua forçando-o a repensar o papel do homem tanto na sua autodeterminação enquanto indivíduo quanto na condução política de sua sociedade. Como *ser-situado*³ no contexto de um regime que tolheu as liberdades individuais e, por conseguinte, que levou à perda das garantias jurídicas dentro do próprio Estado, Jaspers viu-se despertado e provocado a refletir sobre as circunstâncias da sua época e, precisamente, sobre a culpa que recaía sobre a nação alemã pelas atrocidades cometidas pelo nazismo. Então, ao fim da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1945-46, Jaspers deu um depois, suas notas foram reunidas e publicadas, constituindo-se o seu livro *O problema da culpa (Die Schuldfrage)*, sobre o qual nos debruçaremos neste trabalho.

Assim, diante do quadro de absoluto flagelo moral, de apatia política de grande parte da sociedade, Jaspers, que sofreu na própria pele a dor de ser expulso de sua terra, que teve os seus direitos fundamentais violados e que viu os seus concidadãos e entes mais queridos serem vítimas das maiores atrocidades, não se furtou à responsabilidade política de ajudar na reconstrução da sociedade alemã por meio da reflexão e do juízo crítico acerca do colapso de sua nação. Para tanto, ele teve de deixar de lado os seus próprios sentimentos e, desapaixonadamente, tentar

² - o pela primeira vez, em 1919, em *Psicologia das visões de mundo [Philosophie der weltanschauungen]*, e que perpassou todas as

experienciadas, pensadas nos limites de nossa - a elas é o fato de que sempre na cisão sujeito-objeto, no mundo objetivo-concreto não há *nada sólido*, nenhum absoluto indubitável, nenhum apoio que oferecesse firmeza e estabilidade a cada experiência e a cada pensamento. Tudo flui, o absoluto, o essencial. [...] Essas situações-limite como tais são insuportáveis para a vida e, assim, quase nunca se apresentam em toda a sua clareza à nossa experiência viva; na prática [*faktisch*] quase sempre possuímos um apoio [*half*] diante das situações-

³ -em- *Dasein* *Existenz*). Aquele corresponde ao homem empírico que se apresenta ao mundo, ao passo que esta consubstancia-se no transcender, no estar fora ou para além da *situação*. Neste sentido, para Jaspers, o homem, empírico e particularmente considerado, não é só um ser do mundo, mas um ser *no mundo*.

compreender as razões que levaram àquele estado de coisas no seio de uma sociedade desenvolvida do século XX. Nesta concepção, a reflexão era o meio mais apropriado para lidar com a culpa que assolava o povo alemão e, como via para a paz, aquela a ser trilhada para evitar novos tempos sombrios entre os homens. Essa disposição de Jaspers de abertura para o pensamento está, pois, fortemente relacionada com o fato de ele ter sido colocado na situação histórica de destruição total e de ruptura sem precedentes como testemunha viva. Assim, podemos falar que Jaspers foi um sobrevivente do naufrágio da humanidade sem paralelo na História, causado pelo atroz regime nazista; mas um sobrevivente que, por meio de um esforço impressionante, pretendeu, no fim das contas, nada menos que uma reconciliação não só com os alemães, mas com o mundo. Sendo assim, a *sua situação* vincula-o ao tema da culpa de uma forma bastante determinante. Jaspers faleceu na Basileia, Suíça, em 26 de fevereiro de 1969.

Norbert Elias, por sua vez, foi um alemão igualmente situado no contexto do nacional-socialismo e que, por isso, também sofreu na pele todas as barbaridades nazistas. Nasceu em Breslau, em 22 de junho de 1897, de família alemã judia. Nos anos 30, quando lecionava Sociologia em Frankfurt, conheceu Jaspers, de quem ganhou reconhecimento e respeito. Combateu na Primeira Guerra Mundial e, com o advento da Segunda Guerra, foi forçado a se exilar, indo morar, primeiramente, na Suíça e, depois, em Paris em 1933. Em 1935, mudou-se para a Inglaterra, onde passou longo tempo de sua vida, naturalizando-se cidadão britânico. Por lá, permaneceu até meados dos anos 70. Na década de 80, passou a lecionar em diversas universidades alemãs e holandesas. Neste período, decidiu fixar residência em Amsterdã, onde viria a falecer em 1º de agosto de 1990, aos 93 anos de idade.

Elias precisou de quase duas décadas para ser capaz de escrever sobre o período de domínio nazista em que ocorreram a implacável perseguição aos judeus e o extermínio de milhões deles pelo mundo, dentre os quais o da sua própria mãe, morta nas câmaras de gás em Auschwitz, por volta de 1941. Portanto, os crimes nazistas, assim como para Jaspers, foram para Elias verdadeiras *situações-limite*. Para quem viu de tão perto o horror de tal regime, era necessário não só fôlego para se lançar na tarefa de analisar tempos tão sombrios, mas, sobretudo, autodistanciamento e imparcialidade quase sobre-humanos. *Os alemães (Studien über die Deutschen)* foi publicado em 1989, um ano antes de Elias falecer. O livro é um compêndio de textos, ensaios e conferências elaborados ao longo de anos. Para este trabalho, o foco central com relação a essa obra será o seu quarto capítulo: *O colapso da civilização*. Este foi um ensaio escrito originariamente em inglês, sob o título *The collapse of civilization*, em 1961-62, cuja elaboração foi motivada pelo julgamento de Eichmann em Jerusalém. Para Elias, o julgamento em questão simbolizou um marco na história contemporânea, na medida em que trouxe à tona a lembrança dos crimes nazistas. Neste sentido, ele afirma:

Antes do julgamento de Eichmann, a enorme capacidade humana para esquecer coisas dolorosas, sobretudo se aconteceram a outras pessoas relativamente impotentes, já tinha começado a fazer seu trabalho. A lembrança de como um Estado moderno tinha desejado exterminar uma detestada minoria estava se esvaindo aos poucos do espírito das pessoas. O julgamento de Jerusalém reativou a memória, colocando uma vez mais em foco, de modo abrupto, os crimes nazistas. Tornou-se inválida toda a discussão sobre se teria sido preferível, ou não, deixar que a lembrança dos assassinados e dos assassinos caísse na obscuridade com, no máximo, meia dúzia de parágrafos dispersos num livro de história como epitáfios. Agora, as lembranças voltavam. E eram instrutivas as circunstâncias desse retorno. (Elias, 1997, p. 269).

Elias sustenta que, paralelamente à recordação mundial do massacre dos judeus pelos nazistas, o julgamento de Eichmann trouxe muitas indagações, como as próprias questões postas na abertura deste trabalho, bem como reflexões profundas sobre a condição humana, dentre elas o problema da culpa. Instigado pelo caso Eichmann, que levantou o véu que e

sociais que possibilitaram o advento de uma forma de extermínio em massa sem precedentes no seio de uma sociedade civilizada do século XX. Estava firmemente disposto a buscar uma explicação para os eventos daquela época, mas era

Elias, com o seu ensaio *O colapso da civilização*, servirá como apoio para situar a culpa no contexto da formação da personalidade, da estrutura social e do comportamento do alemão, os quais, combinados, permitiram a ascensão de Hitler ao poder e os genocídios nazistas.

Diante disso, as razões para a escolha de Jaspers e Elias como nossos interlocutores e dos seus respectivos textos residem no fato principal de que tais obras representam um significativo empenho desses pensadores em compreender o contexto da Alemanha dos anos 30, de onde brota o problema da culpa alemã, tendo sido eles próprios tocados de forma marcante pelas experiências perpetradas pelo nazismo. Assim, Jaspers e Elias são homens *situados* em uma era muito particular da História, de modo que suas existências são testemunhos vivos de uma abrupta ruptura que o mundo sofreu por conta de um mal irrevogável, até então desconhecido, que se infligiu à humanidade pelas mãos dos próprios homens. Instigados pelos julgamentos em face dos principais atores e representantes do

regime nazista Jaspers pelos primeiros Julgamentos em Nuremberg, e Elias pelo Julgamento de Eichmann em Jerusalém , esses pensadores lançaram luz sobre o sombrio e atordoante problema da culpa, que parece perseguir os alemães geração após geração.

Ressalte-se que, por meio dos textos selecionados, a culpa será pensada politicamente, isto é, não como um sentimento ou um castigo de cunho religioso que acomete os homens, mas como ação e escolha diante da própria existência. Portanto, se entendermos a política como um genuíno problema filosófico, conforme proposto por Hannah Arendt, então a culpa torna-se uma grande questão para a Filosofia também. Sendo assim, ao buscar respostas para a questão central de como a Alemanha, desenvolvida, caiu no engodo do nacional-socialismo, a culpa, advinda desse contexto histórico específico, surge como questão relevante a ser enfrentada filosoficamente.

Ademais, pensar o problema da culpa alemã situada historicamente requer que se faça uma leitura igualmente circunscrita no tempo e no espaço. Esse foi também um fator determinante para a escolha de Jaspers e de sua obra: *O problema da culpa*, como texto principal sobre a culpa alemã propriamente; e de Elias, com *O colapso da civilização*, como pano de fundo histórico para situar o problema ora em questão. Tanto Jaspers como Elias viveram na Era Nazista e, em grande medida, compartilharam uma situação existencial específica: eram de origem alemã e, com o advento do nazismo, foram expulsos de sua terra. Porém, a distância geográfica não os afastou espiritualmente da sua nação, da sua gente. Como sobreviventes de tempos sombrios, assumiram a tarefa de pensar as questões que conduziram àquele estado de terror sem precedentes na História. Seus textos, portanto, não são meros relatos de uma época distante, sobre povos

distantes. Jaspers e Elias dispuseram-se a escrever sobre o seu próprio tempo e sobre o seu próprio povo. Dessa forma, suas análises e reflexões convertem-se em efetivas ações políticas.

Diante desse quadro, o caminho a ser percorrido neste trabalho de análise da culpa alemã consistirá em três partes fundamentais: (i) Com *O colapso da civilização*, de Elias, analisaremos as características do povo alemão seu *habitus*, sua idiosincrasia, sua personalidade, seu comportamento e sua estrutura social que se combinaram, segundo o autor, para possibilitar a ascensão de Hitler ao poder e a perpetração dos crimes nazistas na Alemanha dos anos 1930-40. Esta será tarefa a ser enfrentada logo no primeiro capítulo. (ii) Com *O problema da culpa*, de Jaspers, adentraremos no terreno da culpa alemã propriamente, a partir das questões suscitadas e por ele analisadas pelos primeiros Julgamentos de Nuremberg em face dos principais líderes e colaboradores nazistas conduzidos perante o Tribunal Militar Internacional (TMI). A análise da culpa alemã da perspectiva de Jaspers, tendo em vista esses julgamentos, será, portanto, objeto de nosso segundo capítulo. (iii) Por fim, no terceiro e último capítulo, tomando-se as concepções de Jaspers acerca do problema da culpa levantadas pelos Julgamentos de Nuremberg e com o auxílio de Elias na contextualização histórica da formação da personalidade alemã, veremos se é viável a transformação dos alemães e, em sendo, por qual caminho; e se é possível o perdão.

Neste contexto, o próprio leitor é convidado a participar reflexivamente, uma vez que tocaremos em questões referentes à existência humana. No entanto, este trabalho não tem ambições de oferecer uma resposta definitiva à questão da culpa alemã, ou um panorama geral de tão vasto tema. Nem sequer se poderia ter tal pretensão. Neste sentido, o enfoque escolhido deixa como pano de fundo autores

seminais para se relacionar filosofia e nacional-socialismo, tais como Martin Heidegger, Walter Benjamin e, evidentemente, Hannah Arendt⁴. Baseia-se em um

É da autora uma das análises mais elaboradas e polêmicas do Julgamento de Jerusalém⁵. Mas, pelo escopo de um trabalho como este e pelo próprio caminho traçado, tais autores, que poderiam figurar em uma introdução ao tema (Heidegger e Benjamin) e em um capítulo final (Arendt), serão apenas citados quando elucidarem os dois pensadores e as duas perspectivas escolhidas.

Por fim, acolheremos as reflexões e análises empreendidas por nossos interlocutores, conscientes de que nenhuma será a última. Cada qual nos conduzirá a novas e inquietantes indagações. Nisso, precisamente, consiste o filosofar. Nas palavras de Jasp

não é desviar-

(Jaspers, 1998b, p. 121). O que almejamos aqui é sugerir novas maneiras de se vislumbrar e abordar o problema da culpa alemã, situada no contexto político do Pós-Segunda Guerra, a partir da análise das obras escolhidas. Desejamos que este trabalho seja um instrumento de ressonância dos chamados e propagação da luz que Jaspers e Elias lançaram à sociedade alemã. Acreditamos que seus esforços de superar aqueles tempos sombrios pela via do pensamento e da reflexão ainda ecoam e iluminam os tempos atuais. Assim, os empreendimentos de ambos consubstanciam-se em alternativa viável à mudança de perspectiva em relação a condições fundamentais da existência humana, tais como: responsabilidade, obediência, autodeterminação, liberdade, pensamento, julgamento e alteridade, ou

⁴ Textos tais como: (i) *A Autoafirmação da universidade alemã* (1933), de Heidegger; (ii) *Sobre o conceito de história* (1940), de Benjamin; e (iii) *As origens do totalitarismo* (1951) e *Homens em tempos sombrios* (1955), de Arendt.

⁵ *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963).

mesmo um alerta para que novos tempos sombrios não se instalem entre os homens. Portanto, se conseguirmos levar nosso leitor a *parar para pensar*, a exemplo de Jaspers e Elias, nosso trabalho já terá cumprido o seu papel.

1. NORBERT ELIAS E O COLAPSO DA CIVILIZAÇÃO

Elias, em seu ensaio *O colapso da civilização*, escrito nos anos de 1961-62, observa qu

organização social daqueles tempos era regida pelo sistema feudal de produção, baseado no trabalho servil. Os senhores feudais detinham a posse das terras e dos seus trabalhadores, tendo sobre estes o poder de vida e morte. Então, em *tempos modernos*⁶, imperava a crença de que todo o desenvolvimento técnico-científico alcançado não se coadunava mais com as barbaridades, selvagerias e irracionalidades de eras passadas. Mas, segundo Elias, os Julgamentos de Nuremberg que revelaram todos os crimes e atrocidades nazistas quebraram essa fé no progresso tão fortemente enraizada na autoimagem do homem moderno. Nas palavras de Arendt, em *As origens do totalitarismo* radical antes ignorado põe fim à noção de gradual desenvolvimento e transformação

O homem revoltado, afirma:

Os crimes hitleristas e, entre eles, o massacre dos judeus não têm equivalência na história, porque a história não tem nenhum exemplo de que uma doutrina de destruição total jamais tenha sido capaz de apoderar-se das alavancas de comando de uma nação civilizada. Mas, sobretudo, pela primeira vez na história, os governantes de um

⁶ Ironicamente, *Tempos Modernos (Modern Times)* é o título do clássico filme do cineasta britânico *The Tramp*, tenta sobreviver em meio ao caos e mecanicismo de um mundo industrializado. Ele é trabalhador de uma linha de montagem de uma fábrica. Um dia, após um surto nervoso em função do intenso ritmo exigido pelo trabalho braçal e repetitivo, o personagem é demitido e internado em um sanatório. Depois de um longo período de tratamento, ele fica curado, mas está desempregado. Sua intenção é começar uma nova vida, mas se vê em meio a uma crise generalizada e acaba sendo preso, confundido com um agitador comunista, que liderava uma marcha de operários em protesto.

país utilizaram o seu imenso poder para instaurar uma mística fora de qualquer moral. (Camus, 2008, p. 216).

Então, como explicar que atos tão atrozes, perpetrados pelos alemães nazistas, pudessem ter ocorrido numa sociedade tão desenvolvida, entre pessoas

tipo de explicação não revelava muita coisa. Ao contrário, deixava encobertas as questões mais fundamentais para realmente se compreender esses eventos incompatíveis com os padrões considerados distintivos das sociedades modernas desenvolvidas. Então, ele sugere uma abordagem da questão em outros termos:

condições sociais, que propiciaram barbarismos desse gênero e que poderiam favorecer-

vai ao encontro da de Robert S. Wistrich, em *Hitler e o Holocausto*, que afirma:

Para ser implementado, o Holocausto exigia mais do que uma ideologia apocalíptica do antissemitismo. O fenômeno foi, também, um subproduto da sociedade mais moderna e tecnicamente avançada da Europa e que contava com uma burocracia extremamente organizada. A execução em massa, planejada, industrializada, conforme ocorreu em campos de extermínio como Auschwitz-Birkenau e Treblinka, não tinha precedentes na história da Europa e do mundo. Mas, milhões de judeus foram também mortos por alemães e seus aliados por meio de métodos mais primitivos,

pereceram em cativeiros germânicos [...]. Alguns, como Daniel Goldhagen, argumentaram que os alemães levaram a termo tal mortandade porque eram alemães; isso é porque possuíam política cultural e mentalidade baseadas no orgulho nacionalista do *Völk* germânico, pré-

que remontava, pelo menos, a meados do século XIX. No entanto, antes de Hitler, o antissemitismo racista (*völkisch*) não fizera grandes

incursões na Alemanha (embora não fosse, absolutamente, insignificante). (Wistrich, 2002, p. 16).

Segundo Elias, por mais que os Julgamentos primeiramente, de Nuremberg, e, depois, de Jerusalém tivessem no banco dos réus indivíduos de carne e osso, eles eram produto de uma conjuntura social específica. Para além da suposta culpa pessoal dos acusados, pelos crimes que cometeram sob o regime nazista, havia a responsabilidade de toda uma nação pela produção desse tipo de esteja completamente orientado para a condenação, deve-se, não obstante, procurar uma explicação; e a tentativa de explicar não é, necessariamente, uma

1.1. As condições de possibilidade do nacional-socialismo

Debruçado sobre os fatos e os acontecimentos da Alemanha nazista, Elias reconhece que a tentativa de aniquilar toda a população de judeus nos territórios sob o domínio alemão não encontrava paralelo na História. Ressalta que, em outros momentos de guerra e conflitos, mesmo diante de ódios e ressentimentos mútuos, as partes envolvidas mantinham intocável um núcleo de regras mínimas de conduta e tratamento, de respeito mútuo pelo reconhecimento da humanidade que cada um carregava em si. A própria guerra tinha as suas leis. No entanto,

Na atitude dos nacional-socialistas em relação aos judeus nada disso sobreviveu. Pelo menos num nível consciente, o tormento, sofrimento e morte de judeus não parecia significar para eles mais do que a eliminação de moscas. A par do modo de vida que os SS se permitiam levar nos campos de concentração e aquele que era aí imposto aos seus prisioneiros, o assassinato em massa de judeus foi provavelmente, como se disse, a mais profunda regressão ao barbarismo na Europa do século XX. (Elias, 1997, p. 276).

Gitta Sereny, em *O trauma alemão: experiências e reflexões, 1938-2001*, observa que, nesses campos, criados exclusivamente para matanças, nada foi preservado:

os ossos não consumidos pelo fogo eram moídos até que tudo que sobrasse fossem cinzas e um pó branco, os quais, misturados com a terra de tons claros da região, tornavam-se impossíveis de distinguir anos depois. (Sereny, 2007 pp. 360-61).

Arendt, por sua vez, considera que os campos de concentração são a concretização

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava o sino, mesmo que não tivesse fome, era um animal degenerado. (Arendt, 2009b, pp. 488-89).

Segundo Elias, tais atitudes dos nazistas contra os judeus não

Havia a justificativa, do lado dos nazistas, de que os judeus foram os responsáveis por todos os infortúnios pelos quais a Alemanha teve de enfrentar desde a derrota em 1918 até os humilhantes constrangimentos do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, o qual, nas palavras de Eric Hobsbawm, em *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*

segundo o autor, era

Justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável

-la enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a Alsácia-Lorena voltasse à França e

além de alguns ajustes menores nas fronteiras alemães; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-
da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar [...] (Hobsbawm, 2001, p. 41).

Ademais, os judeus também eram apontados como os responsáveis pelas dissidências entre a Alemanha e as demais nações. Por tudo isso,

Pôr fim à conspiração da raça judaica era, com frequência, o objetivo declarado de Hitler e do movimento nacional-socialista. Desde os primeiros dias do movimento, tinha encontrado expressão popular em *slogans*, t *Juda verecke*

wenn das Judenblut vom Messer spritzt

(Elias, 1997, p. 277).

Para Arendt, trata-

[...] Os judeus, por serem um grupo inteiramente impotente, ao serem envolvidos nos conflitos gerais e insolúveis da época, podiam facilmente ser acusados de responsabilidade por esses conflitos e apresentados como autores ocultos do mal. O melhor exemplo e a melhor refutação dessa explicação, que é tão grata aos corações dos liberais, está numa anedota contada após a Primeira Grande Guerra. Um antissemita alegava que os judeus haviam causado a

(Arendt, 2009b, p. 25).

da com a fé dos judeus em

Arendt chama a atenção para o perigo dessa crença que confundia o antissemitismo moderno com o antigo ódio religioso antijudaico:

Esse erro é compreensível: na sua assimilação, processada à margem do cristianismo, os judeus desconheciam-lhe o aspecto religioso e cultural. Enfrentando o cristianismo em declínio, os judeus podiam imaginar, em toda a sua inocência, que o antissemitismo correspondia a uma espécie de retrocesso, à medieval e anacrônica ou a incompreensão do seu próprio passado foi, em parte, responsável pela fatal subestimação dos perigos reais e sem precedentes que estavam por vir. Mas, é preciso lembrar também que a inabilidade de análise política resultava da própria natureza da história judaica, história de um povo sem governo, sem país e sem idioma [...], de sorte que os judeus assumiam diversos papéis na sua atuação histórica, tropeçando em todos e não aceitando responsabilidade por nenhum deles. [...] Em comparação com a teoria do bode expiatório, essa explicação tem

(Arendt, 2009b, pp. 27-28).

Para Elias, a explicação para a decisão tomada pela liderança nazista para suprimir todos os judeus em seu poder não se revestia de grandes complexidades:

Era tão-só uma questão de cumprimento de uma crença profundamente arraigada que tinha sido central para o movimento nacional-socialista desde o começo. De acordo com essa crença, a

ente concebida exigia a remoção e, se necessário, a destruição de todos os grupos humanos

todas as pessoas de cepa judaica. (Elias, 1997, p. 277).

Nessa concepção, os nazistas simplesmente nutriam a crença de que os judeus, por conta de suas características raciais inatas, estavam predestinados a odiar o

-germânico, a tal ponto de desejar o seu aniquilamento. Em face disso, portanto, por amor à sua pátria e em defesa da raça ariana, outra não poderia ser a missão dos alemães nazistas: destruir os próprios judeus antes que

Nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser

governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo o mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa com certa plausibilidade matá-la em autodefesa. É, sem dúvida, um método meio grosseiro, mas funciona (Arendt, 2009b, p. 474).

Elias chama a atenção para o fato de que os nazistas não obtiveram com o extermínio dos judeus nenhum dos proveitos que, até então, eram perquiridos por povos que se punham em conflitos com outros. A morte da população judaica não propiciou liberação de mais terras, tampouco foi fonte de aumento de poder político interno e/ou externo. Em termos econômicos, todo o aparato para *Endlösung der Judenfrage*) foi

crime gratuito desvinculado tanto das necessidades

Arendt:

Os nazistas levaram essa inutilidade ao ponto de franca antiutilidade quando, em meio à guerra e a despeito da escassez de material rolante e de construções, edificaram enormes e dispendiosas fábricas de extermínio e transportaram milhões de pessoas de um lado para o outro. Aos olhos do mundo estritamente utilitário, a evidente contradição entre esses atos e a conveniência militar dava a

todo o sistema a aparência de louca irrealidade. (Arendt, 2009b, p. 495).

p. 276). Assim, uma tentativa de explicar o extermínio dos judeus pelos nacional-socialistas, ter-se-ia de apoiar em novas bases, visto que esse evento mostrava-se

No entanto, na estrutura da ideologia totalitária, nada poderia ser mais sensato e lógico. Se os presos são insetos daninhos, é lógico que sejam exterminados por meio de gás venenoso; se são degenerados, não se deve permitir que contaminem a população; se ém deve perder tempo tentando reeducá-los. Vistos através do prisma da ideologia, os campos parecem até ser lógicos demais. (Arendt, 2009b, p. 498).

Elias ressalta que, por muito tempo, as pessoas não só da Alemanha, mas do mundo inteiro, ignoraram as palavras proferidas pelos nazistas. Havia uma incredulidade compartilhada de que nada do que se dizia seria posto em prática. Era inconcebível acreditar no contrário, pensava-se. Sendo assim, tudo não passava de e. Mas, a despeito dessa desconfiança generalizada, os nazistas efetivaram o que disseram, e o extermínio

nte aí que

sua vez, afirma:

Durante um tempo considerável, a normalidade do mundo normal é a mais eficaz proteção contra a denúncia dos crimes em massa dos regimes totalit

-se a crer em seus próprios olhos e ouvidos, tal como os homens da massa não

confiaram nos seus quando se depararam com uma realidade normal onde já não havia lugar para eles. (Arendt, 2009b, p. 487).

As pessoas dentro e fora da Alemanha nutriam, ainda, a esperança de

quipamento

conceitual

-

(Elias, 1997, pp. 281-82), ressalta Elias.

O movimento começou como uma seita. Seu líder acreditou, desde o começo, em sua missão messiânica, em sua missão de salvador da Alemanha. Muitos de seus membros também acreditavam nisso. E, transportados milagrosamente para o topo, no auge de uma prolongada crise, tornou-se absoluta e inabalável a certeza de que suas crenças eram verdadeiras, seus métodos justificados e o êxito de sua missão predestinado. (Elias, 1997, p. 282).

De volta à questão do porquê de uma regressão tão violenta ao barbarismo ter se dado justamente na sociedade alemã, Elias reafirma que a resposta implica compreender o desenvolvimento da Alemanha como sociedade. Em outras palavras, o colapso da civilização decorrente da ascensão do movimento nazista e seus

habitus daquela sociedade. Vejamos as características e as circunstâncias peculiares à Alemanha que, na visão de Elias, foram determinantes para a ascensão de Hitler e do nacional-socialismo.

1.1.1. A extensão territorial da Alemanha

Entre os elementos determinantes do desenvolvimento da Alemanha que culminaram com a ascensão de Hitler e do regime nazista ao poder, Elias

destaca a extensão territorial. Durante longo tempo, os alemães estiveram envolvidos em conflitos internos, em decorrência das inúmeras subdivisões do Primeiro Império alemão. Essas lutas constantes provocaram rompimentos e fragmentações, resultando em enfraquecimento da Alemanha perante as outras nações europeias. Para Elias, a fragilização e a impotência do Estado alemão frente aos demais repercutiram negativamente na autoimagem dos alemães, os quais passaram a se ver como indivíduos impossibilitados de conviver pacificamente. Disso, advieram duas consequências marcantes para a sociedade alemã: (i) o receio de não encontrar um modo pacífico de convivência, e (ii) o anseio de uma autoridade central suficientemente forte para pôr fim à dissensão. Então, na visão de Elias, a combinação desses dois traços da personalidade alemã

Prepararam o terreno para uma predisposição a reagir, de um modo específico, à experiência traumática de fragmentação o sentimento, que se firmou repetidas vezes, de que a disposição natural dos alemães significa estarem eles destinados a permanecer desunidos, a menos que um homem forte um Kaiser ou um Führer surja e seja capaz de protegê-los de si mesmos, não menos que de seus inimigos. (Elias, 1997, p. 284).

1.1.2. O histórico de discórdias e conflitos

Além disso, segundo Elias, o histórico de discórdias e conflitos da Alemanha levou a uma verdadeira aversão dos alemães pela democracia parlamentar, marcada pelos debates políticos na arena pública multipartidária. Este era outro fator determinante apontado por Elias para o surgimento do nacional-socialismo. Os alemães repugnavam todo e qualquer resquício de desavença, de dissenso. Disso, adveio, nesta concepção, o anseio tão fortemente arraigado na sociedade alemã por ordem e disciplina, bem como de uma fonte central de poder. Elias destaca que, no decorrer dos anos de 1920-30, entre as pessoas cultas e

educadas da sociedade alemã, podiam-
parlamentar pode ser muito boa para americanos e britânicos, mas não serve para nós. É não- . Esse desejo profundo do povo alemão pela vinda de um homem forte e disciplinador a conduzir o seu país estava, portanto, ligado ao passado histórico daquela sociedade. As lembranças do grande império alemão de outrora não se tinham apagado da memória de grande parte dos alemães. Tanto é que conceitos daquela época foram mantidos vivos com alta carga significativa; dentre eles, o termo *Reich*. Dessa forma, segundo Elias, ganhou força a tendência entre os alemães a construir uma idealização do que acreditavam que a Alemanha deveria voltar a ser. Criou-

Em 1871, a Alemanha parecia caminhar para a afirmação da imagem ideal tão fortemente sonhada pelos alemães. O novo Estado alemão voltou a unificar-se e, por um tempo, ostentou a condição de potência europeia. Entretanto, em 1918, a Alemanha amargou outra derrota. A partir daí, vieram os chamados

⁷. Para Elias, o idealizado Terceiro Reich foi a derradeira tentativa dos alemães de ressuscitar o *Reich* vitorioso com que tanto sonharam. Portanto, o orgulho nacional e a autoestima coletiva dos alemães, comparativamente com outras nações, apresentavam muito mais fragilidades e instabilidades. Para Elias, esses reveses pelos quais passou a Alemanha, tão fortemente abalada em sua autoestima por constantes conflitos e derrotas, trouxeram grande insegurança para os alemães, de modo que eles

Eram inclinados a suspeitar de que os outros os olhavam com desdém. Quase pareciam esperar isso e eram propensos, com ou

⁷ Com a derrota iminente na Primeira Guerra Mundial, os fortemente autocráticos e conservadores líderes militares da Alemanha acabaram por entregar o poder para o Partido Social-Democrata da Alemanha PSD (*Sozialdemokratische Partei Deutschland*). Diante das circunstâncias, o PDT viu-se obrigado a negociar a paz (lê-se: a rendição alemã na Guerra). Em vista dessa nova realidade democrática, marcada por derrotas e humilhações, entre os alemães, criou-se um clima de nostalgia da poderosa Alemanha dos áureos tempos do Império.

sem razão, a ficar indignados e, como reação, a enfatizar com especial veemência sua própria superioridade. Até em seus próprios sentimentos, tendiam a flutuar entre uma acentuada depreciação e uma acentuada sobre-estimação de si mesmos. (Elias, 1997, p. 287).

1.1.3. *As oscilações na autoestima coletiva dos alemães*

Atreladas a esse histórico de discórdias e conflitos, Elias aponta as oscilações constantes na autoestima coletiva do povo alemão, as quais acabaram por obscurecer a visão dos próprios alemães quanto à sua identidade e valor. Este, portanto, foi outro fator decisivo para a ascensão de Hitler ao poder e o Holocausto. O povo alemão carecia de uma orientação, de um código de conduta aceito e compartilhado por todos, tal como havia na Inglaterra, por exemplo. Elias, ao analisar o *way of life* dos britânicos, detecta peculiaridades que os diferenciavam dos alemães em muitos aspectos. Segundo ele, a sociedade britânica estava particularmente habituada a certa tolerância das fraquezas humanas. Os britânicos aceitavam que a perfeição não era viável (mesmo para eles). Assim, muito embora houvesse um código coletivo de regras válido e respeitado por todos, observa Elias, impecavelmente, contudo, não se podia dizer dos alemães. Estes, na análise de Elias, eram extremamente rígidos e inflexíveis no seu modo de ser. O *way of life* alemão, por assim dizer, era baseado em um código de conduta de obediência total, sem quaisquer concessões a fraquezas humanas. As imperfeições não eram toleradas, e

intestável.

Era aí, na força irresistível de uma crença exclusiva, de uma incondicional crença nacional e social, que momentaneamente dava a seus seguidores um sentimento de onipotência e que tinha de ser

obedecida a qualquer preço, que residia o perigo um perigo que veio mais tarde a adquirir uma expressão de extraordinária virulência no movimento nazista. (Elias, 1997, pp. 202-03).

No entanto, a máxima de obediência e disciplina ficava em estado latente nas situações reais e ordinárias do dia-a-dia. Nas palavras de Elias:

O ideal nacional alemão era como uma brilhante estrela no céu. Na vida cotidiana, não tinha praticamente qualquer papel como guia para a ação ou como meta significativa. Aí, os alemães podiam afrouxar as rédeas. (Elias, 1997, p. 290).

Elias observa, assim, que os alemães, mais do que outras nações, nutriam um forte desejo por situações extraordinárias, visto que, em circunstâncias ordinárias, o ideal se esvaía. Somente, pois, em contextos espetaculares e grandiosos, o protótipo do alemão ideal tomava forma, com todas as supremas qualidades desveladas. Então, tornou-se marca peculiar dos alemães a disposição a procurar um ideal comum para além da vida cotidiana.

1.1.4. A ausência de anti-heróis nacionais

Outra peculiaridade da formação da identidade alemã constatada por Elias que contribuiu para o advento do nazismo era a carência de grandes "anti-heróis nacionais". Segundo ele, diversamente de outras nações, a Alemanha não havia produzido opositores políticos de peso cujas vozes pudessem ser ouvidas tampouco seguidas. Seguindo a tradição autocrática e de acordo com a estrutura monolítica de poder característica do ideal nacional alemão, os heróis nacionais alemães quase sempre estiveram do mesmo lado, em defesa de uma mesma e única bandeira: ajudar na construção do *Reich*.

outros heróis a participar da autoimagem coletiva dos alemães eram homens como

Goethe e Beethoven heróis

292).

1.1.5. O estigma da derrota e o nacionalismo exacerbado

Outra marca da sociedade alemã destacada por Elias é o estigma da derrota. Segundo ele:

Enquanto os britânicos, de acordo com as lições de história, pareciam estar convencidos, no mais profundo nível, de que venceriam sempre a última batalha mesmo que sofressem derrotas (uma convicção que os ajudou, de fato, a vencer), os alemães, por sua parte, mesmo quando eram vitoriosos, nunca pareciam ser capazes de silenciar o sentimento de que perderiam a última batalha (o que contribuiu de forma acentuada para que acabassem perdendo-a). (Elias, 1997, p. 295).

Então, em circunstâncias de crises, os alemães eram compelidos a lutar em nome da sua pátria, porém sempre assombrados pela sua provável destruição. Contudo, o

-

deixava recuar. Eles tinham de ir adiante, mesmo que o destino fosse a morte. O dever de servir à Alemanha era o maior dos mandamentos dirigidos indistintamente a todos os cidadãos. Diante disso, Elias observa que a exortação à morte heroica era outra marca da sociedade alemã atrelada ao nacionalismo exacerbado.

Em decorrência desta característica, presente tanto na estrutura da personalidade, como na formação de consciência e também no código de conduta dos alemães, Elias percebe uma forte tendência da sociedade alemã à coerção do indivíduo. Este, de acordo com os ideais de obediência e serviço à pátria, era tolhido por todos os lados: de fora, pelo Estado, que lhe impunha regras de conduta e comportamento no corpo social; e, de dentro, pela própria consciência, que não lhe deixava furtar-

-

externa e interna, os alemães apresentavam uma alta propensão aos padrões autocráticos. Havia, pois, segundo Elias, uma peculiar identificação dos alemães com a figura do opressor.

Quando, portanto, numa nação, ou alguns de seus poderosos setores, as formas de crença, consciência e ideais em suma, os níveis de controle dentro da própria personalidade são tradicionalmente rigorosas e autoritárias em extremo, como era o caso da Alemanha, as pessoas, com toda a probabilidade, voltar-se-ão para líderes com características semelhantes. (Elias, 1997, pp. 305-06).

1.1.6. A história de declínio da Alemanha

Além da identificação do indivíduo com o seu opressor, Elias realça outra peculiaridade da formação da personalidade dos alemães que contribuiu fortemente para a ascensão do nacional-socialismo: a história de declínio da Alemanha. O nacional-socialismo surgiu em um contexto histórico da sociedade alemã no qual a tendência à orientação voltada para o passado glorioso do Império chegara ao fim. A Alemanha, após a derrota de 1918, deixou de ser uma nação de primeira ordem no cenário europeu, assim como perdeu a posição de destaque de do período de Hitler, cumpre assinalar que uma de suas bases foi certamente a

De fato, a necessidade de reconstrução da autoimagem nacional e de reafirmação dos valores individuais recaía sobre outras nações europeias também. Porém, para a Alemanha, tratava-se de uma empreitada especialmente mais paralelo com a realidade cotidiana. Diante disso, comparativamente com outras nações,

O ideal nacional alemão era muito mais ambicioso e muitíssimo mais distante dos eventos reais. Como resultado, o seu caráter tirânico e opressivo veio à tona de um modo muito mais espalhafatoso numa situação de declínio. (Elias, 1997, p. 310).

1.1.7. A Realpolitik e a crença na violência como decisivo instrumento político

Ademais, entre os alemães, ressalta Elias, havia um conflito constante entre indivíduo e sociedade; em outras palavras, entre o anseio de sobrevivência física de uma pessoa e o desejo desta de manter vivo e firme aquilo que sustentava a sua sobrevivência no corpo social e que dotava de significado a sua existência entre os seus semelhantes. De acordo com Elias:

Em tais situações, mesmo as pessoas que mal se apercebem delas adquirem uma compreensão mais aguda do fato de que sua autoimagem individual contém uma imagem de sua nação. Na vida corrente, a identificação da pessoa com a sua nação, a consciência de lhe pertencer, as vozes de uma consciência nacional e dos ideais nacionais como níveis na consciência e ideais dos indivíduos, mantêm-se frequentemente mudos. (Elias, 1997, p. 314).

Se, em situações de normalidade, as vozes da consciência e do ideal nacional permanecem em estado latente; em circunstâncias de ameaças e receios, essas vozes se manifestam em uníssono estrondoso. Nessas situações, pois, na concepção de Elias, os indivíduos são chamados a identificar-se com a sua pátria.

-se sensivelmente mais

Apoiados nessa autoimagem coletiva que conclamava o povo alemão a lutar pelo Estado a qualquer custo, os líderes nazistas empreenderam, segundo Elias, uma caçada a todos os que ameaçavam a concretização de uma Alemanha idealizada. O movimento nacional-socialista era visto, por Hitler inclusive, como a última tentativa de viver de acordo com a imagem ideal que os alemães nutriam de

si próprios como membros de uma nação gloriosa e dominante. Neste sentido, observa Elias:

Para atingir esse objetivo, como ele [Hitler] repetidamente afirmou, seria requerida uma total mobilização dos recursos alemães, uma guerra total sem olhar as perdas, uma luta completamente implacável e inescrupulosa, incluindo o extermínio maciço de grupos

restabelecer o maior império que pensavam ter perdido, então, aos olhos de Hitler, também poderiam, merecidamente, afundar para sempre. (Elias, 1997, p. 320).

Sobre essa revolução que Hitler pretendia fazer para recuperar o poderio alemão a qualquer custo, Camus destaca as palavras do *Führer*:

Quando a raça corre o risco de ser oprimida... a questão da legalidade desempenha apenas um papel secundário. [...] Estou pronto a assinar tudo, tudo subscrever... No que me concerne, sou capaz, com toda a boa-fé, de assinar tratados hoje e rompê-los amanhã, se o futuro do povo alemão estiver em jogo. (Apud Camus, 2008, p. 212).

Diante disso, Elias quer mostrar o quão cruel e calculista pode ser uma nação, mesmo civilizada, quando se sente ameaçada e acuada. Nessas situações, os povos são arrastados para o uso da violência, e as regressões aos barbarismos de eras passadas voltam à cena. No entanto, Elias ressalta que o colapso das balizas civilizadoras ocorrido na Alemanha nazista foi particularmente profundo e inédito, tendo em vista a ira e os requintes de truculência dirigidos contra os judeus. Ele destaca que o movimento nacional-socialista, com seus ideais atrozes de aniquilação da população judaica, estava ligado à ideia que tinham os alemães de política, cuja significação assentava-se na palavra alemã *Realpolitik*.

Segundo Elias, essa palavra trazia em sua raiz um componente relevante da crença nacional alemã que estava resumido nos seguintes termos por ele transcritos:

Seja o que for que outros possam dizer, a única visão realista é que a política se assenta no uso infrene da força. Em especial, a política internacional nada mais é do que a continuação da guerra por outros meios. Apesar de todas as belas palavras que os diplomatas possam usar, quando chega a hora de pôr as cartas na mesa, eles também

tal como os alemães, usam-no sem o menor escrúpulo. A única diferença é que os alemães são mais honestos. (Apud Elias, 1997, p. 322).

Vê-se, assim, que a ideologia nacional alemã na *Realpolitik* estava imbricada com a crença na guerra, com o uso da violência, da força bélica, como meio mais eficaz (*ultima ratio regum*) para pôr fim a conflitos entre povos e nações. Desse modo, a e nunca inteiramente seguros de sua força depois de 1871, os alemães eram propensos a colocar os aspectos do poder da política em 1939, a *Realpolitik* estava orientada pela crença na violência física como decisivo instrumento político.

1.2. Hitler e o nacional-socialismo no poder: engodo e cegueira alemães

Dadas todas essas características peculiares da sociedade alemã que constituíram um terreno fértil para assentar a crença nazista e ali gerar os seus frutos envenenados, Elias conclui que o idealismo nacional coletivo em qualquer

Há nele encravado uma hostilidade latente contra grupos de fora. Daí, a facilidade com que tal sistema de crenças é associado à política de força. Na Alemanha, no

entanto, ressalta Elias, os objetivos bélicos pretendidos ilustram bem como a *Realpolitik*

No fundo, tratava-se de um anseio de criar um império alemão na Europa, nos *Reich*

(Elias, 1997, p. 325). A essas pretensões de guerra, dava-

Politik der Stärke). Entretanto, a pretensão de hegemonia (*furor hegemoniales*) alemã na Europa, levada a efeito pela expansão territorial por meio de um rigoroso monopólio da violência sobre os povos conquistados, não passava de um imenso devaneio, que logo se provou irrealizável. Fato é que:

A realidade tinha um aspecto diferente. O sonho pressupôs que as nações industriais ocidentais, em particular a Grã-Bretanha, tolerariam a expansão alemã e, como sócias e aliadas, repartiriam o governo do mundo com a Alemanha. (Elias, 1997, p. 327).

querer fundar uma ordem estável baseada em um movimento perpétuo e uma

-10). Hitler simplesmente ignorou as

consequências de empreende

simplista

que prometia

(Elias, 1997, p. 328) acabou por debilitar substancialmente a produtividade industrial.

Se, em sociedades pré-industriais, marcadas por excedentes de camponeses, o aniquilamento de populações hostis conquistadas era vantajoso para os vencedores; o mesmo não se podia dizer para as sociedades industriais. Tal conduta, premissa da expansão alemã, era, no contexto moderno industrial, contraproducente. Esse foi, portanto, um grande dilema da guerra com o qual os nazistas tiveram de lidar: destruir os inimigos, ou usá-los como mão-de-obra. Segundo Elias, inclusive,

Não se pode rejeitar inteiramente a ideia de que o morticínio em massa de judeus tinha algo a ver com esse dilema. Os judeus também poderiam ter sido usados como força de trabalho. Mas, no seu caso, a hostilidade dos nacional-socialistas era tão irreprimível e

puderam, por via de regra, prevalecer. Tem-se a impressão, por vezes, de que toda a raiva que os nazistas não podiam permitir-se descarregar contra seus outros inimigos e vítimas porque precisavam de sua mão-de-obra ou porque os grupos envolvidos eram, em geral, demasiado poderosos, era transferida contra os judeus, que, em termos de poder, eram os mais fracos de seus inimigos declarados. (Elias, 1997, p. 329).

Elias observa, assim, que os alemães, impossibilitados de extravasar a sua ira contra seus adversários reais, descarregaram a raiva sobre inimigos

cujo perigo e ameaça eram, em grande medida, apenas imaginários.

No entanto, ao longo da guerra, os alemães viram-se obrigados a deixar de lado o sonho inicial de destruir as populações conquistadas, inclusive os próprios judeus, em função da crescente dependência de mão-de-obra. Essa mudança de estratégia pelos nazistas foi notória no tratamento de prisioneiros em campos de concentração a partir de 1942. Além desse dilema de guerra, havia o problema da desproporcionalidade entre a população alemã à disposição do nacional-socialismo e as populações que se pretendiam subjugar. Para Elias, os líderes nazistas não ignoravam tal fato, porém as suas crenças sociais, destacadamente a convicção na superioridade da raça ariana, impediram-lhe de enxergar o problema na sua real magnitude.

O credo nazista representou os alemães como um povo com uma missão ímpar no mundo, como mais democrática divisão de poder que tinha sido realizada a partir de 1918, foi permitido a todos os alemães, não só aos nobres, aos ricos e aos educados, sentirem que pertenciam à elite da

humanidade pelo menos, se tivessem a cabeça e a forma de corpo corretas ou os ancestrais certos, isto é, se pertencessem à raça certa. (Elias, 1997, p. 331).

Assim, com a introdução de um conceito relativamente vago como -se ampla base ideológica para uma pretensão de superioridade capaz de alcançar a população. Essa estratégia de dominação com participação das massas não era exclusividade dos alemães. Segundo Arendt:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. [...] Os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por eles, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar da convicção. As discórdias ideológicas com outros partidos ser-lhes-iam desvantajosas se eles competissem sinceramente com esses partidos; não o eram, porém, porquanto lidavam com pessoas que tinham motivos para hostilizar igualmente a todos os partidos. (Arendt, 2009b, pp. 361-62).

Então, de acordo com Elias, essa estratégia de dominação e recrutamento integrava social como instrumento de construção imperial, como um meio para manter e estabilizar o domínio de uma

Elias observa que, mesmo adotando alguns instrumentos políticos em desenvolvimento no cenário europeu, os nacional-socialistas inovaram em aspectos-chave, relativamente aos quais contavam com a ampla adesão de outras nações, destacadamente na condução da política de disseminação de sentimentos antijudaicos pela Europa. Contudo, ele destaca que:

Os aspectos fantasiosos do sistema de crença nazista eram tão óbvios e grosseiros que, em outros países, ainda mais que na Alemanha, a sua atração foi maior entre pessoas de escassa cultura e proscritos sociais. Se atraiu alguns membros de outras nações, repeliu um número muitíssimo superior. E o tipo de pessoas de que se compunha a elite nazista não era particularmente adequado para a tarefa de propagação do seu credo entre os não-alemães. (Elias, 1997, p. 333).

Para Elias, portanto, os líderes nazistas subestimaram as outras nações europeias, ao pressuporem que elas desconsiderariam o seu próprio sistema de crenças e seu próprio orgulho nacional, para adotarem o aparato ideológico nazista. Hitler não levou em conta o tipo de relação que era mantida entre os governantes e governados nas outras sociedades e, desse modo, não percebeu as diferenças fundamentais que havia entre a sua nação e as demais. A história da Alemanha, até então, tinha sido fortemente marcada por derrotas, como visto. Como tal, era caracterizada por prolongada fraqueza em face das potências europeias, a qual propiciou sentimentos fortemente enraizados na população alemã de inferioridade, vergonha e humilhação. Por conta disso, no caso específico da Alemanha, Elias entende que o orgulho nacional e a autoestima dos alemães

Só poderiam ser satisfeitos se engolissem seu orgulho em relação aos seus governantes; pois só estes, assim parecia, e como fora comprovadamente o caso por várias décadas estavam em posição de erguê-los de sua insignificância e de integrá-los nas fileiras das grandes e poderosas potências. (Elias, 1997, p. 335).

Elias aponta justamente essa disposição dos alemães a depositarem o seu destino, a sua salvação, nas mãos do governante como explicação para o -se de uma condição da qual os alemães não podiam se apartar, em vista das coações externa (do Estado) e qualquer custo. Para Elias, essa foi a areia movediça na qual caíram os alemães.

Nas palavras de Elias:

A hostilidade, que é bloqueada da consciência e expressão em relação a superiores poderosos, pode mostrar-se como ressentimento ou ódio contra pessoas que são, ou parecem ser, socialmente inferiores ou mais fracas. Na Alemanha, havia uma metáfora característica para esse tipo de deslocamento. Falava-se de certos gêneros de pessoas como *Radfahrer*, ou seja, ciclistas, porque inclinam as costas diante daqueles que estão acima deles e pisam nos que estão por baixo. (Elias, 1997, p. 336).

Para Elias, os judeus foram vítimas desse tipo de hostilidade. Mesmo antes de 1933, grande parte dos alemães já considerava que os judeus constituíam um grupo socialmente inferior. Segundo ele, o fato de a maioria dos judeus alemães parecer ignorar inteiramente esse *status* inferior que lhes era imputado constituía uma das causas da fúria despertada nos alemães contra eles. Somava-se a isso, destaca Elias, o fato de o povo alemão, que vivia sob forte pressão social, tendo de suportar coações de todos os lados, identificar-se com os seus superiores opressores. Para justificar a sua própria posição de inferioridade, essa massa oprimida projetou todo o seu rancor naqueles que consideravam inferiores e ainda mais fracos socialmente: os judeus.

Elias sublinha que o sistema de crenças do nacional-socialismo era um terreno fértil para se plantar os mecanismos *Radfahrer* tanto velhos como novos. Ele destaca que alguns rituais praticados pelos oficiais da SS nos campos de judeus. São eloquentes as palavras de um ex-prisioneiro, cujo relato Elias cita e que transcrevemos a seguir:

Usualmente, a iniciação típica de prisioneiros ocorria durante o trânsito da prisão local para o campo de concentração. Se a distância era curta, o transporte era frequentemente em marcha lenta a fim de dar tempo suficiente para quebrar o ânimo dos prisioneiros. Durante seu transporte inicial para o campo, os prisioneiros eram expostos à tortura quase constante. A natureza dos maus-tratos dependia da fantasia do homem das SS encarregado de um grupo de prisioneiros. Todos tinham, porém, um padrão bem definido. A punição física consistia em chicotadas, frequentes pontapés (abdômen ou virilhas), bofetadas no rosto, tiros os ferimentos com baioneta. Alternavam com tentativas para produzir extrema exaustão. Por exemplo, os prisioneiros eram forçados a manter-se de olhos abertos durante horas em frente de luzes ofuscantes, ficar de joelhos horas a fio, e assim por diante.

De tempos em tempos, um prisioneiro era morto, mas a nenhum prisioneiro era permitido cuidar de seus ferimentos ou dos de um companheiro. Os guardas também forçavam os prisioneiros a agredir-se mutuamente e a profanar o que os SS consideravam ser os valores diletos dos prisioneiros. Eram forçados a amaldiçoar o seu Deus, a acusar-se uns aos outros de cometerem ações infames, e suas esposas de adultério e prostituição. Nunca encontrei um prisioneiro que estivesse escapado a esse tipo de iniciação, a qual durava no mínimo doze horas e, com frequência, muito mais. [...]

A finalidade desses maciços maus-tratos iniciais era traumatizar os prisioneiros e quebrar sua resistência; mudar-lhes pelo menos o comportamento, se não a personalidade. Isso podia ser notado a

partir do fato de que as torturas tornavam-se cada vez menos violentas à medida que os prisioneiros paravam de resistir e obedeciam imediatamente a qualquer ordem dos SS, por mais brutal ou ultrajante que fosse. (Bettelheim apud Elias, 1997, p. 337).

Esses rituais praticados nos campos de concentração tinham, segundo Arendt, a
Vide Arendt, 2009b, p. 502).

Segunda a autora:

Pela criação de condições em que a consciência deixa de ser adequada e fazer o bem se torna inteiramente impossível, a cumplicidade conscientemente organizada de todos os homens nos crimes dos regimes totalitários é estendida às vítimas e, assim, torna-se realmente total. Os homens da SS implicavam os internos dos campos de concentração criminosos, políticos, judeus em seus crimes, tornando-os responsáveis por grande parte da administração e confrontando-os, assim, com o desesperado dilema de mandarem os seus amigos para a morte ou ajudarem a matar outros homens que lhes eram estranhos forçando-os, num caso e no outro, a agirem como assassinos. Não apenas o ódio era desviado dos que tinham culpa (os *capos* [presos colaboracionistas] eram mais odiados que os homens da SS), mas também desaparecia a linha divisória entre o perseguidor e o perseguido, entre o assassino e a vítima. (Arendt, 2009b, p. 504).

Camus, por sua vez, afirma que os homens foram transformados em

Ele se propõe a destruir não apenas a pessoa, mas também as possibilidades universais das pessoas, a reflexão, a solidariedade, o apelo ao amor absoluto. A propaganda e a tortura são meios diretos de desintegração; mais ainda a degradação sistemática, o amálgama com o criminoso cínico, a cumplicidade forçada. Aquele que mata ou tortura só conhece uma sombra em sua vitória: não pode se sentir inocente. Logo, é preciso criar a culpabilidade na própria vítima, para que, num mundo sem rumo, a culpabilidade geral legitime apenas o exercício da força, consagre apenas o sucesso. Quando a ideia de inocência desaparece no próprio inocente, o valor de poder reina

definitivamente num mundo desesperado. É por isso que uma ignóbil e cruel penitência reina deste mundo, em que apenas as pedras são inocentes. Os condenados são obrigados a enforcarem-se uns aos outros. O próprio grito puro da maternidade é sufocado, como no caso da mãe grega que foi forçada por um oficial a escolher qual dos três filhos seria fuzilado. É assim que, finalmente, se fica livre. O poder de matar e de aviltar salva a alma servil do nada. A liberdade alemã é, então, cantada ao som da orquestra de prisioneiros nos campos da morte. (Camus, 2008, pp. 215-16).

Diante da conjuntura social dos alemães, particularmente da identificação dos guardas nazistas com um superior excessivamente cruel e opressor, e de toda a amargura sufocada decorrente dessa situação, embora aterrorizante, o tratamento inicial dado aos prisioneiros não era de todo desmotivado. Os impulsos latentes outrora reprimidos em nome da obediência e subordinação às autoridades, com o deslocamento de sentimentos, culminando com relação aos prisioneiros, os próprios guardas desempenharam o papel de chefes cruéis e tirânicos.

Assim, não é surpreendente que, por sua parte, eles impusessem [*Kadavergehorsam*] aos prisioneiros. Todo o indício de independência, o menor sinal de rebelião, tinha de ser violentamente esmagado. Nada era permitido aos prisioneiros, salvo a absoluta submissão. [...] E, assim, infligiram-lhes tudo o que tinham secretamente desejado infligir a outros. Fizeram-lhes coisas que em sociedades organizadas até as crianças são proibidas de fazer, e tiraram desforra por todos os desapontamentos que tinham sofrido. (Elias, 1997, pp. 338-39).

Elias destaca que todas essas atrocidades aconteceram sob a crença

nas palavras de um dos mais altos funcionários do Estado hitlerista, Hans Frank, *Reichminister* e governador-

1997, p. 339). Tratava-se de uma máxima que era sintomática de uma sociedade cuja tradição política era marcadamente autocrática, conforme demonstrado. Por conta disso também, ressalta Elias, a consciência individual dos alemães mostrava-

precisavam da ajuda de um Estado forte e, em situações de crise, era precisamente

e opressor e uma consciência frágil e acuada, prevaleceu o controle do primeiro.

Neste sentido, constata Arendt:

A consciência do homem, que lhe diz que é melhor morrer como vítima do que viver como um burocrata do homicídio, poderia ainda ter-se oposto a esse ataque contra a pessoa moral. O mais terrível triunfo do terror totalitário foi evitar que a pessoa moral pudesse refugiar-se no individualismo, e tornar as decisões da consciência questionáveis e equívocas. (Arendt, 2009b, p. 503).

Assim, contando sempre com a figura de um chefe de Estado poderoso e protetor; o que, na verdade, os alemães acabaram por delegar foi a sua capacidade de pensar e julgar por si próprios. Os alemães, em nome da obediência ao *Führer*, abdicaram da própria liberdade e, em certa medida, da própria humanidade. Essa estrutura da personalidade alemã, marcada por alta dependência do comportamento individual ao controle do Estado, propiciou a ascensão de Hitler ao poder e legitimou a sua liderança e autoridade. A própria personalidade dele se ajustou como uma luva aos anseios dos alemães. Segundo Elias:

Um dos maiores talentos de Hitler e um dos principais fatores de seu sucesso era o seu entendimento intuitivo, emocional, das

necessidades que um líder dos alemães e sua equipe tinham de satisfazer numa situação crítica. Suas próprias necessidades emocionais correspondiam às dos seus seguidores. (Elias, 1997, p. 343).

Weimar no que concernia aos anseios emocionais dos alemães. Dentre eles, destaca-se o desejo dos alemães de serem conduzidos por um homem forte e poderoso. Os alemães estavam ávidos pela vinda de um salvador, a quem pudessem entregar o seu próprio destino, a quem pudessem delegar a responsabilidade pelo rumo da sua própria história. Os alemães estavam, enfim, desesperados para se verem livres de toda humilhação e vergonha impostas a seu país pelas nações vencedoras e ansiavam, mais do que qualquer outra coisa, recuperar a grandeza e o prestígio da Alemanha de outrora. Assim, diante de todas

as massas alemãs a *fata morgana*⁸

355).

Hitler prometia a salvação e a libertação de seu povo, mas não sem esforços, não sem sacrifícios, não sem um alto preço. Guardadas as devidas ⁹ de um povo as palavras de Heidegger em sua famosa palestra para o reitorado, assumido em 1933. Ao convocar o estudantado para sua tarefa espiritual dentro da universidade, para além da mera especialização técnica das ciências, o então reitor escreve:

⁸ Trata-se de uma expressão que faz referência à fictícia feiticeira meia-irmã do Rei Arthur (Fada Morgana) que, segundo a lenda, tinha o poder de trocar de fisionomia. Neste sentido, designa uma miragem, uma ilusão.

⁹ A expressão é de Adorno, em *Jargon der Eigentlichkeit*, texto escrito em 1962.

O conceito de liberdade do estudante alemão é reconduzido agora à sua verdade. A partir dela, desenrola-se futuramente o vínculo e o serviço do estudantado alemão.

O primeiro vínculo é o vínculo à comunidade do povo. Ele obriga a uma participação, que transporta e age em comum, nos esforços, aspirações e capacidades de todos os estados e membros do povo. Este vínculo é de agora em diante solidificado e enraizado na existência estudantil através do serviço de trabalho.

O segundo vínculo é o vínculo à honra e ao destino [*Geschick*] da nação no meio dos outros povos. Ele exige a preparação, assegurada no saber e no poder, e centrada através do cultivo, para a mobilização até ao último. Este vínculo abrange e penetra futuramente toda a existência estudantil como serviço militar.

O terceiro vínculo do estudantado é o vínculo ao encargo espiritual do povo alemão. (Heidegger, 2009a, p. 9).

Em entrevista posterior ao *Der Spielger*, já em 1966, Heidegger
liberdade face ao

esforço por aceitar aquilo q

Mas, ao explicar-se quanto à relação desse espírito reflexivo da universidade com o movimento político a ela concomitante (a nomeação de Hitler como chanceler do *Reich*), Heidegger responde:

-a

-

de estudantes nacional-socialista. Essa designação tinha, nessa altura, um sentido completamente diferente do actual. Não significava, tal, o seu sentido e valor, se aprecia em função da sua utilidade fáctica para o povo. No meu discurso reitoral expressa-se a posição propositadamente antagónica desta politização do saber. (Heidegger, 2009b, p. 10).

interpretação de Elias. Segundo ele, em seu obstinado sonho de concretização da Alemanha idealizada, os alemães, seduzidos pelo movimento nacional-socialista, abdicaram de todas as normas de decência, respeito e civilidade. Abandonaram a razão e sufocaram os sentimentos que os levariam a reconhecer suas vítimas como seus semelhantes. Essa disposição dos alemães para seguir cegamente as determinações dos governantes pode ser explicada nos seguintes termos, de acordo com Elias:

Habitados a confiar, para reforço de suas consciências, nos representantes do Estado, sentiam-se profundamente perturbados por qualquer conflito entre o padrão de controle pelo Estado e o de controle pela consciência. Por isso, esforçaram-se por apagar automaticamente qualquer evento que ameaçasse gerar tal conflito. Não o admitiam não queriam tomar conhecimento dele. Mais tarde, perguntava- ocê deve ter ouvido falar do que estava acontecendo nos campos de concentração, não é

Tentaram o melhor que puderam não perceber qualquer dissabor. No conflito entre um Estado poderoso e uma consciência pessoal relativamente fraca e dependente, o primeiro não pôde deixar de prevalecer. O controle do Estado suplantou o controle da consciência. (Elias, 1997, p. 340).

verdadeira linguagem, tal qual uma religião. Camus observa:

Os mandamentos do chefe, de pé na sarça ardente dos projetores, sobre um Sinai de tábuas e de bandeiras, determinam, então, a lei e a virtude. Se os microfones sobre-humanos ordenam uma só vez o crime, então, de chefes para subchefes, o crime desce até o escravo, que recebe as ordens sem dá-las a ninguém. Um dos verdugos de

Führer e

o *Reichsführer* foram os únicos a produzir tudo isto, depois se foram. Glueks recebeu ordens de Kaltenbrunner, e, finalmente, eu recebi a ordem de fuzilar. Eles me passaram todas as ordens, porque eu era apenas um pequeno *Hauptscharführer*, e não havia mais ninguém abaixo de mim a quem pudesse transmiti-la. Agora, eles dizem que sou eu

Então, quando Hitler chega ao poder, ele tem uma parcela considerável da nação que acredita ser absolutamente normal fazer o que ele disser. Os que fizeram oposição ao regime tiveram de fugir de sua pátria. Suas vozes foram sufocadas. Muitos foram mortos. Bombardeados durante anos pelas propagandas que veiculavam a potencial ameaça do povo judeu e a sua corrupção como raça e iludidos pelas crenças e promessas do nacional-socialismo de recuperar o antigo poder e prestígio da Alemanha entre as potências europeias, muitos alemães deixaram-

quando o governo permitiu privar os judeus dos direitos humanos mais fundamentais e afirmou que era imperativo extern

-

proporcional à opressão, à selvageria e à barbárie empreendidas pelos nazistas.

mais, a aparência de grandeza e evitar o choque da descoberta de que os dias de preeminência alemã e o sonho de um *Reich*

Quando, entretanto, a derrota mostrou-se iminente, o povo obediente estava anestesiado. E, quando a derrota efetivamente ocorreu, com o fim da Guerra, em maio de 1945, o povo obediente emergiu desnortado. Bessel afirma:

Quando tudo terminou, o sentimento dominante era, ao mesmo tempo, de cansaço e alívio; os alemães reagiram quase como se Hitler e o Terceiro Reich pertencessem a um passado distante. Para

coroar o choque da extrema violência dos meses anteriores, o sangrento e grotesco fim do Terceiro Reich destruiu toda sua legitimidade e todo o apoio popular ao nazismo. (Bessel, 2010, p. 149).

De acordo com Camus:

Na Alemanha, abalada até as raízes por uma guerra sem precedentes, pela derrota e pelo desequilíbrio econômico, nenhum valor se mantinha mais de pé. Embora seja necessário levar em ar tudo

duas guerras, dá uma ideia da confusão mental reinante. Para aqueles que desesperam de tudo, os raciocínios não podem devolver a fé, mas apenas a paixão, e, no caso, a própria paixão que jazia no âmago desse desespero, quer dizer, a humilhação e o ódio. Não havia mais um valor, ao mesmo tempo comum e superior a todos esses homens, em nome do qual lhes seria possível julgarem-se uns aos outros. A Alemanha de 1933, portanto, aceitou adotar os valores degradados de alguns homens, tentando impô-los a toda uma civilização. Privada da moral de Goethe, ela escolheu e sofreu a moral da gangue. (Camus, 2010, p. 210).

Ademais, a par do desamparo e da desorientação, os alemães saíram das trevas com o peso da culpa. O tema é retomado por Arendt em vários textos, entre eles no manuscrito intitulado *Responsabilidade pessoal sob a ditadura*, de -se sobre o

individual de cada um dos representantes de um Estado instituído politicamente.

Escreve Arendt:

Alguns anos atrás, a execução da sentença de morte para Eichmann despertou oposição amplamente difundida, sob a alegação de que

de Martin Buber. Bem, se os jovens na Alemanha, jovens demais para terem feito qualquer coisa, sentem-se culpados, eles estão errados, confusos ou utilizando jogos intelectuais. Não existem coisas como a culpa coletiva ou a inocência coletiva. A culpa e a inocência só fazem sentido se aplicadas a indivíduos. (Arendt, 2004, p. 91).

-

se às dimensões políticas (e jurídicas) da conformação dos Estados e das instituições. Arendt parte de um julgamento paradigmático: o do burocrata Eichmann. Não se julga um povo ou uma história, mas um homem em relação às suas ações, frente às implicações políticas e institucionais de um Estado.

Então, vejamos como Jaspers, a partir dos Julgamentos de Nuremberg, que levaram para o banco dos réus os principais líderes e colaboradores nazistas, lida com o problema da culpa alemã.

2. KARL JASPERS E O PROBLEMA DA CULPA ALEMÃ

Professor da Universidade de Heidelberg, Jaspers deu um curso sobre -46, em janeiro e fevereiro do semestre de inverno. Meses depois, essas aulas foram publicadas na forma de livro em Zurique e em Heidelberg, sob o título original *Die Schuldfrage*. Este livro de Jaspers sobre a culpa é uma proposta de reflexão que, não obstante sua enorme ressonância em outros países (entre 1947 e 1950, foi traduzido para o inglês, para o italiano, para o sueco, para o espanhol, para o francês e para o japonês), teve na Alemanha relativamente pouco êxito (a primeira edição de 1946 só se esgotou em 1958). Veremos adiante as razões dessa inicial indiferença alemã. Esta obra de Jaspers constitui um conjunto de quatro textos em que as questões políticas da Alemanha são colocadas como temas centrais. Existencialmente, a perda da segurança jurídica promovida pelo próprio Estado e a completa sujeição dos indivíduos ao autoritarismo constituíram, para Jaspers, uma

-

Somado a esse quadro interno de supressão de todos os apoios [*halt*], ante o desmoronamento dos direitos e garantias individuais, a Alemanha, com o

2010, p. 17). Assim, para os alemães sobreviventes e para as gerações seguintes, aqueles tempos sombrios tornaram-se a chaga de toda uma nação; segundo

Os alemães tornaram-se alvo de hostilidades, pois as

atrocidades cometidas pelo regime nazista, enfim, vieram a público. Segundo relato de Jaspers:

Os soldados norte-americanos estavam proibidos de falar conosco, salvo para tratar de assuntos oficiais. Só então foram revelados a todo o povo alemão os crimes do nacional-socialismo. Eu também, até então, não tinha conhecimento do grau de planejamento e do volume que os crimes haviam alcançado.¹⁰ (Jaspers, 1998a, p. 129; tradução nossa).

Sobre esse contexto do Pós-Guerra, Bessel destaca:

Quando a guerra terminou na Europa Central, vingar-se era socialmente aceitável, e o que muita gente esperava. A raiva e o ressentimento encontraram uma válvula de escape que poderia ser justificada como o troco dado aos alemães pelo que haviam feito durante a guerra, e pouco importava saber se aqueles contra quem a violência agora se voltava eram, de fato, responsáveis. (Bessel, 2010, p. 151).

A derrota e a humilhação, aliadas à exposição das inúmeras truculências perpetradas pelo nacional-socialismo, resultaram, pois, no quase completo colapso da Alemanha, ao que os alemães deram o nome de *Stunde Null*). Nas palavras de Jaspers:

Ao mesmo tempo, a penúria da vida cotidiana era extremamente grande tanto para os que tinham ficado em casa, como para os prisioneiros de guerra, que eram transportados para todas as partes, e para os deportados. Dominavam a desorientação e o silêncio, a raiva contida e, até mesmo, por um curto período de tempo, a apatia.¹¹ (Jaspers, 1998a, p. 129; tradução nossa).

10

oficiais. Sólo entonces fueron desvelados a todo el pueblo alemán los crímenes del nacionalsocialismo. Tampoco yo había tenido conocimiento del grado de planificación y del volumen

11

había quedado en casa, como para los prisioneros de guerra, que eran transportados entonces por todas partes, y para los desplazados. Dominaban la desorientación y el silencio, la rabia contenida

Diante desse quadro, a Alemanha estava política, econômica e moralmente falida. Ademais, as acusações de culpa pelos horrores cometidos pelos nazistas chegavam-lhe de toda parte.

Assim, em 1945, os alemães foram transformados de protagonistas ativos em observadores passivos de seu próprio destino. Um povo que se acostumara a mandar nos outros, agora se sentia impotente, sujeito às regras de potências estrangeiras. (Bessel, 2010, p. 19).

O Terceiro Reich deixou um resíduo de ira no continente europeu não apenas entre não-casamentos desfeitos por causa da tensão resultante disso; filhos que abandonaram o lar; amigos que se afastaram. Mas isso induziu outros a entenderem que eles -se, entre os alemães, especialmente entre aqueles que sofreram nas mãos do regime, da polícia e dos

O fato de que a violência visava muitas vezes a pessoas que não tinham cometido crime algum, que haviam se tornado alvos de vingança por coisas que *outros* tinham feito, amplificou o complexo de vítima e de injustiça com o qual milhões de alemães emergiram do inferno de 1945. O exercício de vingança contra os alemães nesse ano teve, portanto, papel-chave na profunda mudança de mentalidade que ocorreu enquanto os alemães construía uma identidade pós-nazista de vítimas inocentes num mundo injusto. As centenas de milhares de alemães estupradas em 1945, os milhões de alemães que tinham sido forçados a fugir de suas casas, os milhares de civis que foram feridos ou mortos por soldados aliados, não foram, necessariamente, responsáveis pela crueldade, pela barbárie e pelos crimes associados à ocupação nazista na Europa. Eles foram alvos fáceis, disponíveis, cuja humilhação podia satisfazer pessoas que se viam ou tinham sido encorajadas a serem como vítimas da Alemanha nazista e agora como agentes da desforra. A injustiça óbvia dessa violência aumentou ainda mais o trauma de 1945, e, nos anos imediatos do pós-guerra, tornou mais fácil para os alemães

evitar encarar o que o país fizera com os outros, e se concentrar no que os outros haviam feito com eles. (Bessel, 2010, p. 168).

Os alemães se encontravam em uma encruzilhada: comportar-se como vítimas da desforra dos Aliados; viver alheios às acusações, na esperança de que o tempo curasse as feridas; ou repensar os acontecimentos e assumir as responsabilidades devidas, especialmente por terem deflagrado uma guerra indesejável. Jaspers foi um dos que escolheram enfrentar a situação. Diante do caos, ele não se calou e conclamou os demais a refletirem com ele.

2.1. A situação espiritual da Alemanha do Pós-Guerra

Com o fim da guerra, o povo alemão estava preocupado com os desafios da vida cotidiana em meio à ruína e devastação de seu país e atormentado com a cul

população alemã reagiu com passividade ao fim do Terceiro Reich, ciente de que não comandava o próprio destino. Conseqüentemente, a maioria aguardava de

7). Os alemães eram alvo de manifestos políticos contra a catastrófica guerra por eles iniciada e pelos horrores nazistas, assim como de declarações de desconfiança e, verdadeiramente, de ódio. O autor destaca um desses manifestos, divulgado quando o Partido Comunista da Alemanha (*Kommunistische Partei Deutschlands* KPD) ressurgiu em 11 de junho de 1945:

É ainda mais necessário que em cada alemão ardam a consciência e a vergonha de que o povo alemão tem, num grau significativo, culpa e responsabilidade pela guerra e suas conseqüências. Hitler não é o único culpado pelos crimes cometidos contra a humanidade! Também têm sua parcela de culpa os 10 milhões de alemães que votaram nele em eleições livres em 1932, apesar de nós,

Têm sua parcela de culpa todos os alemães, homens e mulheres, que invertebrada e humildemente cruzaram os braços enquanto

Hitler concentrava poderes em suas mãos, enquanto esmagava todas as organizações democráticas, acima de tudo as organizações da classe trabalhadora, e permitiram que os melhores alemães fossem trancafiados, torturados e decapitados. (Apud Bessel, 2010, p. 298).

ruína alemã, reagiu ao mutismo generalizado, salvo reconhecidas exceções, pondo-se a pensar criticamente os fatos vividos. Assim como Elias, negou-se a adotar uma

médio alemão durante os doze anos do regime de Hitler. Presente e futuro estavam ameaçados pelo perigo da destruição total da humanidade. Era chegada a hora, pois, de parar para refletir sobre o destino do ser humano e, sobretudo, de assumir as responsabilidades devidas. Assim, na concepção de Jaspers, a reflexão filosófica converter-se-ia em efetiva ação política, tendo como ponto de partida o próprio indivíduo consciente de seu papel entre os homens.

As atrocidades e selvagerias praticadas pelos nacional-socialistas, contra os judeus principalmente, demoliram as estruturas sobre as quais se apoiava a crença dos homens no mundo civilizado. Aqueles eventos escapavam à compreensão. A perda de sentido era total e avassaladora. Para superar essa crise,

indivíduos livres. Portanto, para Jaspers, o diálogo público, amparado na liberdade compartilhada, era a via mais adequada a conduzir os alemães à reconciliação com o mundo e com a própria consciência. Essa reconciliação pressupunha a assunção da responsabilidade pelo desastre político-moral alemão. Em outras palavras, era necessário enfrentar a culpa.

2.1.1. Nuremberg, 1945: a culpa vem à tona¹²

anunciou o então presidente norte-americano Harry Truman, em um pronunciamento transmitido pelo rádio no dia 8 de maio de 1945, após a rendição incondicional¹³ dos alemães. A data marcou o fim da

acrescentou Truman. (Schrader, 2011)¹⁴.

Com a derrota e com o colapso do nacional-socialismo, o controle do Estado Alemão foi transferido para os Aliados (Inglaterra, União Soviética, França e Estados Unidos). Eles pretendiam imprimir sobre a nação alemã um verdadeiro destacadamente contra os judeus, bem como por ela ter planejado e iniciado um conflito inigualável na história mundial. Bessel relata como foi a chegada das potências vencedoras na Alemanha conquistada:

Os Aliados chegaram com força total, milhões de soldados determinados a impor controle sobre um povo derrotado e indispostos a tolerar oposição. Chegaram convencidos de que o povo alemão fora doutrinado pela mensagem nazista, temiam que a resistência continuasse e subestimaram o grau de destruição do apoio popular ao raivoso nacionalismo alemão provocado pelo colapso do Terceiro Reich. O que encontraram foi um povo alemão desesperado para tocar a vida diária em circunstâncias terrivelmente difíceis. A imposição da ordem pelos Aliados costumava ser rude; os alemães foram tratados como um povo conquistado; e havia muitos

¹² As informações históricas da Segunda Guerra e dos Julgamentos de Nuremberg devem-se, além dos textos indicados, a filmes e documentários sobre a temática, tais como: (i) *Judgment at Nuremberg* (1961), do diretor Stanley Kramer; (ii) *A queda: as últimas horas de Hitler* (2004), do diretor Oliver Hirschbiegel; (iii) *Stanlingrad* (1992), do diretor Joseph Vilsmaier; (iv) *Amen.* (2002), do diretor Costa-Gavras; (v) *O menino do pijama listrado* (2008), do diretor Mark Herman; (vi) *Apocalypse: World War II* *National Geographic*, em 2009).

¹³ Os documentos de rendição foram assinados pelo almirante Hans-Georg von Friedeburg no quartel-general do marechal de campo Bernard Montgomery, no pântano de Lüneburg, às dezoito horas do dia 4 de maio de 1945. Três dias depois, o general Alfred Jodl assinou a capitulação geral da Wehrmacht no quartel-general de Eisenhower, em Reims. (Vide Bessel, 2010, pp. 207-24).

¹⁴ **8 de maio: derrota ou libertação da Alemanha?** Disponível em: <http://www.dw-world.de/popups/popup_sendcontent/0,,1458621,00.html>. Acesso em: 25 Maio 2011.

motivos para que eles se considerassem vítimas, primeiro da guerra e da ditadura; depois, dos regimes de ocupação impostos em época de extrema adversidade. A imposição do governo militar aliado foi uma terapia de choque. (Bessel, 2010, p. 206).

ninguém duvidou de que a Grande Aliança contra o Eixo ia vencer. Os Aliados começaram a concentrar-

2001, p. 49). Bessel fornece-nos um panorama sobre as visões do futuro da Alemanha entre os Aliados:

Quando o governo alemão de Karl Dönitz aceitou a rendição de suas Forças Armadas, as ideias mais importantes sobre o futuro da Alemanha eram as das potências aliadas que ocuparam o país derrotado. O acordo firmado em Ialta, em fevereiro de 1945, continha princípios gerais sobre o futuro da Alemanha na realidade, o mais baixo denominador comum aceitável para os Aliados. Depois de vencida a guerra, decidir-se-ia como pôr em prática esses princípios

o Reino Unido, os Estados Unidos e a União Soviética mais a França, cuja zona de ocupação no sudoeste da Alemanha foi acertada com os britânicos e os americanos em 25 de julho de 1945,

convencidas de que a Alemanha representava um perigo para a paz mundial, e que sua tarefa básica seria garantir que os alemães jamais voltassem a ter condições de lançar outra guerra. As quatro potências chegaram trazendo seus preconceitos contra o país sobre o qual agora exerciam controle; e cada um tinha concepções e desígnios próprios sobre o futuro da Alemanha. A União Soviética preocupava-se em obter reparações e garantir que a Alemanha nunca mais pudesse atacar, como o fizera em 1941. Os britânicos e os americanos estavam decididos a exterminar o que consideravam o militarismo alemão, que levara o mundo a duas guerras, e a reeducar os alemães, tornando-os democráticos; os americanos, particularmente, chegaram decididos a purgar o país do nazismo e do militarismo, enquanto os britânicos esforçavam-se para reduzir

tanto quanto possível os gastos com a ocupação. Os franceses vinham dispostos a cobrar indenizações, quando não vingança, pelo que a França sofrera nas mãos dos alemães durante a ocupação do país, entre 1940 e 1944. (Bessel, 2010, pp. 271-72).

Os julgamentos dos principais criminosos de guerra também foram previstos durante a guerra, com a Declaração de Moscou, em 30 de outubro de 1943. As posições a respeito das possíveis condenações eram variadas. Winston Churchill, Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, era a favor de uma morte célere, por fuzilamento, a fim de evitar um julgamento extenso e complicado. Temia-se que, ao fim, um processo judicial pudesse não resultar em nada, ante a ausência de precedentes para subsidiar as pretendidas condenações. Embora Franklin Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), tivesse simpatizado com essa proposta em um primeiro momento, ele não contou com o apoio dos seus compatriotas. A União Soviética (URSS), por seu turno, defendia um julgamento como instrumento de demonstração pública do caráter nefasto do Terceiro Reich. Após debates, os Aliados concordaram em instaurar um julgamento em face dos principais dirigentes nazistas, colaboradores, organizações e instituições do regime. Então, entre 17 de julho a 8 de agosto de 1945, eles se reuniram na Inglaterra, na Conferência de Potsdam, para discutir as regras e os procedimentos a serem adotados no julgamento. Esse encontro resultou na assinatura da Carta de Londres, por meio da qual foram definidos os preceitos dos julgamentos e os crimes dos acusados. Estes foram enquadrados em quatro categorias: (i) conspiração e atos deliberados de agressão; (ii) crimes contra a paz; (iii) crimes de guerra; e (iv) crimes contra a humanidade. (*Vide* Pereira, pp. 3-4, 2010).

A definição do local dos julgamentos também foi motivo de controvérsias. Inicialmente, as cidades alemãs de Leipzig, de Munique e de Luxemburgo foram cogitadas pela Grã Bretanha e pelos EUA. Berlim, por ser a capital do *Reich*, era a indicada da URSS. Um novo impasse estava criado. Posteriormente, levantou-se a opção de Nuremberg sediar os julgamentos. As razões para sustentar a sua escolha eram fortes. A cidade fora palco dos mais inflamados discursos de Hitler na monumental Tribuna no Campo Zeppelin e cenário das mais relevantes manifestações pró-nazistas e dos pomposos desfiles do partido (*Reichsparteitagsgelände*). Soma-se a isso o fato de as primeiras leis antijudaicas

Reichsflaggengesetz)

(*Reichsbürgergesetz*)

Gesetz

zum Schutze des deutschen Blutes und der deutschen Ehre) terem sido decretadas em Nuremberg. Além disso, a devastação e os estragos provocados pelos bombardeios durante a guerra não destruíram o Palácio da Justiça, que foi encontrado praticamente incólume após o conflito. Com algumas pequenas reformas, o antigo tribunal estaria apto a funcionar em perfeitas condições. Era o local ideal para sediar os primeiros julgamentos dos principais líderes nazistas. Assim, por uma grande ironia do destino, Nuremberg, outrora coração do nacional-socialismo, tornou-se palco da desforra ao regime, por tudo de perverso e deplorável que ele produzira. (*Vide* Pereira, pp. 2-5; e Jeocaz Lee-Meddi¹⁵, 2009, p. 2). Após meticuloso planejamento, observa Bessel:

O julgamento de Nuremberg seria a mais importante manifestação da campanha aliada para impor a moralidade por meio de processos legais, e estabelecer, ao mesmo tempo, um registro do que o regime nazista perpetrara. (Bessel, 2010, p. 203).

¹⁵ **O Tribunal de Nuremberg**. Disponível em: <<http://jeocaz.wordpress.com/2009/06/30/o-tribunal-de-nuremberg/>>. Acesso em Abril 2011.

Então, em 18 de outubro de 1945, constituiu-se o Tribunal Militar Internacional (TMI), perante o qual foram instaurados os processos em face dos vinte e quatro homens considerados mais influentes do regime nazista¹⁶. Na sequência, em 20 de novembro, deu-se início aos primeiros Julgamentos de Nuremberg (*Jubiley* vs.

¹⁷ Sobre a expectativa dos alemães com relação aos julgamentos, Bessel observa:

Fosse qual fosse o apoio popular à derrotada elite nazista, que os Aliados temiam que ainda existisse, ele não se materializou. A visão de Göring, Hess, Ribbentrop, Speer, Keitel, Streicher e seus correligionários no banco dos réus não produziu ondas de simpatia entre os alemães por seus antigos governantes. Como disse na

preocuparmos com filigranas jurídicas e, no que dizia respeito aos

SU

¹⁶ Hermann Göring (Comandante da Aeronáutica [*Luftwaffe*], Presidente do *Reichtag* e Ministro da Prússia), Rudolf Hess (Vice-Líder do Partido Nazista), Martin Bormann (Vice-líder do Partido Nazista, após a partida de Rudolf Hess para a Grã-Bretanha e Secretário particular do Führer), Karl Dönitz (Comandante Supremo da Alemanha e Comandante da Marinha [*Kriegsmarine*]), Hans Frank (Advogado do Führer e Governador-geral da Polônia ocupada), Wilhelm Frick (Ministro do Interior), Hans Fritzsche (Chefe da Divisão de Rádio e ajudante de Joseph Goebbels no Ministério da Propaganda), Walther Funk (Ministro da Economia), Alfred Jodl (Chefe de Operações do Alto Comando das Forças Armadas, *OKW*), Ernst Kaltenbrunner (Chefe do Escritório Central de Segurança do *Reich*, *RSHA*), Wilhelm Keitel (Chefe do *OKW*), Robert Ley (Chefe do Corpo Alemão de Trabalho), Konstantin von Neurath (Ministro das Relações Exteriores, Protetor da Boêmia e Morávia), Franz von Papen (Ministro e vice-chanceler), Erich Raeder (Comandante-chefe da Marinha), Joachim von Ribbentrop (Ministro das Relações Exteriores), Alfred Rosenberg (Ministro do *Reich* para os Territórios Ocupados do Leste), Fritz Sauckel (Diretor do programa de trabalho escravo), Hjalmar Schacht (Presidente do *Reichsbank*), Baldur von Schirach (Líder da *Juventude Hitleriana*), Arthur Seyss-Inquart (Líder da anexação da Áustria e Gauleiter dos Países Baixos), Albert Speer (Ministro de Armamentos) e Julius Streicher (Chefe do periódico anti-semita *Der Stürmer*). (Vide **Julgamentos de Nuremberg**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Julgamentos_de_Nuremberg>. Acessos em: Maio/Junho 2011).

¹⁷ Entretanto, o julgamento dos alemães não começou em Nuremberg, em novembro, com o Julgamento dos Principais Criminosos de Guerra. O primeiro julgamento já tinha ocorrido enquanto os Aliados abriam caminho dentro da Alemanha, bem antes da rendição da Wehrmacht em maio de 1945: em 7 de abril, na cidade bombardeada de Düren, na Renânia (entre Colônia e Aachen), uma comissão militar condenou um oficial alemão pelo assassinato de dois prisioneiros de guerra

Foram muitas as dificuldades enfrentadas tanto por parte da acusação quanto da defesa. Antes mesmo do início dos julgamentos em si, a promotoria teve de lidar com alguns percalços com relação aos acusados. Para começar, o banco dos réus sofreu uma baixa. Robert Ley, chefe do Corpo Alemão de Trabalho, suicidou-se em 25 de outubro, quatro dias após ser indiciado perante o TMI. Fora esse, havia outro caso especialmente preocupante. Tratava-se de Rudolf Hesse, ex-vice-representante de Hitler, cuja sanidade mental para enfrentar o julgamento fora posta em questão. Desde a sua prisão na Torre de Londres, em 1941, após uma desastrosa tentativa de negociação de paz junto à Grã-Bretanha, Hesse apresentou sucessivos ataques nervosos e amnésia autoinduzida. A URSS, particularmente, insistia em levá-lo a julgamento. Diante disso, ele teve de submeter-se à avaliação por parte de um comitê de renomados psiquiatras. No final, concluiu-se por sua aptidão mental. Ademais, resolvida essa questão específica com os réus, existiam outros desafios, de ordem processual. (*Vide* Pereira, pp. 2-9, 2010).

Os crimes definidos pela Carta de Londres não existiam ao tempo dos atos praticados pelos acusados. Os Aliados não podiam ignorar o princípio jurídico da irretroatividade da lei. Isso seria um atentado contra a segurança jurídica. Desse modo, a manobra jurídica necessária para contornar esse impedimento legal, a fim de prosseguir com os julgamentos em Nuremberg, coube ao Promotor-chefe, o norte-americano Robert Jackson. Ele defendeu que a inexistência de tais crimes escritos em códigos e leis à época da Alemanha hitlerista não se sobrepunha ao fato de que tais crimes já estavam inscritos nas regras sob as quais a própria humanidade se constituía. Portanto, as crueldades perpetradas pelos nacional-
Jackson. (*Vide* Pereira, p. 4, 2010). Segundo Bessel,

Isso deu um alcance bem mais amplo a esse tribunal, permitindo o julgamento por crimes cometidos em qualquer parte e contra qualquer pessoa. A soberania nacional não ofereceria proteção. A lei internacional e a moralidade teriam precedência, o que determinou a ampliação nos tipos de crimes de guerra, abrindo-se caminho para o julgamento de 22 importantes figuras do regime nazista. (Bessel, 2010, p. 205).

Os Julgamentos de Nuremberg duraram duzentos e oitenta e cinco dias. Ao longo dos trabalhos da promotoria, foram ouvidas duzentas e quarenta testemunhas entre criminosos e sobreviventes; apresentadas cerca de três mil toneladas de documentos e fotografias; e reproduzidos os filmes feitos pela própria Alemanha nazista com o registro da humilhação dos judeus, das deportações, do confinamento dos prisioneiros nos campos de concentração e do extermínio em massa. A data de 29 de novembro de 1945 foi um marco. Durante uma das sessões

¹⁸. Decorrida uma hora da apresentação, as luzes se reacenderam no Palácio da Justiça. Revelaram-se rostos absolutamente perplexos e nauseados. Os espectadores presentes estavam afônicos, e apenas uma questão permeava os justificativa para tamanha crueldade, tamanha barbaridade; enfim, para assombrosa desumanidade. Por meio daquelas imagens, todos foram levados aos tempos sombrios do Holocausto [*Shoah*], que varreu da face da Terra nada menos que seis milhões de judeus.

Esse mal-

verdadeiramente ver, retoma um dos mais frequentes motivos evocados por testemunhas da *Shoah* ou de outros genocídios: o da

¹⁸ Episódio muito bem retratado no filme norte-americano, *Judgment at Nuremberg*, dirigido por Stanley Kramer, em 1961. O filme é baseado em fatos reais, especificamente no caso Katzenberger, o último julgamento dos Processos de Guerra de Nuremberg.

irrepresentabilidade do mal. [...] O mesmo motivo volta [...] na constatação estarrecida que o horror enxergado não é somente tão inesquecível quanto irrepresentável, mas também que ele possui uma estranha força de contaminação, que ele suja e marca de

dizem, muitas vezes, os sobreviventes, como se não conseguissem mais distinguir entre seu papel e sua tarefa de testemunhas e sua suspeita de serem também cúmplices e *voyeurs*. (Gagnebin apud Sereny, 2007, p. 106).

Ademais, ao longo do julgamento, alguns acusados protestavam veementemente.

de tais protestos, que explicitavam a cega fidelidade a Hitler, Camus analisa:

A ordem, por desgraça, raramente exige que se faça o bem. O puro dinamismo doutrinário não pode se dirigir para o bem, mas somente para a eficácia. [...] O resultado é que o homem, se for membro do partido, não passa de um instrumento a serviço do *Führer*, uma engrenagem do aparelho; ou, se inimigo do *Führer*, um produto de consumo do aparelho. O arrebatamento irracional, nascido da revolta, só se propõe a reduzir aquilo que faz com que o homem não seja uma engrenagem, isto é, a própria revolta. (Camus, 2008, pp. 214-15).

Finalmente, em 1º de outubro de 1946, os primeiros julgamentos em face dos principais líderes nazistas chegaram ao fim. As sentenças foram variadas, conforme o grau de participação de cada um dos acusados. Dos vinte e dois homens sentados no banco dos réus, doze foram condenados à morte por enforcamento (Hermann Göring, Joachim von Ribbentrop, Wilhelm Keitel, Wilhelm Frick, Ernst Kaltenbrunner, Alfred Rosenberg, Hans Frank, Julius Streicher, Fritz Sauckel, Alfred Jodl, Arthur Seyss-Inquart e Martin Bormann); três foram condenados à prisão perpétua (Rudolf Hess, Erich Raeder e Walther Funk); dois foram condenados a vinte anos de prisão (Baldur von Schirach e Albert Speer); um

foi condenado a quinze anos de prisão (Konstantin von Neurath); um foi condenado a dez anos de prisão (Karl Dönitz); e três foram absolvidos (Hans Fritzsche, Franz von Papen e Hjalmar Schacht). As sentenças foram executadas em 16 de outubro daquele ano. Os condenados com penas de prisão foram encarcerados na Prisão de Spandau, situada na antiga Berlim Ocidental. Assim, os Julgamentos de Nuremberg sepultaram o que restou do atroz regime nazista, ao mesmo tempo em que abriram as feridas mais profundas dos alemães. Segundo Camus:

A própria destruição das justificações últimas de Hitler, isto é, da nação alemã, a partir de agora faz desse homem, cuja presença histórica assombrou durante anos milhões de pessoas, uma sombra inconsistente e miserável. O depoimento de Speer no julgamento de Nuremberg mostrou que Hitler, embora tivesse podido sustar a guerra antes do desastre total, quis o suicídio geral, a destruição material e política da nação alemã. Para ele, o único valor, até o fim, foi o sucesso. Já que a Alemanha perdia a guerra, ela era covarde e

-lo para a morte e fazer de seu suicídio uma apoteose, quando os canhões russos já derrubavam as paredes dos palácios berlinenses. Goebbels, Himmler, Ley se matam nos subterrâneos ou em celas. Mas essa morte é uma morte para nada, é como um pesadelo, uma fumaça que se dissipa. Nem eficaz nem exemplar, ela consagra a

negação de tudo é servidão, e a verdadeira liberdade, uma submissão interior a um valor que enfrenta a história e seus sucessos. (Camus, 2008, p. 217).

Em Nuremberg, deu-se o pontapé inicial para trazer à tona a culpa dos principais líderes nazistas e dos colaboradores do regime. Tais julgamentos representaram um divisor de águas no direito internacional e um marco na história mundial. Primeiro, porque foi em Nuremberg que se começou a ter real dimensão do

que acontecera dentro da Grande Alemanha, atrás das linhas de combate. Segundo,

Militar Internacional, raiz do moderno Direito Internacional. Depois desses primeiros julgamentos, vieram os Processos de Guerra de Nuremberg, que contabilizaram cerca de cento e dezessete acusações em face, sobretudo, de médicos, juristas e figuras eminentes do Governo de Hitler, que foram julgados perante o Tribunal Militar Americano.

Jaspers, ao analisar os Julgamentos de Nuremberg, observa que a despeito dos esforços do Promotor-chefe para impedir que o caso se tornasse um mero show de horrores para deleite dos Aliados a comoção gerada por esses julgamentos tinha raízes mais profundas do que simplesmente revelar os crimes dos principais líderes sob acusação. Havia o desejo latente entre os espectadores de

declarações de culpabilidade se precipitava

19

(Jaspers, 1998a, p. 129; tradução nossa). Naqueles tempos do Pós-

o mundo inteiro acusa a Alemanha e os alemães. Nossa culpa é examinada com indignação, com espanto, com ódio, com desprezo. Quer-se castigo

20

(Jaspers, 1998a, p. 50; tradução nossa). Jaspers observa que este era o pano de fundo à época dos julgamentos compartilhado não só pelas potências vencedoras, mas também pelos cidadãos dos Estados que se mantiveram neutros no conflito. Então, as acusações acabaram arrastando para o banco dos réus não só o nacional-socialismo; mas, com ele, todo o povo alemão.

¹⁹ o de declaraciones de culpabilidad se precipitaba diariamente sobre nosotros los

²⁰ indignación, con espanto, con odio, con desprecio. Se quiere castigo y ve

Portanto, para Jaspers, enquanto alemão, interessava-lhe refletir sobre os tempos sombrios que cercavam a Alemanha do Pós-Guerra e, destacadamente, fazer uma sincera e imparcial investigação sobre as responsabilidades imputadas a seu povo. Nesse sentido, os Julgamentos de Nuremberg abriram-lhe terreno para novas perspectivas de conceber a culpa alemã. Segundo Jaspers, outras esferas foram desveladas, que não a estritamente criminal, na qual os principais líderes, colaboradores, organizações e instituições nazistas foram julgados em Nuremberg. Em um tribunal, julga-se. O veredito foi de culpa.

2.1.2. Os alemães sob acusações: um chamado à reflexão

Despertado para a questão da culpa alemã pelos Julgamentos de Nuremberg, que desvendaram a faceta mais sórdida e tenebrosa dos homens, advento do nacional-socialismo, alastrou-se para além do banco dos réus. Para Jaspers, os alemães foram cúmplices do regime nazista, de modo que a culpa não era só dos líderes nazistas.

O terror produziu o surpreendente fenômeno de o povo alemão ter participado dos crimes do Führer. Os submissos se converteram em cúmplices. Desde então, só em uma medida limitada, mas de uma forma que pessoas das quais nunca se esperava, pais de família, cidadãos diligentes que conscienciosamente exerciam sua profissão, assassinaram também conscienciosamente e, seguindo ordens, cometeram os outros crimes nos campos de concentração.²¹ (Jaspers, 1998a, p. 57; tradução nossa).

21

del Führer. Los sometidos se convirtieron en cómplices. Desde luego, solo en una medida limitada pero de forma tal que personas de las cuales nunca uno lo hubiera esperado, padres de familia, ciudadanos diligentes que concienzudamente practicaban su profesión, asesinaron también concienzudamente y, siguiendo ordenes, cometieron los otros crímenes en los campos de

Os cartazes foram esquecidos. Porém, o que experimentamos com isso permanece: em primeiro lugar, a realidade de uma opinião mundial que nos condena como povo inteiro e, em segundo, o próprio atordoamento.²⁴ (Jaspers, 1998a, p. 68; tradução nossa).

Jaspers não negligenciava a opinião mundial a respeito da conduta da Alemanha durante a Guerra; mas, para ele, o mais importante era a autoimagem que os próprios alemães tinham de si enquanto povo. Os líderes e carrascos alemães, ao terem praticado os atos bárbaros e desumanos contra os judeus, empreenderam um
or sua vez,

liberdade de discordar e de criticar o governo, e a própria responsabilidade em relação à autodeterminação como indivíduo e à condução política da sua sociedade. Todos, portanto, eram culpados politicamente na medida de seus atos e/ou omissões. Sendo assim, para Jaspers:

O ponto de partida para assumir a própria responsabilidade pelo sucedido nos doze anos de dominação nacional-socialista não podia ser, naturalmente, o escapismo da repressão psicológica, mas o restabelecimento da disposição para refletir.²⁵ (Jaspers, 1998a, p. 8; tradução nossa).

Ao abordar a questão da culpa alemã, Jaspers apela para a reflexão. Ele não quer recorrer aos sentimentos e às paixões. Seu método de análise consiste em reforçar o papel da razão como guia para o comportamento humano. Esse, talvez, tenha sido o motivo maior pelo qual os próprios alemães não receberam bem a sua obra logo quando ela fora publicada. Eles simplesmente não estavam preparados para pensar a própria culpa. Mas, Jaspers insiste:

²⁴

lugar, la realidad de una opinión mundial que nos condena como pueblo entero y, en segundo, el

²⁵

dominación nacionalsocialista no podía ser, desde luego, el escapismo de La represión psicológica

Temos de restabelecer a disposição para a reflexão. Para isso, não devemos deixar-nos embriagar por sentimentos de orgulho, de desespero, de indignação, de obstinação, de vingança, de desprezo, mas temos de esfriar esses sentimentos e ver a realidade.²⁶ (Jaspers, 1998a, p. 44; tradução nossa).

Jaspers quer analisar os fatos de forma imparcial e neutra, sem afetações. Trata-se
 é é

²⁷ (Jaspers, 1998a, p. 45; tradução nossa). Romper com o silêncio, em função da vergonha e da culpa, é, segundo esta concepção, abandonar a máscara do autoengano. Jaspers, no
 falar uns com outros é, hoje em dia, difícil na Alemanha, mas é

a tarefa mais importante, porque somos extraordinariamente diferentes no que se
²⁸ (Jaspers, 1998a, p. 46; tradução nossa).

Finda a Segunda Guerra, Jaspers afirma que os alemães têm em comum somente uma coisa: pertencem à mesma comunidade. No fundo, para ele,

²⁹ (Jaspers, 1998a, p. 47; tradução nossa). O contínuo bombardeio de propagandas imperialistas e antijudaicas do nacional-socialismo abafou a voz e a consciência dos alemães à época, que se deixaram conduzir pela
 - ubmersos
 na ideologia nazista, os alemães perderam o contato com a realidade. Isso

26

embriagar por sentimientos de orgulho, de desesperación, de indignación, de obstinación, de

27

28

s la tarea más importante, porque somos extraordinariamente diferentes en lo que se refiere a lo que hemos vivido, sentido,

29

³⁰ (Jaspers, 1998a, p. 47; tradução nossa). Em função disso, os alemães não compartilhavam da mesma interpretação dos fatos. Cada qual sentia os acontecimentos à sua maneira, pois, de acordo com Jaspers:

Quase todos perderam amigos íntimos e familiares combatendo no frente, ou por causa das bombas, ou nos campos de concentração, ou nos assassinatos em massa do regime, o que traz como consequência atitudes internas muito distintas.³¹ (Jaspers, 1998a, p. 49; tradução nossa).

Assim, pelo fato de os sofrimentos no Pós-Guerra terem sido variados, cada alemão,

as razões do porquê cada um se converteu em vítima são tão abismalmente

³² (Jaspers, 1998a, p. 49; tradução nossa). Bessel destaca um esboço traçado por Backhaus sobre o sentimento da população da sua região em meados de 1946, que ilustra bem a situação espiritual dos alemães à época:

É característico da maioria um sentimento de profundo embotamento; emocionalmente, ainda não superaram o colapso da primavera passada, pode-se dizer que ainda nem sequer compreenderam o significado daqueles acontecimentos. Ainda se agarram à mais do que vaga esperança de que o antigo e conhecido ritmo da vida retorne, e veem o que acontece no momento mais como um pesadelo, de cujas sinistras imagens escaparão quando acordarem. É compreensível, pois a desgraça de cada um é tão inominável que ultrapassa todas as medidas. O povo parece tão

³⁰ ora que podemos volver a hablar libremente nos encontramos como si viniéramos de mundos

³¹

bombas o en los campos de concentración o en los asesinatos de masas del régimen, lo que trae

³²

cansado e sem esperança [que] a maioria das pessoas já não sente emoção alguma, sem falar em ter condições de fazer planos para o futuro.

Atirado no redemoinho do desmoroamento geral, o indivíduo só enxerga seus próprios problemas. O morador da cidade está diante das ruínas de sua casa, lamenta a perda de móveis que para ele, em muitos casos, não eram apenas os adornos exteriores da existência, mas parte indissociável de sua própria vida, pelas memórias a eles associadas. Ainda pior para as famílias é a perda de parentes que não voltaram da guerra, a morte de pais, irmãos, filhos, assim como o aflitivo sentimento de incerteza sobre a sorte dos prisioneiros de guerra e dos desaparecidos, daqueles de quem, às vezes, havia anos não se tinham notícias. Além da dor das perdas irremediáveis, há a torturante preocupação com o futuro. Inúmeras pessoas tiveram de desistir de seus antigos empregos, em parte por razões políticas, em parte, no entanto, como resultado da total desarticulação das condições econômicas. [...] Ao se examinar o significado do trabalho para a maioria dos alemães é que se compreendem as condições emocionais do povo. Pois o emprego não significava apenas um meio de ganhar dinheiro; era, também, a essência da vida. (Apud Bessel, 2010, pp. 320-21).

Soma-se às diferenças de sentimentos em decorrência da guerra e aos variados sofrimentos por ela provocados nos alemães a destruição de uma base ético-política compartilhada. Tudo isso criou, na concepção de Jaspers, uma ruptura entre os alemães, culminando na recusa à reflexão, na renúncia à comunicação.

Bessel destaca:

A expectativa talvez fosse que a preocupação com suas próprias dificuldades incentivasse nos alemães um senso de solidariedade social. No entanto, mais do que juntá-los, o caos de 1945 parece ter tido o efeito contrário. Em grande parte isoladas do resto da sociedade, e em face dos imensos problemas de cada dia, as pessoas cuidavam de si mesmas, olhando os outros com suspeita. (Bessel, 2010, p. 321).

Acostumados a obedecer a ordens sem nada questionar, conforme apontado por Elias, os alemães abdicaram, pois, da faculdade de pensar por si mesmos, observa Jaspers, renunciando, de certa forma, muitas das análises de Arendt. Mas a culpa batia às suas portas aos pontapés. Diante dela, a sociedade alemã estava dividida: havia aqueles que se consideravam culpados por todas as atrocidades cometidas pelos nazistas, mas também havia os que se achavam livres de qualquer culpa, atribuindo-

se quer ouvir falar de culpa, do passado [...]. Quer-se simplesmente deixar de sofrer,

³³, afirma Jaspers. (Jaspers, 1998a, p. 50;

tradução nossa). Nesse sentido, Bessel constata:

A experiência do nazismo e da guerra e, sobretudo, das dificuldades de 1945, não inspirou a maioria dos alemães a tentar construir um mundo melhor, como os idealistas talvez esperassem. Em vez disso, os alemães concentraram-se nos próprios problemas, vendo-se como vítimas impotentes e inocentes de forças fora do seu controle ou do comportamento arbitrário e por vezes violento das tropas aliadas de ocupação, da desesperada escassez de alimentos e moradias, do aumento da criminalidade que veio com o fim da guerra, do colapso da ordem social e moral. A profunda desordem que os alemães enfrentaram depois da queda do regime nazista permitiu-lhes deixar para trás o nazismo, sem terem de encarar sua própria participação. (Bessel, 2010, p. 323).

Jaspers, entretanto, para além de toda a indignação em face do terror perpetrado pelo regime nazista, quer encarar a realidade e enfrentar a culpa

³⁴ (Jaspers, 1998a, p. 50; tradução nossa). Para ele, não há espaço para a indiferença; ao contrário:

De fato, nós, os alemães, estamos obrigados, sem exceção, a abordar claramente o assunto da nossa culpa e extrair dela as consequências pertinentes. Nossa dignidade humana nos obriga. Não podemos ficar indiferentes ao que o mundo pensa de nós, pois somos parte da humanidade. Somos, em primeiro lugar, homens e, depois, alemães.³⁵ (Jaspers, 1998a, p. 51; tradução nossa).

Trata-se, pois, de um imperativo o qual os alemães não podiam se furtar a cumprir, sob pena de perder em definitivo a própria dignidade enquanto povo. Assim, para Jaspers, enquanto alemão:

A questão da culpa alemã, mais que uma pergunta que nos formulam os demais, é uma pergunta que nós nos formulamos. [...] É uma questão de vida ou morte para a alma alemã. Somente em relação a ela, é possível uma mudança profunda que nos leve a uma renovação que parta do mais originário de nossa essência. As declarações de culpabilidade por parte dos vencedores têm, certamente, as maiores consequências para nossa existência, têm caráter político, mas não nos ajudam no decisivo: a mudança interior. Isso temos de tratar sozinhos, com nós mesmos.³⁶ (Jaspers, 1998a, p. 51; tradução nossa).

Diante disso, para ser possível o reerguimento da Alemanha enquanto nação, a questão da culpa, impregnada na autoconsciência alemã, deveria ser

³⁴

³⁵

abordar con claridad el asunto de nuestra culpa y extraer las consecuencias pertinentes. Nuestra dignidad humana nos obliga. No puede resultarnos indiferente lo que el mundo piense de nosotros, pues nos sabemos formando parte de la humanidad, somos en pri

³⁶

nosotros nos formulamos. [...] Es una cuestión de vida o muerte para el alma alemana. Solamente sobre ella puede tener lugar un cambio profundo que nos lleve a una renovación que parta de lo más originário de nuestra esencia. Las declaraciones de culpabilidad por parte de los vencedores tienen ciertamente las mayores consecuencias para nuestra existencia, tienen carácter político, pero no nos ayudan en lo decisivo: el cambio interior. En esto nos las tenemos que ver solos con

37

naqueles crimes,

38

³⁹ (Jaspers, 1998a, p.

69; tradução nossa). Esses tipos diversos de acusações implicam consequências distintas, observa Jaspers. Segundo ele, os tipos de culpa delas decorrentes têm naturezas, abrangências e instâncias de julgamento diferenciadas. A fim de investigar em quê consiste efetivamente cada uma das esferas de culpa, Jaspers propõe um esquema de distinções, o qual passaremos a analisar.

2.2. O esquema das distinções da culpa

Jaspers, no seu projeto de lançar luz sobre o problema da culpa alemã, debruça-se sobre as distintas esferas em que ela se dá. Metodologicamente, a sua abordagem consiste em, primeiramente, distinguir as suas naturezas, instâncias julgadoras e consequências. Depois, tentar aclarar a situação da Alemanha do Pós-Guerra, a partir da elucidação da culpa alemã. Assim, Jaspers estabelece um esquema das distinções da culpa em quatro tipos: criminal, política, moral e metafísica. Passemos, pois, a analisar com maior profundidade cada um deles.

2.2.1. A culpa criminal

objetivamente que infringem leis inequívocas. Instância é o *tribunal* que, em um processo formal, estabelece fielmente os fatos e aplica-lhes, depois, as leis

37

38

39

⁴⁰ (Jaspers, 1998a, p. 53; tradução nossa). Relativamente a este tipo específico de culpa, Jaspers reconhece o ineditismo advindo da Segunda Guerra Mundial. Para ele, comparativamente à Primeira Guerra, que se concentrou no continente europeu fundamentalmente, a Segunda Guerra ganhou proporções mundiais, tendo sido deflagrada pela Alemanha, a contragosto das demais nações. Assim, com o fim do conflito, tornaram-

governo nazista, antes da guerra, na Alemanha; e, uma vez em guerra, por todas as

⁴¹ (Jaspers, 1998a, p. 71; tradução nossa). Como visto, as potências vencedoras, estarecidas pelas atrocidades cometidas pela Alemanha hitlerista, empenharam-se em levar a julgamento os principais líderes do regime nacional-socialista. Então, instituiu-se o Tribunal de Nuremberg perante o qual foram julgados os mais influentes personagens do nazismo, dentre líderes, colaboradores, organizações e instituições. Segundo Jaspers, aqueles foram julgamentos do tipo *ex post facto*, de modo que a Carta que estabeleceu o referido Tribunal tinha a

ção de que não havia tais diplomas normativos prevendo um julgamento naqueles termos.

Para Jaspers, os Julgamentos de Nuremberg circunscreveram-se a dois principais objetivos. Primeiro: julgar individualmente os acusados. Nas palavras do Promotor-chefe, Ro

⁴² (Jaspers, 1998a, p. 71; tradução nossa). Segundo: pontuar os crimes pelos quais os acusados estavam sendo julgados. Como demonstrado, o Estatuto do TMI elencava quatro crimes específicos: (i) conspiração e atos deliberados de agressão, (ii) crimes contra a paz, (iii) crimes de guerra, e (iv)

⁴⁰
⁴¹ em un proceso forma

Instancia es el tribunal que,

crimes contra a humanidade. Ademais, Jaspers analisa que, para subsumir os atos praticados pelos réus aos tipos penais determinados no Estatuto, a promotoria procurou determinar o grau de participação de cada um dos acusados, a fim de extrair a medida de responsabilidade devida. Por isso, a condenação resultou em penas distintas.

Além disso, Jaspers destaca que os alemães foram espectadores nos

⁴³ (Jaspers, 1998a, p. 72;

tradução nossa). Muitos estavam preocupados com o desenrolar do processo, na medida em que havia o temor generalizado de que todo o povo alemão, ao fim, fosse condenado pelo regime nacional-socialista e seus atos nefastos. De fato, para

a responsabilidade e, ademais, é afetado por tudo aquilo que faz e sofre seu próprio

44

(Jaspers, 1998a, pp. 72-73; tradução nossa). Portanto, nesta concepção, impuseram-se aos alemães as mesmas responsabilidades infligidas aos réus. Assim, da mesma forma que os acusados tentaram afastar as condenações que sobre eles recaíam, os alemães igualmente as rechaçavam. Contra essa instintiva negação de assunção de toda e qualquer culpa por parte do povo alemão, Jaspers

política. Temos de experimentar a indignidade que essa responsabilidade política

⁴⁵ (Jaspers, 1998a, p. 73; tradução nossa).

43

44

45 hace y

45

Esta responsabilidade política, no entanto, não se confunde com o tipo de culpa tratada nos Julgamentos de Nuremberg. Perante o TMI, julgou-se a culpa criminal de cada um dos acusados, ou seja, se eles cometeram algum dos crimes elencados no Estatuto. Sendo assim, a referida responsabilidade que se imputava aos cidadãos alemães era, na concepção de Jaspers, de ordem política, e não criminal. Esta reflexão, de certa forma, aproxima-se da preocupação de Arendt quanto a uma culpabilidade sem diferenciação assumida pelo povo alemão como atuto esvaziaria a própria noção de responsabilidade e culpa. Dessa maneira, a reflexão seminal de Jaspers quanto aos estatutos das várias ordens de culpabilidade mostra-se ponto central para o tema. Culpa de um povo, ou culpa de um indivíduo, o fato é que os alemães queriam evitá-la a qualquer custo. Para tanto, agarraram-se a argumentos vazios de reflexão e autocrítica. Vejamos alguns deles que foram analisados por Jaspers.

2.2.1.1. Objeções dos alemães aos Julgamentos de Nuremberg e a negação da culpa

Alguns alemães sustentavam que era da natureza humana envolver-se em guerras e conflitos. Em relação a esta tese, Jaspers contra-argumenta afirmando que a Alemanha sozinha arquitetou a guerra e levou adiante o conflito de acordo com um plano idealizado pelo regime nacional-socialista. Sendo assim, não se tratava de culpar a Alemanha por todas as guerras, mas, precisamente, pela Segunda. Ademais, contra a tese de o homem tender sempre a resolver as coisas apelando para a violência, articulada com o fim de justificar os atos empreendidos pelos alemães durante a guerra, Jaspers é categórico:

Esta guerra não se originou por uma impossibilidade de ordenamento entre iguais que não lhes deixara outra saída senão marchar espontaneamente ao combate, mas foi, quanto à sua

origem e realização, de uma premeditação criminosa e de uma vontade de aniquilação total e ausente de escrúpulos.⁴⁶ (Jaspers, 1998a, p. 74; tradução nossa).

Portanto, desde o princípio, pela própria proposta subjacente ao nacional-socialismo de domínio t

baseada na crença na superioridade da raça ariana, conforme demonstrado por Elias, Jaspers constata a absoluta pré-indisposição da Alemanha nazista ao diálogo.

a guerra, não se devem cometer atos que

⁴⁷ (Jaspers, 1998a, p. 74;

tradução nossa).

Muitos argumentavam, também, que os Julgamentos de Nuremberg, movidos exclusivamente pelas potências vencedoras, eram fonte de vergonha e humilhação para o povo alemão como um todo. Contra esta tese, Jaspers afirma que vergonhoso não eram os julgamentos em si, mas os fatos que lhes deram causa, e acrescenta:

Ademais: não mudaria nada a nomeação de um tribunal alemão ou de alemães para sentarem-se ao lado dos vencedores. Eles não estariam no tribunal em virtude de uma espécie de autoliberação alemã, mas pela graça do vencedor. A vergonha nacional seguiria sendo a mesma. O processo é o resultado do fato de que não nos libertamos do regime criminoso por nós mesmos, mas de que fomos

⁴⁶

salida que marchar caballerosamente al combate, sino que fue, en cuanto a su origen y realización, de una alevosía criminal y de una voluntad de aniquilación

⁴⁷

libertados dele pelos Aliados.⁴⁸ (Jaspers, 1998a, pp. 74-75; tradução nossa).

Outra objeção aos referidos julgamentos é a tese que sustenta o direito divino dos governantes. O poder do *Führer*, nesta concepção, era derivado do próprio Deus. Portanto, ir contra a vontade de Hitler era, em última instância, contestar a própria vontade divina. Jaspers, no entanto, não admite essa tese de direito divino dos governantes, por considerá-la bastante ultrapassada. Para ele, quem governa são pessoas, de carne e osso, e não uma entidade divina acima do bem e do mal. A autoridade e a legitimidade dos governantes derivam da vontade do povo. Disso, decorre a obrigação de os cidadãos manterem em constante controle o Chefe do seu Estado, escolhido como seu líder e condutor.

Os Julgamentos de Nuremberg também eram criticados do ponto de
pena sem lei anterior que os
nullum crimen nulla poena sine praevia lege) era a base legal para sustentar a nulidade dos processos instaurados perante o TMI. Mesmo entre os Aliados, havia a preocupação com a segurança jurídica, conforme demonstrado. De acordo com essa linha de argumentação, os líderes nazistas estavam sendo julgados por uma lei retroativa, que visava incriminá-los por fatos não considerados crimes na Alemanha ao tempo de sua prática. Contra essa tese, Jaspers argumenta que as leis positivadas decorrem de leis naturais pré-existentes. Este, como visto, também foi o argumento usado por Robert Jackson para defender o prosseguimento dos julgamentos. Portanto, na concepção de Jaspers, mesmo que não houvesse nenhuma lei escrita no ordenamento jurídico alemão vigente ao tempo da prática

⁴⁸ cambiaría nada el nombramiento de un tribunal alemán o de alemanes para sentarse en él al lado de los vencedores. Ellos no estarían en el tribunal en virtud de una suerte de autoliberación alemana, sino por la gracia del vencedor. La vergüenza nacional seguiría siendo la misma. El proceso es el resultado del hecho de que no nos hayamos liberado nosotros mismos del

dos atos pelos quais os líderes nazistas estavam sendo julgados em Nuremberg, havia, desde sempre, o Direito Natural, como tutor maior e anterior dos direitos humanos.

Contudo, mesmo admitindo a existência prévia do Direito Natural ao Direito Positivo, Jaspers reconhece que, em tempos de guerra, a instância julgadora é mesmo um tribunal constituído pela parte vencedora. Disso, segundo ele, decorre

49

(Jaspers, 1998a, p. 75; tradução nossa). Defensores dessa ideia argumentam que um tribunal constituído pelos vencedores é sempre parcial, de maneira, que, de antemão e inexoravelmente, a culpa será sempre imputada aos vencidos.

O *leitmotiv* da defesa de Göring no julgamento de Nuremberg retoma

dúvida, isso pode ser discutido. Nesse caso, não se pode compreender Rosenberg, quando ele diz no julgamento de Nuremberg que não havia previsto que esse mito levaria ao

Minha

luta

ele toca, pelo contrário, no verdadeiro assunto do julgamento, o das responsabilidades históricas do niilismo ocidental, o único, no entanto, que não foi realmente discutido em Nuremberg, por motivos evidentes. Não se pode conduzir um julgamento anunciando a culpabilidade geral de uma civilização. Julgaram-se apenas os atos que, esses pelo menos, eram gritantes diante do mundo inteiro. (Camus, 2008, pp. 212-13).

⁵⁰ (Jaspers,

1998a, p. 76; tradução nossa). Em face de um regime opressor, os homens têm uma preciosa e poderosa arma de combate: a vontade. Trata-se de um querer dirigido à

49

50

la fuerza constituyen de hecho una decisiva realidad en el mundo de los hombres. Pero

recuperação e à manutenção de um Estado que garanta e proteja os direitos dos cidadãos. Isto implica um não-querer fundamental: um Estado que usurpe o poder contra seu próprio povo, um regime que preconize a aniquilação de seres humanos.

Contra-pondo-se às principais objeções levantadas contra o Tribunal de Nuremberg, Jaspers pondera que os julgamentos dos principais líderes nazistas foram determinantes para lançar luz sobre a questão da culpa alemã. Segundo ele,

51

(Jaspers, 1998a, p. 77; tradução nossa). De fato, a individualização da pena foi considerada pelo TMI. As sentenças impostas aos réus foram variadas: doze condenações à morte, três prisões perpétuas, duas condenações a vinte anos de prisão, uma condenação a quinze anos, uma condenação a dez anos de prisão e três absolvições. Essas diferenciações levaram em conta o que se provou ter sido o papel que cada um dos réus efetivamente desempenhou no regime nacional-socialista. Desse modo, a declaração de culpa pelo Tribunal de Nuremberg circunscreveu-se, ante as provas apresentadas, à atuação e participação dos acusados nos crimes nazistas. Assim, de acordo com Jaspers, esse desfecho dos processos em face das principais figuras do nacional-socialismo insinuava uma redenção para os alemães; mas não completamente:

A limitação do processo de Nuremberg aos criminosos alivia o povo alemão, mas não a ponto de deixá-lo livre de qualquer tipo de culpa. Ao contrário. Nossa própria culpa se torna ainda mais clara em sua essência.⁵² (Jaspers, 1998a, p. 79; tradução nossa).

51

los gobernantes, con lo que no condena colectivamente

52

manera que quede libre de cualquier tipo de culpa. Al contrario. Nuestra propia culpa se vuelve aún

Portanto, a absolvição dos réus dos quais não se conseguiu provar, nos autos dos processos, real e efetiva atuação em alguma das práticas nazistas consideradas criminosas não era inteiramente emancipatória para os alemães. Em outras esferas, que não a estritamente criminal, a culpa persistia. Na concepção de Jaspers, pois, os alemães que não cometeram nenhum dos crimes levados a julgamento em Nuremberg também não estavam isentos de toda a culpa. Mesmo inocentes perante o TMI, não o eram perante outras instâncias de julgamento, pois:

À vista dos crimes que foram cometidos em nome do Reich, cada alemão se torna co-responsável. Somos coletivamente nós tem de sentir-se co-responsável. Sem dúvida, no sentido político da co-responsabilidade de cada cidadão pelos atos que comete o Estado ao qual pertence.⁵³ (Jaspers, 1998a, p. 80; tradução nossa).

Passemos, então, a analisar esse outro tipo de culpa que implica, nos termos de Jaspers, co-responsabilidade e consentimento: a culpa política.

2.2.2. A culpa política

A culpa política está atrelada às ações dos estadistas que foram alçados ao poder com o apoio e o consentimento dos cidadãos, ou seja, daquela parcela da população que tem capacidade para exercer os direitos políticos que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios do Estado. Assim, para

-responsável pelo modo que é

⁵⁴ (Jaspers, 1998a, p. 53; tradução nossa). De acordo com este conceito

cometidas pelo nacional-socialismo, na medida em que consentiram o advento e a

⁵³ de los crímenes que han sido cometidos en nombre del Reich, cada alemán se vuelve tiene que sentirse cada uno de nosotros corresponsable. Sin duda en el sentido político político de

permanência, por dozes anos no poder, de tal regime. A culpa política de cada cidadão, segundo Jaspers, é auferida pelo grau de consentimento ao Estado

⁵⁵ (Jaspers, 1998a, p. 53; tradução nossa).

Entretanto, ressalta Jaspers: a co-responsabilidade dos cidadãos pelos atos que comete o Estado ao qual pertencem não implica declará-los criminosos tampouco moralmente culpados, mas, tão-somente, politicamente responsáveis. Portanto, aqueles que, no seu foro íntimo, eram contrários ao nazismo e a todas as crueldades cometidas na sua vigência, estavam absolvidos das culpas criminal (vista acima) e moral (a qual veremos a seguir), mas eram culpados politicamente.

etiva existe, assim, como
responsabilidade política dos cidadãos; mas não, por isso, na mesma forma que a

⁵⁶ (Jaspers, 1998a, p. 80;
tradução nossa). Vejamos como Jaspers analisa, então, a questão da culpa coletiva.

2.2.2.1. A negação da concepção de culpa coletiva

Jaspers rechaça a ideia de culpa coletiva. Segundo ele, subjacente a essa concepção reside o pressuposto de que a sociedade não é constituída de pessoas, mas, unicamente, de entes coletivos. Trata-se de uma concepção de

mitificador. Jaspers é completamente contrário a esta tese. Para ele,

Um povo não pode transformar-se em um indivíduo. Um povo não pode perecer heroicamente, não pode ser criminoso, não pode atuar moral ou imoralmente, e sim, tão-somente, os indivíduos que os constituem. Um povo tomado como um todo não pode ser culpado

55

56

ou inocente, nem no sentido criminal, nem no político (neste caso, são responsáveis unicamente os cidadãos de um Estado), nem no moral. O julgamento de um povo, como se tratasse de uma categoria, é sempre uma injustiça; pressupõe uma substancialização equivocada que tem como consequência a degradação das pessoas enquanto indivíduos.⁵⁷ (Jaspers, 1998a, p. 61; tradução nossa).

Ademais, Jaspers considera que a afirmação de uma culpa coletiva alemã é tão falaciosa quanto a tese que imputa ao povo judeu a culpa pela morte de Jesus na cruz. Em ambos os casos, por detrás dos atos cruéis e injustos, estavam indivíduos, pessoas de carne e osso. Portanto, para Jaspers, admitir a tese de culpa coletiva é, em última instância, dissolver no corpo social despersonalizado a responsabilidade política concernente a cada cidadão. É, pois, uma estratégia retórica para não se enfrentar a culpa.

Para Jaspers, reconhecer-se responsável politicamente implica pôr em obediência e, ademais, não se sente culpada. Saber-se responsável é o começo da

⁵⁸ (Jaspers, 1998a, p. 92;

⁵⁹ (Jaspers, 1998a, p. 92; tradução nossa), a resposta de Jaspers é afirmativa para a imputação de uma culpa do tipo política, isto é, os cidadãos franceses são responsáveis sim, politicamente, pelo governo de Napoleão. Entretanto, a sua resposta é negativa, se

⁵⁷

ueblo no puede perecer heroicamente, no puede ser criminal, no puede actuar moral o inmalmente, sino sólo los individuos que lo constituyen. Un pueblo tomado como un todo no puede ser culpable o inocente, ni en sentido criminal, ni en el político (en esto son responsables unicamente los ciudadanos de un Estado), ni en el moral. El enjuiciamiento de un pueblo como si tratara de una categoría resulta siempre una injusticia; presupone una substancialización equivocada que tiene como consecuencia la degradaci

⁵⁸

⁵⁹

o tipo de culpa de que se fala é criminal ou moral. Segundo Jaspers, o erro fundamental no qual a maioria das pessoas incorre em defesa da concepção de culpa coletiva é comparar as relações que se dão no âmbito privado com as que se estabelecem na esfera pública. Assim,

O que no matrimônio é possível e conveniente é, a princípio, pernicioso no Estado: a ligação incondicional a uma pessoa. A fidelidade característica dos prosélitos é um comportamento apolítico próprio de círculos estreitos e de relações primitivas. Em um Estado livre, o que rege é o controle e o alívio possível de umas pessoas sobre outras.⁶⁰ (Jaspers, 1998a, p. 93; tradução nossa).

Essa confusão implica dupla culpa decorrente de escolhas determinantes para a ascensão e manutenção de um regime opressor e cruel: (i) entrega incondicional a um governante, e (ii) submissão ao modo de ser do governante. Diante disso, Jaspers observa que, pelo fato de as pessoas compartilharem a condição social de terem nascido no mesmo solo, de pertencer à mesma sociedade e de falar a mesma língua, o sentimento de profunda vergonha e abatimento que todos experimentam

61

Jaspers, 1998a, p. 93; tradução nossa). Sendo assim:

Sentimo-nos partícipes não só do que se faz no presente compartilhamos a culpa pelo fazer dos contemporâneos , mas também do conjunto da tradição. Temos de assumir a culpa de nossos antepassados. Todos nós compartilhamos a culpa de que, nas condições espirituais da vida alemã, deu-se a possibilidade de tal regime.⁶² (Jaspers, 1998a, pp. 93-94; tradução nossa).

60

ligazón incondicional a una persona. La fidelidad característica de los prosélitos es un comportamiento apolítico próprio de círculos estrechos y de relaciones primitivas. En un Estado

61

62

s no sólo de lo que se hace en el presente compartimos la culpa por el hacer de los contemporâneos , sino también del conjunto de la tradición. Tenemos que asumir la culpa de nuestros antepassados. Todos nosotros compartimos la culpa de que en las condi

Diante disso, torna-se ainda mais justificada a abertura desta investigação sobre a culpa alemã com a análise empreendida anteriormente por Elias sobre a formação da personalidade e da estrutura social da Alemanha. Se os alemães são chamados a responder pela culpa dos seus antepassados, tal como propõe Jaspers, então se devem compreender as condições determinantes da efundação, de renascimento, de rechaço do nocivo seja uma tarefa compulsória para o povo, na ⁶³ (Jaspers, 1998a, p. 94; tradução nossa). Isso, segundo Jaspers, é algo completamente distinto da cada homem, com vistas à redução de todos os indivíduos em uma massa uniforme. Trata-se, ao contrário e antes de tudo, de considerar a própria condição humana de os indivíduos estarem

O fato de ser alemão, o que significa essencialmente viver na língua materna, é tão persistente que me sinto co-responsável de um modo racional, não falso, mas racional; inclusive de um modo contraditório, pelo que fazem e pelo que fizeram os alemães.⁶⁴ (Jaspers, 1998a, p. 94; tradução nossa).

Sendo assim, nesta concepção de Jaspers, a responsabilidade política alcança a todos os cidadãos, na medida em que as existências dos indivíduos, inseridos no espaço comum da sociedade e, portanto, condicionados por ela, passam a ser reguladas pela ordem estatal legitimada e consentida por eles. Diante disso, o anseio de uma existência apolítica, como livramento da responsabilidade, não se pode concretizar. É da condição humana, no contexto de uma sociedade,

⁶³

obligada para el pueblo en la forma de una tarea obligada para cada indivi

⁶⁴

persistente que me siento corresponsable de un modo racional, ya no falso, racional incluso de un modo contradictorio, por lo que hacen y han hecho los alem

agir politicamente. A vontade dirigida à negação deste agir, à abstenção de participação dos assuntos políticos, converte-se em efetiva ação política, na forma de omissão. Trata-se, pois, de um agir negativo, o qual também implica responsabilidade política, na medida em que o cidadão não cumpre o dever a ele imposto de tomar parte da condução de sua sociedade. Sendo assim, de todo modo,

⁶⁵ (Jaspers, 1998a, p. 80; tradução nossa). A responsabilidade política é da esfera pública e compartilhada, e não de foro íntimo. Ante a própria consciência do indivíduo, apresenta-se uma culpa de outra ordem: a culpa moral. Passemos, então, ao seu exame.

2.2.3. *A culpa moral*

da culpa em relação ao indivíduo, na medida em que ele elucida a si mesmo, denominamos de moral. Aqui se encontram as maiores diferenças entre nós, os

⁶⁶ (Jaspers, 1998a, p. 81; tradução nossa). Para Jaspers, a culpa moral está relacionada com as ações do indivíduo. Sendo assim, a própria consciência individual é a instância julgadora da culpa moral. Trata-se do autoexame que implica autorreconhecimento e, por conseguinte, autoimputação de culpa. Desse modo, o pressuposto para a culpa moral é a consciência de si. A ausência dessa condição, segundo Jaspers, explica o fato de os nazistas se autoproclamarem isentos de culpa moral.

Hitler e seus cúmplices, essa pequena minoria integrada por umas dezenas de milhares de pessoas, se encontram livres de culpa moral

⁶⁵

⁶⁶

el individuo, en tanto que él se elucida a sí mismo, la denominamos moral. Aquí se encuentran las

enquanto não se dão conta dela. Parecem incapazes de arrependimento e transformação. São como são. Frente a tais pessoas, cabe unicamente a força, porque eles mesmos só se sustentam por meio da força.⁶⁷ (Jaspers, 1998a, p. 82; tradução nossa).

Para Jaspers, portanto, a culpa moral só é reconhecida pela culpadas as pessoas capazes de expiação, aquelas que sabiam ou podiam saber e que, ainda assim, percorreram caminhos que, agora, em autoexame, avaliam como um erro, pelo que resultam culpadas⁶⁸ (tradução nossa). A fim de elucidar o autoengano no qual incorreram os alemães em relação ao regime nazista, Jaspers apresenta algumas explicações, dispostas a seguir.

2.2.3.1. As justificativas para o autoengano

sob o pretexto de sobrevivência na Alemanha hitlerista, simulavam sua concordância com o regime nacional-socialista, por meio de atos que simbolizavam o seu dissimulação constituía uma marca fundamental de nossa existência. Ela pesa agora⁶⁹ (Jaspers, 1998a, p. 82; tradução nossa). Nesse sentido, a aceitação de uma vida baseada na mentira, no falso engajamento, é uma das causas da culpa moral.

⁶⁷

encuentran libres de culpa moral mientras no se perciben de ella. Parecen incapaces de arrepentimiento y transformación. Son como son. Frente a tales personas cabe únicamente la

⁶⁸

saber y que, sin ambrago, recorrieron caminos que ahora, en el autoexamen, estiman como un

⁶⁹

Além disso, outra possível explicação para o autoengano, segundo

confiar? Pensava estar sacrificando-me pelo objetivo mais nobre e querer o
⁷⁰ (Jaspers, 1998a, p. 82; tradução nossa). Desse autoengano, decorrente

⁷¹. (Jaspers, 1998a, p. 82;
 tradução nossa). Jaspers, neste ponto, chama a atenção para a distinção entre a

Pois a estima da honra militar permanece intocada por todas as controvérsias sobre a culpa. [...] A virtude militar não só não constitui aqui culpa alguma, mas também, onde era verdadeira e não manchada por ações negativas e ordens manifestamente nefastas, torna-se uma base para o sentido da vida.⁷² (Jaspers, 1998a, pp. 82-83; tradução nossa).

não constitui honra militar. Desse modo, diante de tais ordens, a verdadeira virtude militar determina a resoluta desobediência. Mesmo sob o manto de suposta legalidade, visto que dirigida pelo superior hierárquico, tais mandamentos são imorais. Sendo assim, determina a consciência: não basta a uma ordem ser legal, soldado pode ter sucumbido à falsificação da consciência. Por isso, foi possível que se fizesse e se suportasse, por um sentimento nacional, o que era manifestamente

⁷⁰

este espantoso conocimiento: mi conciencia me há engañado,

⁷¹

⁷²

estima del honor militar permanece intocada por todas las controversias sobre la culpa. [...] La virtud militar no sólo no constituye aquí culpa alguna, sino que, donde fue verdadera y no la mancharon acciones negativas y órdenes manifestamente nefastas, se convierte en un fundamento

⁷³ (Jaspers, 1998a, p. 83;

tradução nossa).

Diante disso, Jaspers ressalta que o dever dos cidadãos para com o Estado não implica a subtração dos direitos humanos em nome do Estado, menos ainda pelo próprio Estado. Este não é um fim em si mesmo, mas sim um meio para alcançar os interesses e realizar as necessidades da sociedade que representa. O poder do governante, como visto, emana do povo, e não de uma divindade ou de uma linhagem familiar, de modo que ao governante é legítimo tão-somente exercê-lo em nome e no interesse do seu titular, a coletividade. Diante disso, Jaspers ressalta:

[...] O dever para com a pátria não conduzia de modo algum, conseqüentemente, à obediência a Hitler e à naturalidade com que se supunha que a Alemanha, mesmo na forma de Estado hitlerista, teria de ganhar necessariamente a guerra. Aqui reside a falsa consciência. Não se trata de uma simples culpa. É, ao mesmo tempo, a trágica confusão especialmente de uma grande parte da ingênua juventude.⁷⁴ (Jaspers, 1998a, p. 83; tradução nossa).

Jaspers. A condição de possibilidade dessa disposição dos alemães a cumprir ordens sem questionar era a própria maneira como se formou ou, melhor, se deformou a personalidade alemã. Esta, conforme constatado por Elias, fora forjada a partir de um rígido código militar de conduta. No entanto, para Jaspers:

O mais surpreendente foi como se produziu, então, apesar de toda a maldade, a autoidentificação com o exército e com o Estado. Pois, essa incondicionalidade de uma visão nacional cega

⁷³

Mediante ello fue posible que se hiciera y se soportara, por un sentimiento nacional, lo que era manifestament

⁷⁴

Hitler y a la naturalidad con que se suponía que Alemania, incluso en la forma de Estado hitleriano, tendría que ganar necesariamente la guerra. Aquí reside la falsa conciencia. No se trata de una culpa sencilla. Es al mismo tiempo la confusión trágica, especialmente de una gran parte de la

compreensível unicamente como o resquício de um solo existente em um mundo cada vez mais desacreditado constituía, a um só tempo, em sua boa consciência, uma culpa moral.⁷⁵ (Jaspers, 1998a, p. 83; tradução nossa).

Dessa forma, o desvirtuamento da honra militar deu-se quando o imperativo de reconhecimento da hierarquia e, por conseguinte, a obediência e a disciplina, converteram-

Jaspers observa que a situação de desencantamento com a Alemanha, principalmente a partir de 1933, contribuiu fortemente para a opção pela carreira militar,

influência do partido, em que dominava uma convicção antipartidária e

⁷⁶ (Jaspers, 1998a, p. 84; tradução

nossa). Mas, segundo Jaspers, essa crença também configurou um erro de consciência,

Cujas consequências se manifestaram após a exclusão de todos os generais independentes que provinham da velha tradição no abandono final moral do oficial alemão em todos os postos dirigentes, apesar das inúmeras personalidades militares amáveis e inclusive nobres que, movidos por uma consciência enganosa, buscaram em vão na carreira de oficial uma tábua de salvação.⁷⁷ (Jaspers, 1998a, p. 84; tradução nossa).

Essa desilusão, que botou em xeque, inclusive, as crenças mais tradicionalmente arraigadas na consciência coletiva alemã, segundo Jaspers, leva a uma reflexão e a

⁷⁵ , a pesar de toda la maldad, la autoidentificación con el ejército y con el Estado. Pues esa incondicionalidad de una visión nacional ciega comprensible únicamente como el apolillado suelo de un mundo crecientemente descreído constituía a la vez, un su

⁷⁶

⁷⁷ tras la exclusión de todos los generales independientes que provenían de la vieja tradición en el final abandono moral del oficial alemán en todos los puestos dirigentes, a pesar de las innumerables personalidades militares amables e incluso nobles que, movidas por una conciencia engañosa, habían buscado en vano en ello una tabla de

uma análise crítica do quanto cada um é responsável por seu autoengano. Para Jaspers, esse é o caminho para o despertar moral dos alemães. Somente por meio do exame interior da consciência, tornar-se-iam possíveis a transformação e a conversão.

Prosseguindo na análise das explicações possíveis para o autoengano

alemães justificavam a sua conformação com o regime hitlerista com o argumento

estavam dispostos a aceitar que, se havia algumas coisas boas, o nazismo não era de todo ruim. Precisamente neste tipo de raciocínio consequencialista, Jaspers

então tudo será mau, e as aparentemente boas consequências não são na realidade

⁷⁸ (Jaspers, 1998a, pp. 84-85; tradução nossa).

Uma quarta explicação para a adesão ao nacional-socialismo, de

tese estava a crença de que somente seria possível derrotar o nazismo por uma insurreição que viesse de dentro, como uma implosão. Nessa concepção, a adesão ao regime era vista como um mal necessário para levar a Alemanha ao triunfo. Assim, uma vez vencida a guerra, os próprios aderentes ao movimento iriam destruí-lo. Baseados nisso, os oficiais proclamavam:

Aboliremos o nacional-socialismo depois da guerra, precisamente graças ao nosso triunfo; agora, temos de nos manter unidos e levar a Alemanha à vitória. Quando a casa queima, começa-se por apagar o

fogo, e não perguntando pelo causador do incêndio.⁷⁹ (Jaspers, 1998a, p. 85; tradução nossa).

Contra essa falsa consciência, Jaspers contra-argumenta afirmando que, com a suposta vitória da Alemanha, os oficiais não almejavam outra coisa senão voltar para as suas casas. Além disso, somente os integrantes da ou SS (*Schutzstaffel*), teriam autorização para portar armas. Não existiria mais vida *Führer*⁸⁰ (Jaspers, 1998a, p. 85; tradução nossa).

Ainda sobre as justificativas para o apoio ao nacional-socialismo, representamos a oposição dentro do partido. Atrevemo-nos a discutir livremente. Conseguimos realizações espirituais. Pouco a pouco, reconduziremos tudo até a ⁸¹ (Jaspers, 1998a, p. 85; tradução nossa). Contra essa crença, Jaspers contesta:

Estais equivocados. Tem-se uma espécie de liberdade de loucos sob a condição de uma obediência absoluta. Calai e concedei. Vossa luta é uma aparência que convém ao *Führer*. Contribuíis somente ao enterro do espírito alemão.⁸² (Jaspers, 1998a, p. 85; tradução nossa).

Para Jaspers, houve muitos intelectuais que, sob a crença de pretensa oposição interna, acabaram por, efetivamente, comportar-se de acordo com as determinações

⁷⁹ alsocialismo después de la guerra, precisamente gracias a nuestra victoria; ahora hay que mantenerse juntos y llevar a Alemania a la victoria; cuando la casa arde, se

⁸⁰

⁸¹

Conseguimos realizaciones espirituales. Poco a poco, reconduciremos todo hacia la antigua

⁸²

. Se os consiente una especie de libertad de locos bajo la condición de una obediencia absoluta. Calláis y concedéis. Vuestra lucha es una apariencia que le conviene al

nazistas. Faltava-
segundo Jaspers:

Quem se comportou assim em 1933 seguirá sendo, sem essa transformação, interiormente impotente e propenso a outros fanatismos. Quem participou da alucinação racial, quem teve ilusões de uma construção fundada na farsa, quem aceitou crimes que já então se cometiam, não só é responsável, mas deve renovar-se moralmente.⁸³ (Jaspers, 1998a, p. 86; tradução nossa).

Outra explicação comumente utilizada para afastar a culpa advinda do apoio ao nacional-

aqueles que não participaram ativamente das atrocidades e dos massacres. Os que se abstiveram de tais ações estariam desculpados, portanto. Jaspers também discorda desta tese. Além de responsáveis politicamente, como demonstrado, tais de e de deliberada abstenção diante do mal praticado, quando lhes era possível agir para evitá-lo, tornam-se também moralmente culpados. Nas suas palavras:

Não obstante, cada um de nós é culpado por não ter feito nada. A culpa da passividade é distinta. A impotência desculpa; não se exige moralmente chegar até a morte efetiva. Platão já considerava natural, em tempos de desgraça, esconder-se e sobreviver às situações desesperadas. Mas, a passividade sabe de sua culpa moral por cada fracasso que reside na negligência, por não ter empreendido todas as ações possíveis para proteger os ameaçados,

⁸³

í en 1933 seguirá siendo, sin esa transformación, interiormente endeble y propenso a otros fanatismos. Quien tomó parte en la alucinación racial, quien tuvo ilusiones de una construcción fundada en la patraña, quien aceptaba crímenes que ya entonces se com

para aliviar a injustiça, para opor-se.⁸⁴ (Jaspers, 1998a, pp. 86-87; tradução nossa).

Assim, a passividade constitui efetiva culpa moral para Jaspers:

Não ter aproveitado a ocasião por medo é algo que cada indivíduo tem de reconhecer como sua culpa moral: a cegueira em relação à desgraça dos demais, essa falta de imaginação do coração e a insensibilidade ante o desastre que estava acontecendo.⁸⁵ (Jaspers, 1998a, p. 87; tradução nossa).

Por fim, Jaspers aponta haver, ainda, culpa moral em vista da

Partido Nazista (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei NSDAP*) era condição para aquisição de inúmeras benesses do Estado, muitas das quais

acomodaram e suportaram as desvantagens que isso im ⁸⁶ (Jaspers, 1998a, p. 87; tradução nossa). De fato, observa Jaspers, a situação entre os anos de 1936-37 mostrava-se altamente propícia ao governo nazista e, portanto, à sua adesão pela população. Até mesmo as potências estrangeiras flertavam com Hitler. O mundo ansiava por paz. Então, era compreensível que os alemães se submetessem ao regime, para verem preservadas suas conquistas, suas garantias e seus direitos no seio da sociedade governada por Hitler. Compreensível sim, mas não completamente desculpável. Jaspers sublinha que o apoio ao partido, sob o pretexto

84

passividad es distinta. La impotencia disculpa; no se exige moralmente llegar hasta la muerte efectiva. Ya Platón consideraba natural, en tiempos de desgracia, ocultarse y sobrevivir a las situaciones desesperadas. Pero la pasividad sabe de su culpa moral por cada fracaso que reside en la negligencia, por no haber emprendido todas las acciones posibles para proteger a los

85

su culpa moral: la ceguera para con la desgracia de los demás, esa falta de fantasía del corazón y

86

de manutenção das condições de sobrevivência, limitou-se à satisfação de interesses estritamente particulares, em detrimento dos interesses, das garantias e dos direitos da coletividade. Desse modo, perdeu-se por completo a noção de alteridade e cerraram-se os olhos para os atos atrozes e brutais praticados contra diversos grupos humanos, cujos direitos ainda mais fundamentais, como o da própria existência, sequer foram considerados.

Jaspers conclui que a moral determina ao indivíduo colocar-se na posição do outro, em efetiva *comunicação*⁸⁷; ou, nas palavras de Kant, pensar com -se em suas próprias circunstâncias e idiossincrasias, fechando-se ao mundo e aos outros, como se nada acontecesse ao seu redor. Portanto, aderir a qualquer ordem ou regime estatal que denigra o indivíduo, negando-lhe os direitos mais fundamentais, colide frontalmente com os mandamentos de consideração e respeito interpessoal insertos em nossa consciência individual enquanto seres morais. Todos os homens, indistintamente, são chamados, pelo dever moral de preservação da espécie humana, a combater todo o mal perpetrado contra seus pares. Aqueles que puderem fazê-lo sem pôr a termo sua própria vida estão obrigados a atender a tal

⁸⁸ (Jaspers, 1998a, p. 88; tradução nossa).

No entanto, o indivíduo que segue vivendo sabendo que atos tão sem sua participação ou colaboração, tendo até mesmo empreendido todos os esforços possíveis para combatê-los, sente-se, ainda, profundamente culpado. É

87

e, o que em última instância nela não se

88

uma culpa que lhe acomete pelo simples fato de estar vivo⁸⁹, enquanto tantos outros pereceram à sua frente. Trata-se de uma culpa que nos diz a seu respeito.

2.2.4. A culpa metafísica

Por fim, no esquema das distinções de Jaspers, tem-se a culpa metafísica. Trata-se de um tipo de culpa que surge quando são rompidos os laços de fraternidade entre os homens; pois, para Jaspers:

Há uma solidariedade entre os homens enquanto tais, que faz com que cada um seja responsável por todo o agravo e toda a injustiça do mundo, especialmente pelos crimes que ocorrem na sua presença ou com o seu conhecimento. Se não faço o que posso para impedi-los, também sou culpado. Se não arrisco minha vida para evitar o assassinato de outros e permaneço como se nada acontecesse, me sinto culpado de um modo que não é adequadamente compreensivo pela via política e moral. Que eu siga vivendo, tendo ocorrido tais coisas, é algo que me macula com uma culpa indelével.⁹⁰ (Jaspers, 1998a, p. 54; tradução nossa).

Há, nessa relação íntima entre os homens, a qual mantém unida a humanidade que cada qual carrega em si, a exigência de uma atitude de incondicional comunhão. A culpa metafísica é aquela que se estende a todos nós. Há com que essa culpa se estenda a todos nós. Então, só Deus é *instância*⁹¹ (Jaspers, 1998a, p. 54; tradução nossa). Ademais, para Jaspers:

⁸⁹

agir e não agir, entre aquilo que quer e aquilo com o qual tem de contentar-se, o homem não pode

⁹⁰ y una *solidariedad* entre hombres como tales que hace a cada uno responsable de todo el agravio y de toda la injusticia del mundo, especialmente de los crímenes que suceden en su presencia o con su conocimiento. Si no hago lo que puedo para impedirlos, soy también culpable. Si no arriesgo mi vida para impedir el asesinato de otros, sino que me quedo como si nada, me siento culpable de un modo que no es adecuadamente comprensible por la vía política y moral. Que yo siga viviendo una vez que han sucedido tales cosas es algo que me grava con una culpa

⁹¹

instancia

Essa solidariedade é ferida se são cometidos injustiças e crimes em minha presença. Não basta que eu arrisque prudentemente a minha vida para impedi-los. Se eles acontecem, e eu estou presente e sobrevivo enquanto o outro é assassinado, então fala em mim uma voz por meio da qual sei que é minha culpa seguir vivendo.⁹² (Jaspers, 1998a, p. 88; tradução nossa).

Assim, onde cessa a exigência moral de combater o mal até o ponto em que não se coloca a própria vida em risco, entra em cena o ultimato para a ação em defesa do elo que mantém os homens unidos, sem o qual a civilização humana mesma não se sustenta. Desse modo, a solidariedade é a voz mais profunda que me conclama a não tolerar o mal contra o outro, pois no outro reside a condição de possibilidade de minha própria existência, enquanto portador da humanidade da qual também sou parte. É, pois, uma voz que não dá sossego, que não permite o repouso. Não basta sobreviver, é imperativo conviver. Desse modo, o chamado da solidariedade humana me coloca diante da exigência de não poder conduzir, com tranquilidade e paz de espírito, a minha própria vida sem a companhia dos outros. Eis o inferno sartreano e o grande dilema existencial: seguir vivendo, ainda que na solidão, com a dor de ter tolerado as injustiças contra os demais; ou parar para pensar, refletir e enfrentar a culpa, com vistas a uma reconciliação com os outros e com o

e na completa impotência, não puderam impedir, deram um passo rumo à sua

⁹³ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa). Na concepção de Jaspers, então, a tomada de consciência pela assunção da culpa metafísica é a única via redentora para aqueles

⁹²

con que arriesgue prudentemente mi vida para impedirlos. Si suceden y yo estoy presente y sobrevivo mientras que el outro es asesinado, entonces habla en mi una voz por medio da cual sé

⁹³

en la completa impotencia no lo pudieron impedir,

na presença dos quais ocorreram todas as atrocidades perpetradas pelo nacional-socialismo.

Feita a análise do esquema das diferenciações proposto por Jaspers, vejamos de que maneira essa distinção de cada uma das quatro esferas de culpa é esclarecedora para os alemães sob acusação.

2.3. Os esclarecimentos decorrentes dos conceitos de culpa

O esquema das distinções de Jaspers entre os quatro conceitos de culpa esclarece o sentido das acusações, das condenações, as instâncias julgadoras e as inter-relações das transgressões cometidas em cada uma das esferas: criminal, política, moral e metafísica. Primeiramente, em relação ao sentido das acusações, Jaspers afirma:

Em meio à avalanche de acusações, pergunta-se: quem julga quem? Uma acusação só tem sentido quando se encontra determinada por seu enfoque e por seu objeto, que a delimitam, e só é clara quando se sabe quem é o acusador e quem é o acusado.⁹⁴ (Jaspers, 1998a, p. 59; tradução nossa).

Fato é que, de acordo com Jaspers, os acusados só tomam conhecimento das inculpações que lhes são dirigidas de duas maneiras: pelos outros (instância externa), ou pela própria consciência (instância interna). Sendo assim, enquadram-

com a intenção de castigar ou de responsabilizar. Têm valor jurídico e político, mas

⁹⁵ (Jaspers, 1998a, p. 59; tradução nossa).

94

tiene sentido cuando se encuentra determinada por su enfoque y por su objeto, que la delimitan, y

95

ações e omissões políticas e criminosas, de modo que com estas mantêm estreita

⁹⁶. (Jaspers, 1998a, p. 59; tradução nossa). A culpa moral só pode ser

⁹⁷, afirma Jaspers.

(Jaspers, 1998a, p. 59; tradução nossa). Poder-se-ia alegar que os casos de

contraexemplos dessa tese. Não o são. Tal comportamento de projetar as falhas nos outros nada mais é que uma tentativa de escapar do mal-estar da autoconscientização da falta cometida. Desse modo, o indivíduo, incapaz de assumir a própria culpa, utiliza-

contra terceiros, mas contra a própria consciência que o acusa.

Com respeito às consequências da culpa, Jaspers afirma:

A culpa tem consequências para fora, para a existência, independentemente de quem é afetado se dar, ou não, conta disso; e para dentro, para a consciência de si, sempre que eu me percebo interiormente na culpa.⁹⁸ (Jaspers, 1998a, p. 56; tradução nossa).

Desse modo, esclarece-se o fato pelo qual, segundo Jaspers, os alemães, enquanto cidadãos, são co-responsáveis politicamente pelos atos cometidos sob o regime nazista: porque sobre eles recai a culpa pela escolha (*culpa em eligendo*), ou pelo consentimento e apoio a seus governantes. Mas, Jaspers adverte-
responsabilidade é determinada e limitada e não implica uma inculpação moral e

⁹⁶

⁹⁷

⁹⁸ Ipa tiene consecuencias, hacia fuera, para la existencia, tanto si lo comprende el afectado como si no y, hacia dentro, para la conciencia de sí, siempre que yo me perciba interiormente en la

⁹⁹ (Jaspers, 1998a, p. 60; tradução nossa). Em

¹⁰⁰ (Jaspers, 1998a, p. 57; tradução nossa).

Inversamente, a culpa criminal não é imputada a todos os alemães indistintamente, mas, tão-somente, àqueles que, individualmente, cometeram algum crime, para o qual há uma punição disposta em lei. É o que nos explica Jaspers:

Pelos crimes, só se pode castigar, em cada caso, o indivíduo, seja porque ele sozinho é o autor, seja porque, no caso de ter uma série de cúmplices, cada um deles só pode prestar contas por si, a depender do grau de sua participação e, pelo menos, por pertencer a esse grupo. Há motins de bandos de ladrões, conspirações etc. que podem ser considerados como uma totalidade criminosa. Neste caso, o mero pertencimento é castigável.¹⁰¹ (Jaspers, 1998a, p. 60; tradução nossa).

Desse modo, as condenações criminais têm consequências internas, para a própria consciência do criminoso; e externas, para a existência, na medida em que alguns dos seus membros são retirados da convivência social para cumprir pena pelos crimes praticados, seja como autores, seja como partícipes ou cúmplices. Mas, Jaspers adverte que a condenação criminal de uma organização, como foi o caso do nazismo, não implica a condenação, nesta esfera criminal, de toda a sociedade na qual tal regime se estabeleceu.

É absurdo culpar por um crime todo um povo. Só é criminoso o indivíduo. Também é absurdo acusar moralmente todo um povo. Não

99

sin que implique una inculpación moral y

100

101

autor, o porque tenga una serie de cómplices, a cada uno de los cuales se les pueden pedir cuentas por sí solos y dependiendo del grado de participación y, como mínimo, por su pertenencia a ese grupo. Hay amotinamientos de bandas de ladrones, conjuras, etc., que pueden ser considerados

há nenhum caráter de um povo que fosse exigido que cada indivíduo tivesse para pertencer ao grupo. É verdade que há elementos comuns na linguagem, nos costumes e hábitos, na procedência. Mas cabem igualmente diferenças tão grandes, que pessoas que falam a mesma língua podem sentir-se, mesmo assim, por demais estranhas, como se não pertencessem ao mesmo povo.¹⁰² (Jaspers, 1998a, p. 60; tradução nossa; grifos do autor).

Conforme demonstrado no tópico relativo à culpa política, Jaspers rechaça a concepção de culpa coletiva. A co-responsabilidade que recai sobre os cidadãos alemães, por terem consentido a ascensão do nazismo, atinge a cada um de forma distinta na sua individualidade, e não pode ser transferida a um ente
 ulgar
 moralmente uma coletividade. Há sempre que se considerar o indivíduo, que, pela autoconsciência, julga a si próprio, levando em conta a medida de sua ação, participação, ou omissão em contextos reprováveis. Entretanto, Jaspers constata, com pesar, que a tese da culpa coletiva ainda ecoa:

Está muito difundida uma forma de pensar que considera, caracteriza e julga as pessoas como parte de coletividades. Tais caracterizações como, por exemplo, os alemães, os russos, os ingleses não implicam conceitos genéricos, sob os quais pudessem subsumir-se pessoas singulares, e sim conceitos tipológicos, que lhes correspondem mais ou menos. O que caracteriza o pensamento em termos de coletividades é a confusão entre a conceituação genérica e a tipológica; assim: os alemães, os ingleses, os noruegueses, os judeus e, assim, por diante: os frísios, os bávaros; ou também: os homens, as mulheres, a juventude, a velhice. [...] É como se não

¹⁰² *Pero es absurdo inculpar por un crimen a un pueblo entero. Sólo es criminal el individuo. También es absurdo acusar moralmente a todo un pueblo. No hay ningún carácter de un pueblo que tuviera que tener cada individuo por pertenecer a él. Es verdad que hay elementos comunes en el lenguaje, en las costumbres y los hábitos, en la procedencia. Pero caben igualmente diferencias tan grandes, que personas que hablan la misma lengua se pueden sentir no obstante tan extraños como si no*

existissem pessoas, mas só aqueles entes coletivos.¹⁰³ (Jaspers, 1998a, pp. 60-61; tradução nossa; grifos do autor).

Relativamente às implicações da culpa moral, Jaspers constata, preliminarmente, *arrependimento e a renovação*. Trata-se de um processo interno que tem também consequências reais¹⁰⁴ (Jaspers, 1998a, p. 57; tradução nossa; grifos do autor).

Por fim, quanto aos efeitos da culpa metafísica, Jaspers destaca a transformação e a renovação pessoais que implicam uma atitude de humildade perante a instância julgadora: Deus. Diante Dele, afirma Jaspers:

O orgulho se quebra. Essa autotransformação por meio da ação interna pode conduzir a uma nova fonte de vida ativa, mas que comporta uma indelével consciência de culpa na humildade que se põe à disposição de Deus e que mergulha todo o fazer em uma atmosfera na qual a arrogância torna-se impossível.¹⁰⁵ (Jaspers, 1998a, p. 57; tradução nossa).

Quanto às instâncias de julgamento, tem-se que os crimes e as infrações à ordem jurídica são decididos pelo juiz. A responsabilidade política dos cidadãos é, por sua vez, decidida pela parte vitoriosa, pelo Estado vencedor. Por outro lado, só se pode falar de culpa moral, segundo Jaspers, por meio do exame interior realizado pela consciência individual. É uma questão de foro íntimo que implica autorreconhecimento e autoimputação. A culpa metafísica, por fim, só se

¹⁰³

formando parte de colectividades. Tales caracterizaciones así por ejemplo: los alemanes, los rusos, los ingleses no implican conceptos genéricos, bajo los que pudieran ser subsumidas personas singulares, sino conceptos tipológicos, que les corresponden más o menos. Lo que caracteriza al pensamiento em términos de colectividades es la confusión entre la concepción genérica y la tipológica; así: *los alemanes, los ingleses, los noruegos, los judíos* y puede seguirse dicrecionalmente: los frisios, los bávaros; o también: los hombres, las mujeres, la juventud, la vejes

¹⁰⁴

arrependimiento y la renovación. Se trata de

un proceso interno que tiene ta

¹⁰⁵

nuevo origen de vida activa, pero que comporta una imborrable conciencia de culpa en la humildad que se pone a disposición de Dios y que sumerge todo hacer en una atmósfera en que la

torna manifesta quando, concretamente, o indivíduo se coloca em uma dada situação em que lhe é exigido agir em nome da humanidade que carrega em si, mesmo que, para isso, ponha em xeque a sua própria vida. Essa atitude incondicional que coloca à prova o homem só pode ser julgada por uma instância supra-humana: Deus.

Com respeito à inter-relação entre os conceitos de culpa apresentados, a realidades que têm consequências¹⁰⁶ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa). Assim, o esquema que os diferencia pode ser simbolicamente representado por círculos secantes, os quais, por definição, mantêm uma zona de contato comum. Dentro desse desenho, o ponto de encontro entre as quatro esferas de culpa propostas é o indivíduo, na medida em que Jaspers toma como foco central de sua análise da culpa alemã as ações humanas individuais. Sendo assim, os atos que produzem consequências em um círculo específico de culpa acabam por influenciar outro, com novas implicações e graus de reprovações diversos. Assim, para Jaspers, o plano da culpa moral é o fundamento para as esferas política e criminal. Segundo ele:

O agrupamento de pequenos, mas numerosos atos de negligência, de cômoda adaptação, de fútil justificação do injusto, de imperceptível fomento do iníquo, a participação no surgimento da atmosfera pública que propaga a confusão e que, como tal, torna a maldade possível, tudo isso tem consequências que condicionam a

culpa política pelos estados de coisas e os acontecimentos.¹⁰⁷
(Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa).

Além disso, na concepção de Jaspers, igualmente inerentes à esfera moral são as contradições com rel

culpa, como falsa absolutização do poder que se torna o único fator determinante

¹⁰⁸ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa). Para Jaspers, os homens estão inexoravelmente envolvidos em relações de poder. Essas relações, por natureza, implicam a submissão de um indivíduo ou grupo de indivíduos à vontade e às necessidades de outro indivíduo ou grupo de indivíduos. Criam-se, assim, desigualdades e desequilíbrios entre os homens; entre aqueles que detêm o poder e aqueles que são subjugados por ele. Essa condição da qual o indivíduo não

homem.¹⁰⁹ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa).

Segundo Jaspers, visto que ser abarcado pelas relações de poder integra a condição humana, somente se torna possível combater a culpa decorrente dessa condição que submete os indivíduos apelando-se por um poder específico: o

¹¹⁰ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa). Somente este poder específico é capaz de restabelecer a desejável igualdade entre os indivíduos, pois se dirige à afirmação dos direitos humanos fundamentais. Assim, o fato de o poder, por um lado, constituir-se em uma

¹⁰⁷ de pequeños pero numerosos actos de negligencia, de cómoda adaptación, de fútil justificación de lo injusto, de imperceptible fomento de lo injusto; la participación en el surgimiento de la atmósfera pública que propaga la confusión y que, como tal, hace posible la maldad, todo esto tiene consecuencias que condicionan la culpa política por los estados de cosas y los

¹⁰⁸

absolutización del poder que lo convi

¹⁰⁹

¹¹⁰

das principais causas de culpa e, por outro, em um dos principais antídotos contra ela, é, pois, uma ambiguidade que repercute tanto na esfera moral como na política.

Segundo Jaspers:

Deixar de contribuir para a estruturação das relações de poder, para a luta em favor do poder que se põe a serviço do direito, constitui uma culpa política de primeira ordem e, ao mesmo tempo, uma culpa moral. A culpa política converte-se em culpa moral no ponto em que, por meio do exercício do poder, destrói-se o próprio poder a realização do direito, do *ethos* e da pureza do próprio povo.¹¹¹ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa).

Sendo assim, a fim de se evitar a dominação pela violência e pelo terror e, por conseguinte, a aniquilação da humanidade inserta em cada indivíduo, há de se impor limites ao poder.

Em decorrência das relações de dominação que condicionam os homens, surgem as relações políticas específicas, as quais, por sua vez, constituem

Jaspers, em conformidade com Elias, essa situação política é historicamente construída externa e internamente. Ela é possibilitada tanto pela situação mundial quanto pela política dos antecessores e o *ethos* político vigente. Este é caracterizado por Jaspers como sendo

O princípio de uma existência estatal na qual todos tomam parte por meio de sua consciência, seu saber, seu opinar e seu querer. Trata-se da vida da liberdade política enquanto movimento contínuo de recuos e avanços. Esta vida é possibilitada pela tarefa e pela

111

er, a la lucha en favor del poder entendido como servicio al derecho, constituye una culpa política de primer orden y al mismo tiempo una culpa moral. La culpa política se convierte en culpa moral allí donde, por medio del ejercicio del poder, queda destruido el poder mismo la realización del derecho, del *ethos* y de la

oportunidade da responsabilidade compartilhada de todos.¹¹²
(Jaspers, 1998a, p. 56; tradução nossa).

Entretanto, se um indivíduo não se identifica com o *mundo circundante*¹¹³

¹¹⁴ (Jaspers, 1998a, p. 56; tradução nossa). Esse indivíduo torna-se, assim, politicamente alienado, automatizado, na medida em que abdica da condição de sujeito ativo na arena pública. Nela, ele passa a se comportar como mero cumpridor de ordens, ou,

Então, nesta situação,

Tem-se boa consciência tanto na obediência como na indiferença com relação ao que decidem e fazem os detentores da força. Tolerase a realidade política como se fosse algo alheio, buscando compor-se com ela, e usando a astúcia em benefício do ganho pessoal, ou se vive em meio do cego entusiasmo da autoimolação.¹¹⁵ (Jaspers, 1998a, p. 56; tradução nossa).

posição ante os assuntos do Estado, houve, de fato, na Alemanha hitlerista, uma dos alemães pelas questões políticas. Sabe-se que onde não há espaço para o diálogo, quer por divergências irreconciliáveis, quer por ausência de quórum para

112

¹¹³ Trata-se de uma expressão de Heidegger que se refere à esfera onde se a *presença cotidiana* (*Dasein*) é capaz de perceber a *mundanidade* (o mundo como fenômeno). Neste sentido, ele -no-mundo cotidiano em sua

sustentação fen *Vide Heidegger, 2006, p.113).*

¹¹⁴

¹¹⁵

y hacen los detentadores de la fuerza. Se tolera la realidad política como si se tratara de algo ajeno, buscando componérselas con ella y usando la astucia en beneficio del provecho personal o se vive

deliberações na arena pública, entra a força, isto é, vale a decisão daquele que detém o monopólio do poder. Assim, as decisões políticas empreendidas pelos nacional-socialistas não passaram pelo crivo social, precisamente porque não havia disposição para a *comunicação* entre os homens. Vigia, tão-somente, entre governantes e governados um contrato tácito de adesão, de apoio incondicional ao *Führer*. Em troca, conforme demonstrado por Elias, os alemães esperavam que Hitler, o tão aguardado Messias, restaurasse a nação alemã humilhada e devastada política e moralmente pela derrota da Primeira Grande Guerra e, posteriormente, pelo colapso da economia mundial em 1929, e reconduzisse o país à glória e à paz. Desse modo, o apoio dos alemães ao regime foi o endosso da sua própria ruína enquanto indivíduos.

culpa preservam-nos da trivialidade do palavreiro sobre culpa onde tudo é disposto em um único plano, sem que se estabeleça nenhum ¹¹⁶ (Jaspers, 1998a, p. 55; tradução nossa). Portanto, por meio da diferenciação, Jaspers quer evitar generalizações, e não afastar a culpa. Na sua concepção, uma vez esclarecidos o sentido das acusações, das condenações, das instâncias julgadoras e as inter-relações das transgressões cometidas em cada uma das esferas de culpabilidade criminal, política, moral e metafísica, inafastável torna-se a assunção da culpa alemã em algum (ou alguns) desses âmbitos, consoante veremos a seguir.

2.4. A inafastabilidade da culpa alemã

Diante da análise do esquema das diferenciações da culpa alemã,

¹¹⁶

eservarnos de la trivialidad del parloteo sobre la culpa en el que todo es dispuesto en un único plano, sin establecer ninguna graduación

¹¹⁷ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa).

Assim, a culpa criminal recai sobre aquela parcela minoritária da população alemã que, efetivamente, praticou os crimes já enunciados pelo Direito Natural e que, posteriormente, com o fim da Guerra, foram positivados pelos Aliados na Carta de Londres, que subsidiou os Julgamentos em Nuremberg perante o TMI. Para

tem de pagar pelas atividades nacional- ¹¹⁸ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa).

A culpa política, por sua vez, recai sobre todos os cidadãos alemães, na medida em que o nacional-socialismo chegou ao poder e lá permaneceu durante doze anos com o consentimento e a tolerância de grande parte do povo, que estava convencida de que Hitler era o salvador da Depressão, dos Comunistas, do tratado de Versalhes e dos judeus. Não se ignora a resistência interna ao regime desde o seu início. No entanto, os grupos oposicionistas organizados existentes no país à época eram pequenos, sem forças e carentes de coordenação central, pondera Jaspers.

as reparações legalmente estabelecidas. Tem de sofrer os efeitos das ações dos ¹¹⁹ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa).

se bem que de modos muito diferentes tem motivos para levar a cabo um autoexame por razões

117

118

119

las acciones de los vencedores, sus dec

¹²⁰ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa). Muitos, mesmo em face das atrocidades e injustiças perpetradas pelo regime, continuaram a levar suas vidas inabalados pelo horror à sua volta. Como as razões para tal comportamento eram privativas de cada um, então, somente perante a própria consciência moral, tinham de prestar contas.

Por fim, de compreender transforma sua consciência da realidade e sua consciência de si no ¹²¹ (Jaspers, 1998a, p. 89; tradução nossa). Dessa forma, a consciência da culpa metafísica possibilita uma real

¹²² (Jaspers, 1998a, pp. 89-90; tradução nossa).

Portanto, em face das quatro esferas de culpa, suas distinções fundamentais, suas inter-relações e as principais consequências de cada uma, Jaspers chega à conclusão de que cada alemão, de algum modo, incorreu em, pelo menos, um tipo de culpa por conta de todas as barbaridades cometidas no contexto da Alemanha

¹²³ (Jaspers, 1998a, p. 97; tradução nossa).

Vejamos, a seguir, as circunstâncias da Alemanha que Jaspers destaca como possíveis atenuantes da culpa alemã. Desde já, ressalte-se que sua

¹²⁰ bien que de modos muy diferentes tiene motivos para llevar a cabo un

¹²¹ y

¹²²

¹²³

Jaspers a respeito do problema da culpa centrada no indivíduo é um alerta de não salvo a ela não salvo também a mim.¹²⁴ Portanto, tratar das possíveis atenuantes da culpa alemã, na concepção de Jaspers, implica esclarecimento da real magnitude e alcance da culpa, e não a sua negação ou eliminação. Algumas das supostas atenuantes a serem analisadas coadunam-se com as circunstâncias peculiares à Alemanha que, na visão de Elias, uma vez combinadas, foram determinantes para a ascensão de Hitler e do nacional-socialismo ao poder. Mas, para esta análise em especial, não

2.4.1. Atenuantes possíveis

2.4.1.1. O terrorismo

nesta prisão é uma culpa política. Mas, uma vez que as portas da prisão se¹²⁵ (Jaspers, 1998a, p. 97; tradução nossa). Diante disso, fica a pergunta: o que era possível fazer, então?

de trabalhadores e soldados tinham de ter oposto resistência. Não o fizeram, trabalharam em favor da guerr¹²⁶

(Jaspers, 1998a, p. 97; tradução nossa). Mas, ante tal acusação, Jaspers reconhece ser empreitada hercúlea opor, exitosamente, resistência a um regime tão opressor

¹²⁴ Vide ORTEGA Y GASSET, José. **Meditações do Quixote**, 1914.

¹²⁵ política. Pero una que las puertas de la prisión se han cerrado ya no pueden ser abiertas desde

¹²⁶

resistencia. No lo han hecho, han trabajado a favor de la guerra y han combatido en ella, luego son

quanto o fora o nacional-socialismo. Segundo ele:

É impossível levar a cabo grandes ações sem organizar-se sob o mando de dirigentes. A demanda feita aos cidadãos para se rebelarem contra um Estado terrorista exige o impossível. Tal rebelião pode ocorrer somente de um modo disperso, sem verdadeira coordenação, permanecendo completamente anônima e desconhecida, e não sendo mais que um afundar silencioso na morte.¹²⁷ (Jaspers, 1998a, p. 97; tradução nossa).

Jaspers destaca a resistência pela palavra feita por alguns alemães, os quais acabaram desaparecidos pa -se dos mártires anônimos, cujos desaparecimentos sem repercussões, tornam ainda mais claro que se tratava de ¹²⁸ (Jaspers, 1998a, p. 98; tradução nossa). Jaspers ressalta

que não se falava abertamente dos campos de concentração até, pelo menos, 1939, de modo que a população, à época, estava à parte do seu real significado e do quê lá se fazia. Mesmo depois de dar-se o conhecimento público, embora velado, da

- Arendt, em *Verdade e*

Política

extermínio, cuja existência não era segredo, do que exprimir pontos de vista 22).

Entretanto, Jaspers observa que mais de quatro mil alemães foram feitos

¹²⁹ (Jaspers,

1998a, p. 98; tradução nossa).

¹²⁷ cabo grandes acciones sin organizarse bajo el mando de dirigentes. La demanda hecha a la ciudadanía de que se rebele contra un Estado terrorista exige lo imposible. Tal rebelión puede suceder solamente de un modo disperso, sin verdadera coordinación, con lo que permanece por completo anónima y desconocida en lo sucesivo, no es más que un callado

¹²⁸

más claro que se trataba de una tarea imp

¹²⁹

2.4.1.2. Contextos causais históricos

¹³⁰ (Jaspers, 1998a, p. 99; tradução nossa). Segundo ele, há a disposição entre os homens de se utilizar a causa dos fatos como uma desculpa para os acontecimentos terem ocorrido de um modo, e não de outro. Neste sentido, afirma:

Fazemos algo assim também com os acontecimentos políticos. O contexto causal histórico parece aliviar o povo da responsabilidade. Daí, a satisfação que se produz quando, em meio à desgraça, parece ser possível reduzir-se a inexorabilidade a causas eficientes.¹³¹ (Jaspers, 1998a, p. 99; tradução nossa).

Além disso, também há outra tendência entre as pessoas, segundo Jaspers, que diz respeito ao fato de elas assumirem a responsabilidade somente quando lhes convém. Querem-se os créditos, mas se negam as dívidas. Neste sentido, destaca Jaspers:

Tem-se ouvido dizer durante todos estes anos: se a Alemanha vencer a guerra, dirão que os alemães ganharam o jogo, e o mérito será deles; mas, se a Alemanha perder a guerra, dirão que o povo alemão perdeu o jogo, e a culpa recairá sobre ele.¹³² (Jaspers, 1998a, p. 99; tradução nossa).

Entretanto, Jaspers reconhece que nem sempre é possível distinguir causa de responsabilidade em contextos causais históricos, visto que neles a ação para a produção dos eventos, o que é causa é, ao mesmo tempo, culpa ou

¹³⁰

¹³¹

histórico parece descargar al pueblo de la responsabilidad. De ahí la satisfacción que se produce cuando en medio

¹³²

a guerra, la habrá ganado el partido y suyo será el mérito, pero si Alemania pierde la guerra, la habrá perdido el pueblo alemán y a culpa

¹³³ (Jaspers, 1998a, p. 100; tradução nossa), ele adverte.

2.4.1.2.1. *Condicionamentos geográficos*

Jaspers destaca que a situação geográfica alemã foi um fator extremamente desvantajoso para o país. Elias, como visto, também chegou à conclusão semelhante. Primeiramente, o fato de a Alemanha não ter fronteiras naturais a protegê-la dos ataques estrangeiros obrigou os alemães a manterem-se em constante alerta, e o país militarmente forte sempre. Desse modo, segundo Jaspers:

A Alemanha nunca conheceu, por conta de sua situação geográfica, a tranquilidade de uma existência não ameaçada, assim como a Inglaterra e a América do Norte. [...] Um país como a Alemanha, que não se mantém unido por fronteiras naturais, viu-se forçado a produzir Estados militares para poder subsistir até mesmo como um povo.¹³⁴ (Jaspers, 1998a, p. 100; tradução nossa).

Para Jaspers, essa condição geográfica da Alemanha, a qual lhe impôs um estilo militarizado de ser, contribuiu fortemente para o sentimento de apartamento dos alemães. A sensação de perigo iminente pairava sempre no ar. Os alemães acostumaram-se, então, a uma posição de contra-ataque, como se, a qualquer momento, pudessem sofrer algum tipo de investida. Elias, igualmente, observou que as circunstâncias peculiares da Alemanha, destacadamente a extensão territorial combinada com o histórico de discórdias e conflitos, concorreram para moldar o que

133

mis

134

no amenazada, como Inglaterra y aún más Norteamérica. [...] Un país como Alemania, que no se mantiene unido por fronteras naturales, se vio forzado a producir Estados militares para poder

como não havia um centro de poder duradouro, a cada alemão, só restava identificar-se com a parte do território ao qual pertencia.

Desse modo, tampouco houve, de fato, um centro espiritual em que todos os alemães se encontrassem. Da mesma forma, nossa literatura e filosofia clássicas não eram propriedades do povo alemão, mas só de uma pequena capa ilustrada, que, no entanto, estendia-se por cima das fronteiras dos Estados alemães até alcançar todos os lugares onde se falava alemão. E, neste âmbito, não há sequer unanimidade no reconhecimento do grande.¹³⁵ (Jaspers, 1998a, p. 101; tradução nossa).

Ademais, Jaspers observa que, em face dessas desvantajosas circunstâncias geográficas, havia a crença entre os alemães de que o país estava

derro

exceções a essa condição de fraqueza e debilidade só seriam possíveis, pois,

excepcionalmente prudentes

-

assevera Jaspers. Contra essa crença vitimizante dos alemães, ele faz a seguinte advertência:

Por mais correto que seja o esboço destas reflexões, é fundamental, para nós, não ver aqui algo como uma necessidade absoluta. O tipo de forma militar que se configura, que apareçam governantes sábios,

135

encontrasen. Asimismo nuestra literatura y filosofía clásicas no eran propiedad del pueblo alemán, sino sólo de una pequeña capa ilustrada, que sin embargo se extendía por encima de las fronteras de los Estados alemanes hasta alcanzar todos los lugares donde se hablaba alemán. Y en este ámbito no hay siquiera unanimidad en el r

ou não, não é algo que decorra de nenhum modo da situação geográfica.¹³⁶ (Jaspers, 1998a, p. 101; tradução nossa).

Jaspers compara a situação geográfica alemã à dos romanos. Pare ele, mesmo partindo de condições naturais bastante similares, os romanos chegaram a um ponto completamente diferente comparativamente aos alemães. Cita como exemplo disso a unificação da Itália e a formação do vasto e grandioso império romano; embora, no final, este também tenha conduzido à destruição da republicana é do maior interesse, porque mostra como o desenvolvimento militar e o imperialismo conduzem um povo democrático a perder sua libertad ¹³⁷ (Jaspers, 1998a, p. 102; tradução nossa). Portanto, na concepção de Jaspers, embora as condições geográficas sejam importantes para a determinação do desenvolvimento sócio-político de um povo, elas não são as únicas tampouco as decisivas.

Jaspers igualmente rechaça o argumento segundo o qual, havendo

¹³⁸ (Jaspers, 1998a, p. 102; tradução nossa).

Ele entende que este argumento abre a po

¹³⁹ (Jaspers, 1998a, p. 102; tradução nossa). A história contada por quem detém o poder sobre ela ou por ela tem maior interesse pode ocultar os fatos e as características sociais inoportunas ou inconvenientes de serem relevados. Neste sentido, afirma Jaspers:

Dependendo da situação, poderiam ser trazidas à luz outras possibilidades completamente diferentes dessa característica que,

¹³⁶

es esencial para nosotros no ver aquí algo así como una necesidad absoluta. El tipo de forma militar que se configure, el que aparezcan gobernantes sabios o no, no es

¹³⁷

¹³⁸

¹³⁹

em caso contrário, ficariam ocultas. Além das aptidões, existe provavelmente uma característica natural como a mencionada, mas não a conhecemos em absoluto. Não podemos diminuir nossa responsabilidade por conta disso, mas devemos nos reconhecer como homens livres para todas as possibilidades.¹⁴⁰ (Jaspers, 1998a, p. 102; tradução nossa).

2.4.1.2.2. A situação histórica mundial

¹⁴¹ (Jaspers, 1998a, p. 102; tradução nossa). Estas são as questões que Jaspers lança para chamar a atenção para outros condicionantes ainda mais relevantes do que a condição geográfica alemã, que demonstram ser a Alemanha um dos países europeus mais propensos às influências de fora. As relações políticas externas da Alemanha a imposição do Tratado de Versalhes em 1919, a escalada hiperinflacionária e a grande depressão mundial em 1929 certamente foram determinantes para a catástrofe nazista, mas o acometeu a Alemanha e que estava em curso no mundo ocidental à época. No entanto, essa crise mundial, embora elucidativa, não pode ser usada como desculpa para o ocorrido na Alemanha hitlerista.

Isto não diminui a culpa, pois foi aqui, na Alemanha, e não em outro lugar, onde a crise se desencadeou. Entretanto, isto liberta de um isolamento absoluto. É instrutivo para os outros. Interessa a todo o mundo. [...] Em tal situação, os mais gravemente afetados, os mais conscientes de sua insatisfação, tendem a buscar soluções prematuras, precipitadas, enganosas e ilusórias. Em um processo

140

diferentes del carácter que en caso contrario quedarían ocultas. Además de las aptitudes, existe probablemente un carácter natural como el mencionado, pero no lo conocemos en absoluto. No podemos declinar nuestra responsabilidad en él, sino que tenemos que sabernos como hombres

141

que afetou o mundo inteiro, a Alemanha dançou dando voltas em uma excentricidade vertiginosa até cair em um abismo.¹⁴² (Jaspers, 1998a, p. 103; tradução nossa).

2.4.1.3. A culpa dos outros

Outro atenuante destacado por Jaspers, a fim de abrandar a culpa alemã, consiste em distribuir devidamente as responsabilidades. Segundo Jaspers, há uma tendência entre os homens de transferir a culpa para os outros. Em princípio, isto é sintomático de uma falta de autocompreensão. No entanto, segundo Jaspers, a autoanálise feita pelos indivíduos ante os horrores praticados na Guerra implica levar também em conta a influência exterior, do mundo e dos outros, que concorreram para piorar ainda mais a situação alemã. No entanto, desde já, adverten-nos Jaspers:

Quando falamos de uma culpa dos outros, esta expressão pode gerar confusão. Se alguém possibilita, por seu comportamento, os acontecimentos, isso constitui uma culpa política. Mas, em seu exame, não se deve esquecer, nem por um momento, que essa culpa se encontra em um plano diferente ao dos crimes de Hitler.¹⁴³ (Jaspers, 1998a, p. 104; tradução nossa).

Diante disso, dois pontos parecem cruciais para Jaspers na sua investigação sobre a contraposição entre a culpa imputada aos alemães e a culpa atribuída aos outros:

144

142

se desencadenó la crisis. Pero libera de un aislamiento absoluto. Resulta instructivo para los demás. Interesa a todo el mundo. [...] En tal situación los más gravemente afectados, los más conscientes de su insatisfacción, tienden a buscar soluciones prematuras, precipitadas, engañosas e ilusorias. En un proceso que ha afectado al mundo entero, Alemania ha danzado dando vueltas en una

143

ar confundente. Si han posibilitado, con su comportamiento, los acontecimientos, ello constituye una culpa política. Pero en su examen no debe olvidarse ni por un momento que esa culpa se encuentra en un plano diferente

144

¹⁴⁵. (Jaspers, 1998a,

p. 104; tradução nossa

Unidos foram as potências vitoriosas. Em suas mãos, e não nas mãos dos vencidos,

¹⁴⁶ (Jaspers, 1998a, p. 104; tradução nossa).

Para Jaspers, é censurável a postura dos vencedores que se retiram do âmbito que lhes é próprio e se acomodam na posição de meros espectadores dos acontecimentos com implicações mundiais, como se estes nada lhes dissessem respeito e sobre os quais não tivessem quaisquer responsabilidades. Neste sentido, Jaspers assegura:

Quando um acontecimento anuncia consequências desastrosas, ele [o vencedor] tem o poder de impedi-lo. A não-utilização desse poder constitui uma culpa política que afeta a quem o detém. Se este se limita a formular acusações burocráticas não faz outra coisa senão subtrair-se da sua obrigação.¹⁴⁷ (Jaspers, 1998a, p. 104; tradução nossa).

Sendo assim, os Aliados não só podiam ter empreendido esforços para impedir as atrocidades perpetradas pelos nazistas, como deviam. O princípio da não-intervenção que rege as relações internacionais entre Estados soberanos não pode sobrepor-se ao imperativo universal da proteção e defesa dos direitos individuais fundamentais, especialmente o direito à própria existência humana.

Diante disso, quando a Alemanha, sob o regime nacional-socialista, passa a adotar uma política de Estado de eliminação de povos por ele considerados

de intervir em prol da h

¹⁴⁵

¹⁴⁶

¹⁴⁷ en las de los venci

¹⁴⁷

no utilización de ese poder constituye una culpa política que afecta al que lo posee. Si se limita a formular

leis da humanidade. Assim, não só aos cidadãos alemães competia agir contra os atos atrozes cometidos durante os doze anos de dominação nazista, mas também aos Estados que saíram vitoriosos da Guerra. Da perspectiva de Jaspers, não se trata de um chamamento para aliviar a culpa de outrem, mas a própria: a culpa que recai sobre o indivíduo alemão, ou não por permitir o extermínio de milhões de na reprovações contra as

148

(Jaspers, 1998a, p. 104; tradução nossa).

Jaspers ressalta que, de muitas maneiras, as nações vencedoras acabaram concorrendo para o desenrolar dos fatos que culminaram com a ascensão de Hitler e do nacional-socialismo ao poder e o Holocausto. Nessa concepção, o exame da culpa alemã é interessante até porque distingue os alemães dos seus aliados e adversários e, por isso mesmo, é bom notar que os alemães não realizaram o Holocausto sozinhos, embora tenham sido a força propulsora. No extermínio de judeus, tiveram a colaboração ativa, quase sempre voluntária, de austríacos (protagonistas no comando dos campos e na Solução Final), lituanos, letões, ucranianos, húngaros, romenos, croatas, poloneses, franceses, entre outros. Há, ainda, aspectos religiosos que têm origem nos ataques de Lutero aos judeus e que serviram de justificativa, mais tarde, para a adesão dos protestantes alemães ao nazismo. Destaque-se, também, a histórica ojeriza católica ao judaísmo, que levou parte da França e a elite polonesa a contribuir, de forma significativa, em ações de extermínio. Tudo isso sem contar com a imposição do Tratado de Versalhes até a aliança entre Hitler e Mussolini. Poré

teriam sido as consequências de outras decisões.¹⁴⁹ (Jaspers, 1998a, p. 105; tradução nossa).

solidariedade entre os cidadãos de um Estado, mas também entre os europeus e
¹⁵⁰ (Jaspers, 1998a, p. 105; tradução nossa) não
pode servir para suprimir a culpa dos alemães. No entanto, ele reconhece que o

porta da ¹⁵¹ (Jaspers, 1998a, p. 105; tradução nossa). Mas, se não
estavam, exclusivamente, nas mãos dos alemães libertarem-se do cativeiro nazista,
não se pode desconsiderar que foram eles próprios que permitiram se aprisionar.
Jaspers ressalta que, embora os alemães não soubessem no quê realmente
consistiam as ações perpetradas pelos nazistas, eles não eram completamente
ignorantes em relação à situação. Ele relembra que a perda da liberdade e dos
direitos políticos era notória. O número cada vez mais crescente de proscritos era
prova das injustiças que se alastravam pelo país. Fora isso, os alemães sabiam
sobre a existência dos campos de concentração, ainda que desconhecessem o que
lá ocorria, denuncia Jaspers. Diante disso, assevera:

Certamente, todos nós na Alemanha compartilhamos a culpa por
havermos caído nesse estado político de coisas, por termos perdido
nossa liberdade e por chegarmos a ter de viver sob o despotismo de
homens incultos e bárbaros. Mas podíamos dizer, ao mesmo tempo,
como uma defesa, que fomos vítimas de uma combinação de
veladas transgressões do direito e de atos violentos. Do mesmo
modo que no Estado quem é vítima do crime é amparado nos seus
direitos graças ao ordenamento político, assim nós esperávamos que

149

150

151

uma ordem europeia não consentisse semelhantes crimes de Estado.¹⁵² (Jaspers, 1998a, pp. 105-06; tradução nossa).

A propósito disso, Jaspers relata uma conversa que teve em sua casa, em Amsterdã, com o amigo, filósofo, Erich Frank, em maio de 1933. Segundo Jaspers, os dois, movidos por um sentimento de nostalgia e de certo otimismo em relação ao rumo dos acontecimentos à época, consideravam, verdadeiramente, a hipótese de que as potências europeias ocidentais não tardariam a atacar a Alemanha hitlerista.

Do contrário, seria a perd

mais um ano, Hitler sairá vitorioso, e a Alemanha estará perdida. Talvez, a Europa

¹⁵³ (Apud Jaspers, 1998a, p. 106; tradução nossa).

Jaspers recorda também que, nos anos 30, houve diversas manifestações de apreço por parte dos Estados estrangeiros ao regime de Hitler. Ele destaca alguns fatos que lhe foram marcantes:

Em meados do verão de 1933, o Vaticano firmou uma concordata¹⁵⁴ com Hitler. Von Papen levou a cabo as negociações. Foi a primeira grande sanção do regime hitlerista, uma enorme ganância de prestígio para Hitler. Parecia impossível no início, mas foi um fato. Fomos tomados de espanto.¹⁵⁵ (Jaspers, 1998a, p. 106; tradução nossa).

¹⁵²

ber caído en ese estado de cosas político, por haber perdido nuestra libertad y llegar a tener que vivir bajo el despotismo de hombres incultos y bárbaros. Pero podíamos decirnos al mismo tiempo, a modo de descargo, que habíamos sido víctimas de una combinación de veladas transgresiones del derecho y de actos violentos. Del mismo modo que en el Estado quien es víctima del crimen es amparado en sus derechos gracias al ordenamiento político, así esperábamos nosotros que un orden europeo no consintiera semejan

¹⁵³

¹⁵⁴ Trata-se da *Reichskonkordat*, por meio da qual foram estabelecidos os direitos sobre a liberdade religiosa católica entre a Santa Sé e a Alemanha. O acordo foi assinado em 20 de Julho de 1933 pelo Cardeal Eugenio Pacelli e o então chanceler Franz Von Papen, em nome do Papa Pio XI e do presidente Paul von Hindenburg, respectivamente.

¹⁵⁵

o firmó un concordato con Hitler. Von Papen llevó a cabo las negociaciones. Se trató de la primera gran sanción del régimen de Hitler, una enorme ganancia de prestigio para Hitler. Parecia imposible de entrada, pero fue un hecho. Nos invadió el

Em 1936, Berlim foi sede das Olimpíadas. Naquel mundo inteiro veio em massa. Cheios de raiva, só podíamos ver cada estrangeiro que aparecia com a dor do abandono. Mas eles eram tão pouco conscientes da ¹⁵⁶ (Jaspers, 1998a, p. 106; tradução nossa). Houve, ainda, segundo ressaltado por Jaspers, outros tantos atos de reconhecimento do regime nazista, tais como: o pacto naval firmado com a Inglaterra em 1935; o consentimento da França à ocupação alemã da Renânia em 1936; e, finalmente, o acordo firmado com a Rússia em 1939, que possibilitou o início da guerra. Para ilustrar essa situação de aparente consentimento das potências europeias ao regime de Hitler nos anos 30, Jaspers destaca um trecho do livro de Röpke sobre a Alemanha, transcrito a seguir:

A catástrofe mundial atual é o alto preço que o mundo tem de pagar por ter ficado mudo ante todos os sinais de alerta que, entre 1930 e 1939, anunciaram, com um som cada vez mais estridente, o inferno que as forças satânicas do nacional-socialismo desencadeariam, primeiro, contra a própria Alemanha e, mais tarde, contra o resto do mundo. Os horrores desta guerra correspondem exatamente àqueles que o mundo tolerou na Alemanha, enquanto mantinha, inclusive, relações normais com os nacional-socialistas e organizava com eles festejos e congressos internacionais.

Hoje, todo o mundo deveria ter claro que os alemães têm sido as primeiras vítimas da invasão dos bárbaros que os inundou desde baixo, de tal modo que foram os primeiros a serem dominados com terror e hipnose de massas, e que tudo o que tiveram de suportar, mais tarde, os países ocupados foi infringido, primeiramente, aos alemães, incluindo o pior dos destinos: serem forçados ou seduzidos

156

aparecía por allí con el dolor de que nos dejaba en la estacada pero ellos eran tan poco

a converterem-se em instrumentos de ulteriores conquistas e opressões.¹⁵⁷ (Röpke apud Jaspers, 1998a, p. 107; tradução nossa).

Portanto, Jaspers não nega a culpa concernente aos alemães, os quais permitiram que as atrocidades e os atos criminosos fossem cometidos, sem lhes opor obstáculos ou resistência. No entanto, ele ressalta que os outros, os demais países, que não estavam sob o jugo do terror, tal qual os alemães, também

afirmativamente:

Sim, enquanto se trata de quem começou a guerra; de quem, primeiramente, orientou a organização terrorista de todas as forças até o fim da guerra; de quem, como povo, traiu e abandonou a própria essência; mais ainda: de quem cometeu peculiares barbaridades, as quais superaram todas as demais. Dwight Macdonald disse que muitas atrocidades de guerra aconteceram por toda a parte, mas que algumas são específicas dos alemães: um ódio paranoico sem sentido político, uma crueldade racional na tortura que aplicava todos os meios da técnica moderna, para deixar para trás todos os instrumentos de tortura medievais.¹⁵⁸ (Jaspers, 1998a, p. 108; tradução nossa).

157

al actual es el precio que el mundo tiene que pagar por haber estado mudo ante todas las señales de alarma que, entre 1930 y 1939, anunciaban, con un sonido cada vez más estridente, el infierno que habían de desencadenar las fuerzas satánicas del nacionalsocialismo, primero contra la propia Alemania y más tarde contra el resto del mundo. Los horrores de esta guerra se corresponden exactamente con los que el mundo tolero en Alemania mientras mantenía incluso relaciones normales con los nacionalsocialistas y organizaba con ellos festejos y congresos internacionales. Hoy todo el mundo debería tener claro que los alemanes han sido las primeras víctimas de la invasión de los bárbaros que los inundo viniendo de abajo, de tal modo que fueron los primeros en ser dominados con terror e hipnosis de masas y que todo lo que tuvieron que soportar más tarde los países ocupados les fue infringido primeramente a los alemanes, incluido el peor de todos los destinos: ser forzados o seducidos para convertirse en instrumentos de ulteriores

158

terrorista de todas las fuerzas hacia el único fin de la guerra, de quién como pueblo ha traicionado y abandonado la propia esencia; más aún: de quién ha cometido atrocidades peculiares, que han sobrepasado a todas las demás. Dwight Macdonald dice que muchas atrocidades de guerra tuvieron lugar en todos los lados, pero que algunas son específicas de los alemanes: un odio paranoico sin sentido político, una crueldad racional en la tortura que aplicaba todos los medios de

Jaspers, entretanto, ressalta que não se pode estender indistintamente a todos os alemães a culpa por ter colaborado com o regime. Deste modo, ele rechaça a ideia de que o antissemitismo tenha sido um regime popular. Os *pogroms* organizados contra os judeus não contavam com o apoio da população. Diante a, quando não expressava

¹⁵⁹ (Jaspers, 1998a, p. 108; tradução nossa), afirma Jaspers. Além disso, ele quer afastar a ideia de que a culpa faz parte da essência permanente do povo em si. Portanto, diante da mesma questão levantada

transforma, como um todo, como povo, como essência permanente, no povo malvado por excelên ¹⁶⁰ (Jaspers, 1998a, p. 108; tradução nossa).

Portanto, de acordo com Jaspers, uma investigação sobre a culpa alemã confrontada com a culpa dos outros em face do episódio nazista, para ser imparcial e o máximo isenta de sentimentalismos e suspeições, tem de considerar alguns pontos fundamentais. Primeiramente, há que se distinguir a culpa que é atribuída aos outros países e aos cidadãos alemães da culpa advinda dos crimes cometidos pelos nacional-socialistas. De acordo com o esquema das distinções da culpa proposto por Jaspers, aos outros, isto é, aos países que nada fizeram para evitar que o regime se instalasse, é cabível a imputação da culpa política. Por ela, respondem também os cidadãos alemães, conforme demonstrado. Por outro lado, sobre aqueles que cometeram crimes sob a dominação nazista, recai a culpa

159

160

criminal, sejam eles alemães, ou não. Em segundo lugar, Jaspers pondera que o cotejo entre as responsabilidades dos alemães e dos outros pela guerra e pelos fatos que nela se sucederam tem como escopo elucidar a própria culpa, e não extingui-la ou afastá-la. Neste sentido, afirma:

-
se erroneamente neste momento. Pois, nestes últimos doze anos, os demais foram, de fato, em termos gerais, melhores que nós. A verdade universal não pode servir para aplacar a verdade particular e atual da própria culpa.¹⁶¹ (Jaspers, 1998a, p. 109; tradução nossa).

Por fim, ante o cotejo entre as responsabilidades concernentes aos alemães propriamente e as responsabilidades atinentes às nações vencedoras, fica a questão se a culpa, pelo advento daqueles tempos sombrios, é, então, de todos. A resposta de Jaspers é:

Sim, frente às discrepâncias do comportamento político das potências, em que se afirma tratar-se das inexorabilidades próprias da política, há que se responder que esta é uma culpa comum a todos os homens.¹⁶² (Jaspers, 1998a, p. 109; tradução nossa).

Frise-se que essa concepção de Jaspers aponta para uma preocupação com a humanidade a qual, como homens, os alemães compartilham com os demais. Assim, tendo em vista esta preocupação, e não para negar a culpa dos alemães, é

vencedores não fossem homens como nós, mas desinteressados regentes do
¹⁶³, exclama Jaspers (Jaspers, 1998a, p. 109; tradução nossa). Se assim

¹⁶¹ nte en este momento. Pues en estos últimos doce años los demás fueron de hecho, si se considera globalmente, mejores que nosotros. La verdad universal no puede servir para aplanar la verdad

¹⁶² crepancias del comportamiento político de las potencias, se afirma que se trata de las inexorabilidades propias de la política, hay que responder que ésta es una culpa común a

¹⁶³ hombres como nosotros sino

fosse, os vencedores seriam como guias a conduzir os alemães à reparação efetiva pelos males causados sob o regime nazista, à reconstrução da nação devastada e à renovação do pensamento, para que jamais um mal daquela magnitude fosse também com justiça e benevolência e, inclusive, com afeto, contanto que ocorresse somente a

164

(Jaspers, 1998a, p. 110; tradução nossa).

ROS

que nós, mas será que já suportaram as mesmas consequências que nos

¹⁶⁵ (Jaspers, 1998a, p. 110; tradução nossa). Segundo ele, as potências vencedoras não admitiriam ser questionadas, muito menos reprovadas pelos alemães. Mas, nas mãos delas, residia o destino da humanidade. Logo, era legítimo que os alemães manifestassem sua preocupação com o curso da História, até mesmo para ajudar a impedir novos tempos sombrios. Por isso, Jaspers rechaça a postura arrogante dos Aliados:

Vemos com espanto os sentimentos da superioridade moral: quem, frente ao perigo, se sente absolutamente seguro já se encontra a ponto de precipitar-se nele. O destino da Alemanha poderia constituir uma experiência para todos. Oxalá se compreenda essa experiência! Não somos uma raça pior. Em todas as partes, os homens têm propriedades similares. Em todas as partes, há minorias violentas, criminosas, vitalmente capazes de, quando têm oportunidade,

164

afecto, con tal que tuviera lugar sólo la más suave complacencia por parte de los desgraciados y ext

165

¿Cometen tal vez los mismos errores que nosotros, pero sin que hasta ahora se hayan desencadenado las mismas consecuencias que nos condujeron a no

apoderarem-se do regime e procederem com brutalidade.¹⁶⁶
(Jaspers, 1998a, p. 111; tradução nossa).

Ademais, Jaspers sustenta que, com o fim da Segunda Guerra, competia aos vencedores a tarefa de conduzir a humanidade à convivência pacífica e harmônica. O ônus da vitória era, pois, a responsabilidade por erigir uma nova ordem mundial, tendo como foco a preservação e o cuidado da humanidade. Neste e não se rompe a cadeia do mal, os vencedores cairão na
¹⁶⁷ (Jaspers, 1998a, p. 111; tradução nossa). A necessidade de adentrar na esfera de culpa dos outros se justifica, assim, na medida em que ela lança luz sobre a percepção da própria culpa dos alemães, que compartilham com os demais a condição humana. Então, Jaspers afirma:

Se analisarmos nossa própria culpa até suas origens, toparemos, ao final, com o ser humano que, na forma alemã, carrega uma culpabilidade peculiar e espantosa, mas que é, no fim das contas, uma possibilidade ínsita no homem enquanto tal.¹⁶⁸ (Jaspers, 1998a, p. 111; tradução nossa).

Reitere-se que Jaspers, ao imputar às potências vencedoras a responsabilidade pelo curso dos acontecimentos do Pós-Guerra, não está, de forma alguma, querendo eximir os alemães das culpas que lhes cabem. Ao contrário, , os alemães, quiséssemos diminuir nossa culpa reduzindo-a à culpa da humanidade. O pensamento não pode trazer

¹⁶⁶

absolutamente seguro se encuentra ya a punto de precipitarse en él. El destino de Alemania podría constituir una experiencia para todos. ¡Ojalá se comprenda esa experiencia! No somos una raza peor. En todas partes tienen los hombres propiedades similares. En todas partes hay minorías violentas, criminales, vitalmente capaces que, cuando tienen ocasión, se apoderan del régimen y proceden con b

¹⁶⁷

¹⁶⁸

en la forma alemana, arrostra una culpabilidad peculiar y espantosa, pero que es a fin de cuentas

¹⁶⁹ (Jaspers, 1998a, p. 111; tradução nossa). Jaspers sustenta que a culpa alemã deve ser enfrentada sem se apelar para falsas justificativas de quaisquer ordens: moral, política ou mesmo religiosa. Desse modo, para ele:

A questão do pecado original não pode converter-se em um caminho para se furtar à culpa alemã. Mas a confissão religiosa do pecado original tampouco pode converter-se na roupagem para se cobrir uma falsa confissão de culpabilidade alemã coletiva, de tal maneira que passar de uma para outra consiste em uma fraudulenta confusão.¹⁷⁰ (Jaspers, 1998a, p. 111; tradução nossa).

Enfim, Jaspers, ao adentrar no âmbito da responsabilidade dos outros, das potências vencedoras, tem em vista revelar as reações e os comportamentos externos à Alemanha diante do nazismo e do terror sem precedentes por ele perpetrado. Por meio dessa investigação, ele pretende elucidar a culpa alemã propriamente, a fim de se evitar que outros povos se deixem novamente seduzir pelo engodo de um líder e de um regime que acabaram por se mostrar altamente atroz e perversos, com consequências nefastas para a humanidade. Portanto, a elucidação da culpa dos outros e a autoelucidação da culpa alemã convertem-se em esperança, a fim de que o mundo não volte a percorrer os caminhos que levaram ao começado um novo período da História. A partir de agora, são as potências

169

reduciéndola a la culpa de la humanidad. El pensamiento no puede traer consigo un alivio sino una

170

alemana. Saber del pecado original no proporciona aún una percepción de la culpa alemana. Pero la confesión religiosa del pecado original tampoco puede convertirse en el ropaje con que cubrir una falsa confesión de culpabilidad alemana colectiva, de tal manera que la una pase por la otra en una confusión fraudulent

¹⁷¹ (Jaspers, 1998a, p. 112; tradução nossa).

2.5. A autoelucidação dos alemães

Segundo Jaspers, não se podem confundir a autoelucidação de um povo e a autoelucidação de um indivíduo. No entanto, na sua concepção, a primeira

comunicação pode, quando verdadeiro, converter-se na extensa consciência de muitos, tornando-se,

¹⁷² (Jaspers, 1998a, p. 113; tradução nossa). Com isso, ressalte-se, não se estão admitindo categorias coletivas, pois, como demonstrado, trata-se de uma transformação empreendida

que atuam independentemente uns dos

¹⁷³ (Jaspers, 1998a, p. 113; tradução nossa).

Jaspers reconhece que cada alemão pensa a própria *situação* sob o nacional-socialismo de uma forma particular, de modo que não são todos os que, efetivamente, reconhecem a própria culpa. Sentir, ou não, culpa pelo que se sucedeu na Alemanha nazista é uma questão que diz respeito ao indivíduo apenas,

responsabilidade polí ¹⁷⁴, ressalta Jaspers. (1998a, p. 113; tradução nossa).

Ao tratar da autoelucidação dos alemães, Jaspers ressalta que, ao -somente, apontando

171

172

173

174

para um e

¹⁷⁵ (Jaspers, 1998a, p.

113; tradução nossa). Relativamente à autoelucidação individual, de cada alemão, ele observa que, a despeito de uma parcela da população negar a própria culpa, recusando-se a pensar sobre o passado nazista, há aqueles indivíduos dispostos a assumir posição frente aos fatos da Alemanha hitlerista, numa atitude autocrítica e reflexiva.

Exemplos de expressões simples são as seguintes: um investigador

nunca estive satisfeito comigo mesmo; quebrei minha cabeça constantemente pensando se eu deveria passar da resistência passiva contra os nazistas aos fatos. A organização de Hitler era

-
socialismo, necessitamos depois de termos nos inclinado, se bem de uma purificação. Afastamo-nos da hipocrisia dos que creem que, só porque não possuíam o emblema do partido, converteram-se em

entrar no partido, se permiti que me fosse relativamente bom, instalei-me no Estado nazista e tornei-me um beneficiário ainda que o fizesse mantendo uma inimizade interior , não posso reclamar

175

lenguaje, el origen, la situación y el destino me siento solidario.

mediante el

(Jaspers, 1998a, p. 114; tradução nossa).

Por outro lado, os que não se dispõem a aceitar a culpa e a crescer por meio de sua elucidação, valem-se de várias estratégias, que acabam por impedir a sua purificação. Jaspers destaca algumas delas; vejamos.

2.5.1. *Mútuas acusações*

Conforme visto, Jaspers rechaça as generalizações. Para ele, o povo não é uma extensão dos indivíduos que o constituem. As circunstâncias e as idiossincrasias de cada alemão, especialmente com relação à participação no nacional-socialismo, ou à resistência frente a ele, é que podem determinar o tipo e o pontos de partida essencialmente distintos. O único denominador comum é, talvez, a cidadania. Por isso, todos compartilhamos a responsabilidade por termos deixado que ¹⁷⁷ (Jaspers, 1998a, p. 115; tradução nossa). Essas diferenças individuais relativamente aos fatos ocorridos na Alemanha hitlerista permitem que os alemães se acusem uns aos outros. Entretanto, observa Jaspers, tais acusações não levam em conta, verdadeiramente, a situação do acusado, de modo que estão circunscritas à situação do próprio acusador. Portanto, as diferenças essenciais não são efetivamente consideradas. Assim, as acusações

176

vacilado en estos doce años y, sin embargo, nunca he estado satisfecho conmigo mismo; me he roto continuamente la cabeza pensando si debía pasar de la resistencia pasiva frente a los nazis a

también nosotros enemigos del nacionalsocialismo estamos después de habernos inclinado, bien que rabiando, durante años ante necesitados de una purificación. Nos apartamos del fariseísmo de los que creen que el sólo hecho de no haber poseído la insignia del

dejé coaccionar para entrar en el partido, si permití que me fuera relativamente bien, me instale en el Estado nazi y me convertí en un beneficiario aunque lo hiciera manteniendo una enemistad interior, no me puedo quejar si experimento ahora las desve

177

denominador común es tal vez la ciudadanía. Por ello todos compartimos la responsabilidad por haber dejado que se llegara a 1933 sin

mútuas homogeneizam a culpa, dissolvem-na no tecido social. Esta, precisamente, é a consequência nefasta da concepção de culpa coletiva destacada por Jaspers e corroborada por Arendt, conforme demonstrado.

Outra maneira de acusar-se mutuamente é fazer exigências, é questionar e criticar a postura e as escolhas dos demais. Jaspers observa que este é o modo pelo qual os exilados e os não-exilados dirigiam-se uns aos outros, a fim de justificar e valorizar a própria situação em detrimento das circunstâncias alheias. Isto, segundo Jaspers, é mais uma estratégia para eximir-se da própria culpa, para afastar a devida responsabilidade. Nas suas palavras:

Atualmente, um mau exemplo de evasão é proporcionado pela acusação mútua entre os exilados e os que permaneceram em solo alemão, entre os grupos que poderiam ser divididos entre os do exílio exterior e os do exílio interior. Os dois têm seu sofrimento.

O exilado: o mundo linguístico estranho, a saudade da terra. Símbolo disso é o relato do judeu alemão em cujo quarto de Nova Iorque estava colada uma foto de Hitler. Por quê? Somente se lembrando a cada dia do horror que o aguardava em seu país, podia controlar a sua saudade.

Aquele que permaneceu no país: o desamparo, ser um pária em seu próprio país, as ameaças, estar só na necessidade e ser hostilizado por todos, salvo pelos próprios amigos, aos que se podem prejudicar com novo sofrimento próprio.

Mas, dado que se acusam uns aos outros, resta perguntarmos: sentimo-nos bem diante do humor e do tom dos que acusam? Gostamos que essas pessoas se sintam assim? São um modelo? Há algo parecido a um impulso, uma liberdade, um amor neles que possa nos estimular? Se não, então não é verdade o que dizem.¹⁷⁸ (Jaspers, 1998a, pp. 115-16; tradução nossa).

2.5.2. Rebaixamento e orgulho

Outra estratégia de evasão da culpa consiste em fazer confissões falsas de culpabilidade movidas tão-somente por determinantes externos. O indivíduo não sente a própria culpa, no entanto percebe a necessidade de manifestar perante o mundo um arrependimento e um sofrimento pelo que sucedeu na Alemanha nazista. Sendo assim, o ato de revelar a culpa não passa de um estratagema para mascarar a realidade, para simular remorso e compaixão. O que se confessa ao mundo, pois, não é verdadeiro, não é sincero, é apenas protocolar.

Segundo Jaspers:

Tais confissões de culpabilidade falsas porque são ainda instintivas e estão animadas pela necessidade têm em sua manifestação um traço inconfundível: já que se encontram, como as contrárias, alimentadas na mesma pessoa pela mesma vontade de poder, percebe-se como aquele que confessa quer outorgar-se um valor, por meio da confissão, e distinguir-se dos demais. Sua confissão de culpabilidade quer forçar os outros a confessar. Há um traço de agressividade em tais confissões.¹⁷⁹ (Jaspers, 1998a, p. 116; tradução nossa).

Diante disso, Jaspers propugna a necessidade de adotar-se como ponto de partida o indivíduo ao lidarmos com a questão da culpa. Por meio da investigação interior, da elucidação da própria culpa, evitam-se tanto a sua negação

habitación de Nueva York colgaba la imagen de Hitler. ¿Por qué? Sólo acordándose cada día del horror que le aguardaba en su país podía dominar sua añoranza. El que permaneció en el país: el desamparo, el ser un paria en el propio país, las amenazas, el estar solo en la necesidad y ser evitado por todos salvo por los propios amigos, a los que se puede perjudicar con nuevo sufrimiento propio. Pero dado que se acusan los unos a los otros, sólo nos queda preguntarnos: ¿nos sentimos bien a la vista del estado anímico y del tono de los que acusan?, ¿nos gusta que tales personas sientan así?, ¿son un modelo?, ¿hay algo parecido a un impulso, una libertad, un amor en ellos

179

falsas porque son aún instintivas y están animadas por la necesidad tienen en su manifestación un rasgo inconfundible: ya que se encuentran, igual que las contrarias, alimentadas en la misma persona por la misma voluntad de poder, se percibe cómo el que confiesa se quiere otorgar un valor por medio de la confesión y distinguirse ante los demás. Su confesión de culpabilidad quiere forzar a otros a confesar. Hay un rasgo de agresividad en tales

como a confissão irrefletida da mesma ante os outros. Fora isso, ele constata que a tentação de assumir precipitadamente a culpa reside na promessa de benefícios e vantagens que tal ato oferece. Quem confessa deseja, sobretudo, sentir-se melhor, sentir-se aliviado, sentir-se liberto da carga. Não se trata de uma reconciliação efetiva, de uma transformação interior fruto de sincera reflexão. O outro perante o qual se revela comiseração não é levado em conta verdadeiramente, salvo como instância acolhedora dessa pretensa confissão de culpa.

Jaspers também destaca mais um atalho de fuga da culpa: o orgulho

coisas, de aspectos grandiosos e elementos edificantes cheios de sentimento, para proporcionar a ilusão que pos

¹⁸⁰ (Jaspers, 1998a, p. 117;

tradução nossa). Um desses modos consiste em transformar o sentido da necessidade de assumir o que aconteceu. Com isso, procura-se justificar o mal, como se fosse algo inevitável, como se estivesse predestinado no curso da própria História. Logo, sob esse argumento, não há alternativa senão a comiseração pelo que sucedeu na Alemanha sob o jugo nazista. Assim, a obstinação orgulhosa

ual a

¹⁸¹ (Jaspers, 1998a, p. 118; tradução nossa). Então,

em face dela, Jaspers faz a seguinte advertência:

A obstinação disfarçada com a roupagem da piedade confunde aqui o fundamento histórico em que estamos enraizados com o amor, com a totalidade das realidades do passado comum, do qual há muitas coisas que não só não estimamos pelo seu sentido, mas que

180

grandiosos, y elementos edificantes llenos de sentimiento, para proporcionarse la ilusión que

181

rechaçamos como algo que nos é essencialmente estranho.¹⁸²
(Jaspers, 1998a, p. 118; tradução nossa).

Neste aspecto, Elias também destacou a fé dos alemães no seu passado glorioso e edificante como fator determinante para o advento da Era Hitler. Segundo Jaspers, trata-se, pois, de uma lamentável confusão, cujo preço já se mostrou alto demais. O obstinado apego ao passado histórico é uma abertura para a crença equivocada de que todo o mal poderá ser transformado em um bem, pela força criadora de seu povo. Em face disso, Jaspers afirma:

Este é um chamamento tentador que, desde a nefasta filosofia do irracionalismo, convida a entregar-se sem resolução a um -se de -se possível novamente aquela obstinação do mal que tem de conduzir a uma *pecca fortiter*¹⁸³. Ignora-se, então, que na relação com o mal só é possível uma comunidade aparente.¹⁸⁴ (Jaspers, 1998a, p. 118; tradução nossa).

Além dessa, Jaspers também realça outra forma de obstinação orgulhosa: a afirmação estética do nacional-socialismo. Essa postura filosófico-histórica é bem ilustrada pelas seguintes palavras destacadas por Jaspers, escritas

182

quí el fundamento histórico, en el que estamos arraigados con amor, con la totalidad de las realidades del pasado común, del cual hay muchas cosas que no sólo no estimamos en el sentido que tienen, sino que rechazamos como algo que nos es esencialmente ext

¹⁸³ Trata-se de uma expressão utilizada por Martinho Lutero, inserida na carta a Melanchton de 1º Agosto de 1521

constantemente permeada pelo amor. E o amor, segundo Lutero, é perdão. Sendo assim, o homem não precisa temer, pois, mesmo em pecado, ele será perdoado sempre. Então, diz ele ao homem: se estiver em pecado, seja audacioso nele, porque a existência, permeada pelo amor, irá perdoá-lo. Lutero ensinava: "*Pecca fortiter sed crede fortius*

184

entregarse s

que conducir a una *pecca fortiter*. Se ignora entonces que en relación con el mal sólo es posible

¹⁸⁵ (Jaspers, 1998a, p. 119;

tradução nossa). Transcrevemo-las abaixo:

Na primavera de 1932, um filósofo alemão formulou a profecia de que, no prazo de dez anos, o mundo só seria governado politicamente a partir de dois polos: Moscou e Washington; que a Alemanha já não teria sentido entre eles como conceito geopolítico e só existiria como uma potência espiritual. A história alemã, para a qual a derrota de 1918 abria ao mesmo tempo perspectivas de uma maior consolidação, inclusive para a consumação da Grande Alemanha, rebelou-se contra aquela profecia de fato, uma tendência em curso, que reduzia o mundo a dois polos. A história alemã se concentrou, frente a essa tendência mundial, em um esforço único e gigantesco, para chegar a cumprir, a despeito disso, o seu próprio objetivo nacional. Se aquela profecia do filósofo alemão, que concedia para o começo da dominação mundial russo-americana um prazo de apenas dez anos, era correta, então o ritmo precipitado, o aprisionamento e a violência que caracterizaram a tentativa alemã de opor-se a ela representa um acontecimento compreensível: era o ritmo de uma rebelião fascinante e internamente cheia de sentido, mas historicamente já tardia. Temos visto como, nos últimos meses, esse ritmo finalmente se tornou puro frenesi. Um filósofo não tarda a pronunciar um juízo: a história alemã chegou a seu fim, agora começa a era Washington-Moscou. Uma história tão grandiosa e esboçada com tal saudade como a alemã não diz mais que sim e amém a tal conclusão acadêmica. Arde em chamas, precipita-se até seu fim em uma defesa e em um ataque

profundamente inflamados, em um feroz tumulto de fé e ódio.¹⁸⁶
(Apud Jaspers, 1998a, p. 119; tradução nossa).

efêmero sentimento de libertação, incapaz de levar a qualquer transformação, tampouco ao reconhecimento da culpa. Trata-se, na visão de Jaspers, de uma pretensa autojustificação que acaba por revelar uma deliberada distorção dos fatos, em um efetivo escapismo, conforme se observa nos seguintes argumentos por ele
-se contra mim; foi uma superioridade material absurda; a derrota foi honrosa; alimento em meu interior minha fidelidade e meu
¹⁸⁷ (Jaspers, 1998a, p. 120; tradução nossa).

2.5.3. *Distrações evasivas*

Jaspers também destaca a estratégia para evitar o enfrentamento das responsabilidades: distrair-se em particularidades que, a despeito de corretas, não mantêm relação fundamental com a questão da culpa. Neste sentido, são recorrentes as seguintes lamúrias e contestações:

¹⁸⁶

ía de que, en el plazo de diez años, el mundo sólo estaría gobernado políticamente desde dos polos: Moscú y Washington; que Alemania ya no tendría sentido entre ellos como concepto geopolítico y sólo existiría como una potencia espiritual. La historia alemana, para la que la derrota de 1918 abría al mismo tiempo perspectivas de una mayor consolidación, incluso para la consumación de la Gran Alemania, se rebeló contra aquella profecía de hecho una tendencia en curso, que reducía el mundo a dos polos. La historia alemana se concentró, frente a esa tendencia mundial, en un esfuerzo único y gigantesco, para llegar a cumplir no obstante su propio objetivo nacional. Si aquella profecía del filósofo alemán, que concedía al comienzo de la dominación mundial ruso-norteamericana un plazo de sólo diez años, era correcta, entonces el ritmo precipitado, el apresuramiento y la violencia que caracterizaron al intento alemán de oponerse a ella representa un acontecimiento comprensible: era el ritmo de una rebelión fascinante e internamente llena de sentido, pero históricamente ya tardía. Hemos visto cómo en los últimos meses ese ritmo finalmente se trocó en puro frenesí. Un filósofo pronuncia a la ligera el juicio: la historia alemana ha llegado a su fin, ahora comienza la era Washington-Moscú. Una historia tan grandiosa y esbozada con tal anhelo como la alemana no dice sin más sí y amén a tal conclusión académica. Arde en llamas, se precipita hacia su fin en una defensa y en un ataque profundamente enardecidos, en un fi

¹⁸⁷

O terror das bombas foi esquecido? O terror, sob o qual milhões de pessoas perderam suas vidas inocentes, sua saúde e todas as suas queridas propriedades, não deveria ser uma compensação pelos atos que foram cometidos em terra alemã? A miséria dos refugiados, que clama ao céu, não deveria produzir clemência?

Sou de Tirol do Sul¹⁸⁸ e vim jovem, há trinta anos, para a Alemanha. Tomei parte no sofrimento alemão desde o primeiro até o último dia, recebi golpe após golpe, fiz sacrifício após sacrifício; provei até a última gota o amargo cálice e me sinto agora acusada também de algo que eu não cometi de modo algum.

A miséria que caiu sobre todo o povo é tão gigantesca e toma proporções tão inacreditáveis, que não se pode esfregar sal sobre a ferida. O povo tem sofrido, sobretudo os seus membros inocentes, mais do que o exigiria uma justa expiação.¹⁸⁹ (Jaspers, 1998a, p. 120; tradução nossa).

Jaspers não nega a magnitude do infortúnio que recaiu sobre a Alemanha Pós-Segunda Guerra tampouco tira a razão daqueles que se queixam das desgraças sofridas. Entretanto, ele ressalta que os alemães, embora tendo de suportar enormes sofrimentos, são também os maiores responsáveis pelo curso que tomaram os acontecimentos até 1945.

Por isso, o importante para cada um de nós é isto: não queremos sentir-nos tão facilmente inocentes; compadecer-nos de nós mesmos, como se fôssemos vítimas de uma maldição; não esperamos elogios pelo sofrimento, mas vamos nos perguntar e examinarmo-nos inflexivelmente: onde eu senti equivocadamente,

¹⁸⁸ Trata-se de uma província italiana denominada oficialmente Província autônoma de Bolzano. Em alemão, a denominação oficial é *Autonome Provinz Bozen-Südtirol*.

¹⁸⁹ personas perdieron sus vidas inocentes, su salud y todas sus queridas propiedades, una compensación por los actos que han sido cometidos en tierra alemana? ¿No debiera la miseria de los refugiados, que clama al cielo, producir clemencia? Soy sudtirolesa y vine de joven, hace treinta años, a Alemania. He tomado parte en el sufrimiento alemán desde el primer hasta el último día, he recibido golpe tras golpe he hecho sacrificio tras sacrificio, he apurado hasta las heces el amargo cáliz y me siento ahora acusada también por algo que yo no he hecho de ningún modo. La miseria que ha caído sobre todo el pueblo es tan gigantesca y toma una proporciones tan increíbles que no se puede encima echar sal en la llaga. El pueblo ha padecido ya, sobre todo en sus miembros

pensei equivocadamente, agi equivocadamente? Queremos buscar, na medida do possível, a culpa, sobretudo, em nós, e não nas coisas e nos demais. Não queremos evitar o assunto escondendo-nos na penúria. Isso decorre da decisão para uma mudança de rumo.¹⁹⁰ (Jaspers, 1998a, p. 121; tradução nossa).

2.5.4. *Esquivar-se no universal*

Por fim, Jaspers aponta um quarto artifício para evitar a culpa: pôr-se a salvo na alegação de culpa total. Com isso, ele observa que o indivíduo acaba por menosprezar a sua importância como tal, na medida em que se permite ser engolido

Mas já não

¹⁹¹ (Jaspers, 1998a, p. 121; tradução nossa). Jaspers fornece-nos alguns exemplos desta estratégia evasiva com respeito à culpa. Primeiramente, a interpretação global da História abre portas para a expectativa de uma justiça global também. Neste sentido, fala-

¹⁹² (Jaspers, 1998a, p. 122; tradução nossa). Trata-se, segundo Jaspers, de uma atitude em que a condição individual de cada um não é levada a sério.

O indivíduo, ao se esconder por detrás do argumento de que a História segue o seu próprio curso independentemente de sua ação individual, na verdade, outorga-se duas cômodas e convenientes alternativas: (i) se o curso dos acontecimentos vai bem, sente-se um homem melhor ante as conquistas e os

¹⁹⁰ ortante para cada uno de nosotros es esto: no queremos sentirnos tan fácilmente inocentes, compadecernos de nosotros mismos como si fuéramos víctimas de una maldición, no esperamos elogios por el sufrimiento, sino que vamos a preguntarnos, a examinarnos inflexiblemente: ¿donde he sentido equivocadamente, pensado equivocadamente, actuado equivocadamente? queremos buscar en lo posible la culpa sobre todo en nosotros y no en las cosas y en los demás, no queremos eludir el asunto escudándonos en la penuria . Esto se sigue

¹⁹¹

¹⁹²

progressos de toda ordem alcançados; sente-se, pois, legítimo merecedor dos prêmios. Por outro lado, (ii) se a História segue um curso com consequências nefastas para o mundo, este mesmo indivíduo, outrora orgulhoso, não se reconhece como causador do mal perpetrado; dissolve-se, pois, no todo. Sua individualidade submerge no universal e, assim, busca dissipar no geral a sua responsabilidade pelos fatos. Então, neste caso, em que as consequências não lhe agradam, não se sente legítimo merecedor dos castigos, pois a responsabilidade já não mais lhe pertence exclusivamente. Não tem, portanto, culpa. Isto nada mais é do que uma forma de evitar a tarefa humana que incumbe a cada indivíduo: cuidar de si, dos outros e do mundo. Diante disso, Jaspers afirma:

O pensamento de culpa total, assim como de ser envolvido em um contexto de culpa e expiação, converte-se para o indivíduo apesar da verdade metafísica que nele possa residir em uma tentação de evitar aquilo que, unicamente e por completo, constitui assunto seu.¹⁹³ (Jaspers, 1998a, p. 122; tradução nossa).

¹⁹⁴ (Jaspers, 1998a, p. 122; tradução nossa). Segundo ela, não há nada que o homem possa fazer para evitar o fracasso dos fatos e acontecimentos no mundo. Qualquer que seja o caminho percorrido, a estrada conduzirá invariavelmente ao malogro final. Sendo assim, de acordo com essa concepção, os fatos e os acontecimentos no mundo tendem, naturalmente, a um fim trágico. Em vista desse inevitável destino, o mal e o infortúnio não se podem atribuir a ninguém em particular. É da alçada externa do homem. O indivíduo fica, pois, livre de todo o peso, de todo o encargo, de toda a culpa, aponta Jaspers.

¹⁹³ , así como de estar enredado en un contexto de culpa y expiación, se convierte para el individuo a pesar de la verdad metafísica que puede resistir en él en una

Ligado a esta estratégia está um terceiro argumento também ilustrativo da evasão com relação à culpa com apelo ao universal. Trata-se de conceber o próprio infortúnio como uma culpa extensiva a todos. Neste sentido, para aqueles que sustentam tal concepção, a Alemanha é tida como uma vítima da catástrofe de

-se a culpa de todos e a

¹⁹⁵ (Jaspers, 1998a, p. 123; tradução nossa). Jaspers ressalta que esta terceira estratégia implica igualmente a subtração da participação individual no curso dos acontecimentos. Mais uma vez, o homem se nega a assumir a

ers, 1998a, p. 123;

tradução nossa). Diante desta deliberada fuga da realidade e, por conseguinte, das responsabilidades pelos fatos no curso da História, Jaspers afirma que este recurso:

irresponsavelmente uma realização que parta do núcleo do próprio ser do indivíduo. Não é, em última instância, mais que um meio para proporcionar-se, por novas vias, um falso sentimento coletivo do próprio valor.¹⁹⁶ (Jaspers, 1998a, p. 123; tradução nossa).

Por último, um quarto exemplo de evasão da culpa no universal dado por Jaspers consiste em afirmar que o extremo sofrimento dos alemães implica a expiação da culpa, isto é, que o fardo da culpa converte-se em compensação do mal. Há, segundo esta concepção, um paralelismo entre os graus de dor e de culpa, de modo que um serve de contrapeso de outro. Sobre isso, Jaspers analisa:

Aqui reside a alternativa para nós, os alemães: ou bem assumimos a culpa, que não interessa ao resto do mundo, mas que fala desde a nossa consciência e que se converte em um traço fundamental de

¹⁹⁵

¹⁹⁶

que parta del núcleo del ser propio del individuo. No es, en fin, más que un medio para

nossa autoconsciência alemã com o que nossa alma se põe no caminho da transformação ; ou bem caímos na mediocridade do mero viver indiferentemente, com o que já não despertaria em nosso meio nenhum impulso originário, já não se manifestaria nunca mais o que é propriamente ser, já não escutaríamos o sentido transcendental de nossas tão excelsas arte, música e filosofia.¹⁹⁷ (Jaspers, 1998a, p. 123; tradução nossa).

Assim, os alemães, por meio desses argumentos e estratégias para negar a culpa, acabam por se afastar da verdade, da autotransformação, da autodeterminação, da autoelucidação e da desejada reparação pelas atrocidades perpetradas sob o regime nazista.

Com Elias, desvelaram-se as condições de possibilidade do nacional-socialismo, o qual, segundo ele, provocou o colapso da civilização. O assassinato de milhões de seres humanos não resultou de uma ira transitória ou de um acesso de no seio de uma sociedade civilizada e com o consentimento de indivíduos esclarecidos. Como herança desses tempos sombrios: a culpa alemã.

Inspirado pelos Julgamentos de Nuremberg, que levaram para o banco dos réus os principais líderes e colaboradores nazistas, e incitado pelo volume de acusações dirigidas aos alemães ao fim da Guerra, Jaspers dedicou-se à investigação do problema da culpa. Em sua análise, percebeu que as referidas inculpações eram plurissignificativas. A fim de aplacar as generalizações, Jaspers propôs, então, um esquema das diferenciações da culpa em quatro esferas: criminal, política, moral e metafísica. Essas distinções essenciais lançaram luz sobre aspectos fundamentais decorrentes da culpa: o sentido das acusações, das

197

interesa al resto del mundo, pero que habla desde nuestra conciencia, se convierte en un rasgo fundamental de nuestra autoconciencia alemana con lo que nuestra alma se pone en el camino de la transformación ; o bien caemos en la mediocridad del mero vivir indiferentemente, con lo que

condenações, as instâncias julgadoras e as consequências das transgressões cometidas em cada uma dessas esferas. Diante desses esclarecimentos, Jaspers chega à conclusão de que cada alemão, de algum modo, incorreu em, pelo menos, um tipo de culpa em face das atrocidades cometidas no contexto da Alemanha hitlerista.

Portanto, culpa há. Não há nada que se possa fazer para mudar essa realidade. As atenuantes, como demonstrado por Elias e Jaspers, explicam, mas não desculpam o fato de os nazistas terem se negado a dividir a terra com outros seres humanos e de terem levado a cabo tal ideologia em uma sociedade industrial desenvolvida, entre pessoas instruídas. Entretanto, segundo Jaspers, a partir da autoelucidação, decorrente da sincera assunção das responsabilidades devidas, é possível modificar a maneira de os alemães lidarem com a própria culpa. De pedra no encaço, pois, ela converter-se-ia em mola que os impulsionaria a contribuir para o aperfeiçoamento do gênero humano. Vejamos, então, quais as vias cabíveis apontadas para essa *transvaloração* (*Umwertung*¹⁹⁸) da culpa alemã.

¹⁹⁸ *Umwertung* é formado pelo prefixo 'um', que aponta para: queda, retorno, mudança, ir além; e pelo 'wert' a-se de uma expressão cunhada por Nietzsche que apareceu pela primeira vez em sua obra *Além do bem e do mal* (1886). Incorporada ao vocabulário filosófico, passou a exprimir, por meio de um signo, um acontecimento decisivo no âmbito dos valores, acontecimento que é constatado e que precisa ser enfrentado, no sentido de uma *tarefa* que se impõe ao indivíduo.

3. CULPA ALEMÃ: PURIFICAÇÃO, COMUNICAÇÃO E PERDÃO

Jaspers entende *purificação*, antes de tudo, como *ato de reparação*.

interior, as obrigações jurídicas que, assumindo privações próprias, restituam aos

¹⁹⁹ (Jaspers, 1998a, p. 124; tradução nossa). Ele ressalta que tal atitude de reparação dos alemães pressupõe a efetiva *comunicação* entre os homens, em uma *solidariedade da humanidade*²⁰⁰

1998b, p. 123). Neste sentido, para que a reparação seja possível, é necessário não só um ordenamento jurídico equitativo, com justa distribuição das responsabilidades, mas também condições minimamente dignas de vida e de trabalho nas sociedades em reconstrução. Neste sentido, Elias constata:

Mas, ao pensarmos calmamente no assunto, logo se evidencia que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões, se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória, se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam, uma das duas coisas sempre leva a pior. (Elias, 1994, p. 17).

199

jurídicas que, asumiendo privaciones propias, restituyan a los pueblos una parte de lo destruido por

200

de uma filosofia do homem pela sua insistência sobre o fato de que não o Homem falando consigo mesmo no diálogo da solidão, mas os homens falando e comunicando- (Arendt, 2008b, p. 100).

Sendo assim, a tarefa que se impõe aos homens não só aos alemães, mas aos cidadãos do mundo é a de se organizarem como humanidade. Trata-se de uma

nos reencontrarmos, tentamos encontrar homens que possamos respeitar. Tornamo-nos nós mesmos naqueles que amamos. Perdemos-nos naqueles a que nos

É inevitável que a vontade política de reparação resulte paralisada, se as ações políticas dos vencedores destroem aqueles pressupostos. Deste modo, então, não haveria paz na forma de reparação, mas sim, a continuação da guerra na forma de outra aniquilação.²⁰¹ (Jaspers, 1998a, p. 124; tradução nossa).

Por isso, Jaspers sustenta que o ato de reparação implica muito mais que compensar meramente as vítimas pelos danos sofridos em atendimento a uma expectativa ou exigência externa. Trata-se de uma verdadeira transformação interior, de efetiva assunção da culpa e reconhecimento do quanto a ação, ou a inação, individual contribuiu para aqueles tempos tão dramáticos da Era Hitler. Além disso, Jaspers defende que uma reparação, para ser legítima, deve levar em conta duas importantes distinções:

A exigência de ajudar onde há necessidade, sem que importe a maneira, simplesmente porque se está por perto e alguém pede ajuda; e, segundo, a exigência de conceder um direito especial aos deportados, espoliados, saqueados e exilados pelo regime hitlerista.²⁰² (Jaspers, 1998a, p. 124; tradução nossa).

²⁰¹

los vencedores destruyen aquellos presupuestos. Pues entonces no habría paz en la forma de

²⁰²

necesidad, sin que importe la manera, simplemente porque se está cerca y alguien pide ayuda; y, segundo, la exigencia de conceder un derecho especial a los deportados, expoliados, saqueados y

Na sua concepção, os dois argumentos estão plenamente justificados, sendo a motivação o que distingue cada um. Na primeira ocorrência, impera tão-somente a necessidade. É quase que uma automação, com a mínima interferência de ponderações e juízos. Portanto, neste caso, não se sente a culpa verdadeiramente. Na segunda passagem, por outro lado, a *comunicabilidade*²⁰³ é a regente, pois aí a purificação efetivamente alcança a perspectiva do outro, levando em conta a sua situação e suas circunstâncias adversas. Neste caso, há assunção da culpa e reconhecimento da tarefa de reparar o mal praticado. Diante disso, Jaspers afirma:

O esclarecimento da culpa é, ao mesmo tempo, esclarecimento de nossa nova vida e suas possibilidades. Dele, surgem a seriedade e a decisão. Onde isso ocorre, a vida não pode ser simplesmente objeto de um desfrute alegre e ingênuo. [...] A vida, no essencial, só tem uma razão de ser quando é consumida na realização de uma tarefa.²⁰⁴ (Jaspers, 1998a, p. 124; tradução nossa).

Além disso, uma vez que a purificação pressupõe o esclarecimento da culpa, ela acaba por consubstanciar-
só da consciência da culpa surge a consciência da solidariedade e da co-

1998a, p. 126; tradução nossa). Portanto, no seu entendimento:

A liberdade política começa, como na maioria do povo, com o indivíduo se sentindo co-responsável pela política de sua comunidade, não só com sua exigência e crítica, mas, antes, reclamando de si mesmo um olhar para a realidade, e não um atuar movido por essa crença mal empregada na política, em um paraíso na Terra. Se esta crença não se realizou foi devido à má vontade e à

²⁰³ Arendt, a respeito da filosofia da humanidade proposta por Jaspers cujo conceito central é o conceito de *comunicação*

99).

²⁰⁴ esclarecimiento de la culpa es al mismo tiempo esclarecimiento de nuestra vida y sus posibilidades. De él surge la seriedad y la decisión. Donde esto sucede, la vida ya no puede ser al, sólo tiene una

torpeza dos demais. Ele tem de saber, ao contrário, que a política busca o caminho mais prático no mundo concreto, conduzido pelo ideal do ser humano entendido como liberdade.²⁰⁵ (Jaspers, 1998a, p. 126; tradução nossa).

Desse modo, nesta concepção, a liberdade política está estreitamente ligada à purificação que se assenta na assunção de culpa, a partir da qual a autoconsciência vê-

usar uma expressão de Kant²⁰⁶. Com isso, frente aos ataques morais aos alemães, a consciência de culpa possibilita que a reação não seja de contra-ataque, mas de elucidação e transformação interior. É o que nos explica Jaspers:

Ao fazer nossa a consciência de culpa, estamos em condições de suportar com tranquilidade acusações falsas e injustas, pois, com isso, nosso orgulho e obstinação ter-se-ão dissolvido. Aquele que sente de verdade a culpa, experimentando, com isso, a transformação de sua própria consciência de si e as reprovações provenientes das demais pessoas, só é afetado como uma brincadeira de crianças que, em sua inocuidade, já não lhe alcança. Onde a verdadeira consciência de culpa é como um espinho firmemente cravado, a autoconsciência se vê forçada a tomar nova forma. Ao ouvir tais críticas, se vê preocupada com a dissimulação e a ingenuidade daquele que a repreende.²⁰⁷ (Jaspers, 1998a, p. 126; tradução nossa).

²⁰⁵

corresponsable de la política de su comunidad, con que él no sólo exija y critique, sino que, antes bien, reclame de sí mismo mirar la realidad y no actuar movido por esa creencia, mal empleada en la política, en un paraíso terrenal, que si no se ha realizado es debido a la mala voluntad y la torpeza de los demás. Él tiene que saber, al contrario, que la política busca el camino más

²⁰⁶ Vale lembrar que Arendt dedica conferências à *Crítica do Juízo*

Cf. ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant.**

Tradução de: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

²⁰⁷

acusaciones falsas e injustas, pues con ello nuestro orgullo y obstinación se habrán derretido. A quien siente de verdad la culpa, experimentando con ello la transformación de su propia conciencia de sí, los reproches provenientes de las demás personas sólo le afectan como un juego de niños que, en su inocuidad, ya no le alcanza. Donde la verdadera conciencia de culpa es un aguijón firmemente clavado, la autoconciencia se ve forzada a tomar una nueva forma. Al oír tales reproches, se siente antes bien con preocupación que poco afectado se encuentra el que reprocha

Jaspers entende ser tarefa dos alemães disporem-se a ouvir as reprovações e acusações e, posteriormente, refletirem sobre elas. Sendo assim, no lugar de querer afastar tais críticas, melhor é buscá-

nós um c

²⁰⁸,

assevera. (Jaspers, 1998a, p. 127; tradução nossa). Neste sentido, é requerida dos alemães a disposição para receber os reproches e inculpações e, posteriormente, refletirem sobre eles. Desta forma, a purificação, consubstanciada na consciência de culpa, aplaca o desespero e a impaciência e mitiga a tentação de o homem

impulsionada pela prudência interior que sempre compreende o que ainda é possível

²⁰⁹ (Jaspers, 1998a, p. 127; tradução nossa), explica

Jaspers. Então, conclui:

A purificação nos faz livres. O curso das coisas não se encontra encerrado nas mãos de nenhum homem, embora o homem possa chegar incalculavelmente distante na direção de sua existência. Porque a incerteza persiste, assim como a possibilidade de novas e maiores desgraças, visto que a consciência natural da transformação mediante a consciência de culpa não é, de nenhum modo, a recompensa de uma nova felicidade. Por isso, só se nos purificarmos, poderemos chegar a ser livres e a estar dispostos para o que virá. [...] Humildade e moderação é o que, de nossa parte, devemos ter.²¹⁰ (Jaspers, 1998a, p. 127; tradução nossa).

208

209

cuenta movida por la prudencia

210

ningún hombre, aunque el hombre puede llegar incalculablemente lejos en la dirección de su existencia. Porque la incertidumbre persiste, así como la posibilidad de desgracias nuevas y mayores, porque la conciencia natural de la transformación mediante la conciencia de la culpa no es de ningún modo la recompensa de una nueva felicidad, por eso sólo si nos purificamos

Assim, o esclarecimento da culpa, ao possibilitar a purificação, conduz, também, a uma atitude de humildade perante os outros. A transformação interior torna o homem não só consciente de seu papel no mundo e das responsabilidades daí decorrentes, mas o torna consciente da finitude e da imperfeição humanas.

²¹¹ (Jaspers, 1998a, p. 125; tradução nossa).

Por ser um processo de transformação mediante uma ação interior de autoelucidação da própria culpa, a purificação é questão de foro íntimo, é escolha que compete a cada indivíduo em particular. Não há, portanto, regras nem fórmulas
 ninguém e nem
 indicado a outro. Os pensamentos gerais só podem fazer com que o homem esteja atento, talvez despertá-²¹², ressalva Jaspers. (Jaspers, 1998a, p. 125; tradução nossa).

Nesta concepção, embora a purificação seja distinta para cada um, ela conduz, ao final, a um ponto em comum: o amor entre os homens. O amor, neste caso, não deve ser entendido como um sentimento, uma escolha de momento, uma
²¹³ (*enthusiastische Einstellung*); mas como uma *atitude*, uma manifestação sempre atual e atuante de um projeto consciente e livremente levado adiante pelo homem. Nesta perspectiva, amar afigura-se como manifestação de que consiste em não tolerar fazer, pensar ou sentir nada capaz de levar-me ao
 também, ele distancia amor de *compaixão*

²¹¹

interno que no tiene fin, sino que es un continuo llegar a

²¹²

²¹³ Vide Jaspers, 1967, pp. 168-86.

se compadece um sentimento de superioridade, por se encontrar melhor e por

²¹⁴ (Jaspers, 1967, p. 175; tradução nossa). Logo, o amor, baseado na *comunicação*, é uma ação política na esteira da *philia politiké*²¹⁵ aristotélica capaz de fazer frente à violência, à desordem, ao caos, à submissão, ao rebaixamento; à negação da humanidade, enfim. A respeito disso, destacamos uma passagem de Jaspers:

Espanta ver como o homem é violento e obtuso; é surpreendente que os homens tenham chegado à coisa diferente de simples hordas de bandidos. E, contudo, vieram a criar ordens políticas, Estados de direito, comunidades de cidadãos. Para que isso tenha sido possível, não de ter agido poderosas forças de outra origem. (Jaspers, 2006, p. 67).

Pressuposto da efetiva reparação, a *comunicação*, para entrar em atividade e manter-se operando, implica três elementos básicos: responsabilidade, respeito e perdão. Primeiramente, a responsabilidade deve ser entendida como um ato inteiramente voluntário. Conforme Jaspers, um ato movido tão-somente pela necessidade, não implica real assunção da culpa, de forma que não produz efetiva reparação. Ser *responsável (haftbar)*, nesta acepção política, é, pois, uma *atitude* de colocar-se diante do mundo e dos outros sempre em condições de corresponder aos seus chamados. Entretanto, a responsabilidade poderia deteriorar-se facilmente ante a má compreensão dos referidos chamados tal qual ocorreu entre os alemães cuja *Kadavergehorsam*) era requerida pelo próprio Estado, não fosse um segundo componente da *comunicação*: o respeito.

214

²¹⁵ Vide BREA, Gerson. Amizade e comunicação: Aproximações entre Karl Jaspers e Aristóteles. **Revista Archai**, Brasília, n. 03, pp. 69-79, Jul. 2009. Disponível em <<http://archai.unb.br/revista>>. Acesso em: 5 Maio 2011.

Não se pode confundir respeito com medo ou temor reverente. Ele denota, conforme a própria raiz da palavra (*respicere* = olhar com atenção), a capacidade de ver uma pessoa como ela é, ter consciência de sua individualidade. É, pois, igualmente uma *atitude* do indivíduo de manter-se de olhos abertos e sempre atentos às reais necessidades do mundo tanto quanto às suas próprias. Consciente, portanto, das necessidades vitais do outro e de si, o indivíduo reconhece a liberdade e a humanidade dos demais. Dessa forma, passa a agir no mundo de modo a não permitir fazer-se dos homens meios para quaisquer fins. Os mundo. Portanto, sob essa perspectiva, a liberdade política, base da *comunicação*, também pressupõe o respeito.

Por último, o terceiro pressuposto da reparação imbricado na concepção de *comunicação*, nos termos propostos por Jaspers: o perdão. Este é outro aspecto da purificação que não deve permanecer na periferia da consciência do indivíduo, mas tem de penetrar até o seu núcleo. O perdão só é possível quando se transcende a preocupação consigo e vê-se o outro em seus próprios termos. O perdão, portanto, neste contexto de purificação, ante a autoelucidação da culpa, mostra-se fundamental à tarefa de reparar os danos causados à humanidade pelo nacional-socialismo. A *comunicação* entre vencidos e vencedores e, por conseguinte, o respeito mútuo tornam-se inviáveis sem o perdão. Neste caso, não se trata de uma ação que *Entlastung des Anderen*), conforme observado por Arendt. (Apud Nascimento, 2010, p. 90). Não é *Versöhnung*), no sentido de uma acomodação em relação aos fatos. Ao contrário, na concepção arendtiana a qual vem ao encontro da proposta de Jaspers quanto à purificação alemã , o perdão

assenta-

-somos-todos-

no fato de que cada um poderia ter feito o mesmo. E, justamente por isso, o perdão
p. 90).

O nazismo e todas as atrocidades por ele idealizadas e perpetradas aconteceram de fato; não se pode mudar isso. Então, os argumentos sustentados pela maior parte dos alemães de que não sabiam o quê, de fato, se passava nos campos de concentração; que desconheciam os métodos e os propósitos do regime; ou mesmo os argumentos utilizados por alguns dos réus levados a julgamento após o fim da Guerra de que aqueles

dominação nazista. Aqueles tempos sombrios de Jaspers e Elias estão marcados pelo traço da *irreversibilidade*, cunhado por Arendt em *A condição humana*. Diante a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia (008a, p. 248).

Nesta concepção, somente por meio do perdão, é restituída ao homem a possibilidade de ele ser readmitido e realocado no mundo. Com isso, são dadas as condições para ele efetivamente *reparar*, na acepção dada por Jaspers, os males causados. Mais que isso: para ele instaurar no mundo uma nova ordem, um novo *ethos* entre os homens, um novo começo. Assim, por meio do perdão, a *irreversibilidade* dos fatos converte-se em ensinamento, em orientação para os novos tempos. Por essa razão, Arendt assevera:

Se não fôssemos perdoados, eximidos das consequências daquilo que fizemos, nossa capacidade de agir ficaria, por assim dizer, limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos; seríamos

para sempre as vítimas de suas consequências [...]. (Arendt, 2008a, p. 249).

Ademais, para ser possível o perdão, com vistas à efetiva purificação, é necessário o diálogo franco e aberto entre as partes envolvidas: os acusadores, os acusados e as vítimas, cujas vozes foram sumária e cruelmente sufocadas pelos nazistas. Com relação à necessidade de se ouvir os judeus sobreviventes, Alain Finkelkraut, em *A memória vã: do crime contra a humanidade*, é categórico:

seguiram à guerra, não foi, como afirma um chavão melodramático e mentiroso, porque eles não podiam falar, mas porque ninguém queria ouvi-los. Atenção ao *pathos* do inefável! Os sobreviventes da Solução Final não se achavam reduzidos à afasia por uma desgraça inominável, por uma experiência que palavra alguma poderia reproduzir; ao contrário, eles sentiam uma irreprimível necessidade de testemunhar, quando nada, a fim de saldar, através do relato, sua

Simone Veil²¹⁶ com um ódio inato,

(Finkelkraut, 1990, p. 32).

Sendo assim, não basta ao infrator reconhecer e assumir a própria culpa. Necessário também que ele esteja aberto e preparado para ouvir os relatos daqueles contra os quais dirigiram todo o seu ódio. Restituir as vozes às vítimas de outrora é reconhecer-lhes a condição humana, é reintegrá-las à esfera pública de onde jamais poderiam ter sido excluídas. Também as nações vitoriosas devem estar dispostas a falar, visto que responsáveis politicamente, na concepção de Jaspers. Mas, sobretudo, devem estar inclinadas a ouvir o que têm a dizer os demais: tanto as vítimas quanto os alemães.

²¹⁶ Política e jurista francesa de origem judaica que esteve nos campos de concentração. Foi eleita Deputada para o Departamento Europeu em junho de 1989.

Neste sentido, a *pluralidade* é, pois, a condição de possibilidade para a *purificação*. Embora a assunção da culpa seja algo alcançado pela reflexão e pela transformação interior do indivíduo, para que essa autoelucidação tenha repercussão no mundo na forma de *reparação*, o outro surge como necessário.

-em-

-em-

um-com-os- *comunicabilidade*, em que os homens se reconhecem como iguais na medida da humanidade inserta em cada um, a reparação torna-se uma tarefa mobilizada pelos homens entre si. Por meio desse empreendimento *plural*, o homem consciente de sua culpa e disposto a purificar-se ante e com os demais, reergue-se e, com ele, toda a humanidade. Segundo Arendt:

No perdão, como na ação e no discurso, dependemos dos outros, aos quais aparecemos numa forma distinta que nós mesmos somos incapazes de perceber. Encerrados em nós mesmos, jamais seríamos capazes de nos perdoar por algum defeito ou transgressão, pois careceríamos do conhecimento da pessoa em consideração à qual se pode perdoar. (Arendt, 2008a, p. 255).

O perdão, portanto, nesta concepção, torna-se instrumento de um verdadeiro *milagre*

Diante disso, Jaspers, com sua noção de *purificação* e *comunicabilidade*, culminando no perdão, no lugar de rejeitar e camuflar a culpa, ele a abraça. Não em uma atitude de quem assente, mas de quem assume o que lhe cabe e pertence. Então, ele conclama os alemães a tirarem a pedra das costas e a subirem em cima dela. No lugar de um fardo, Jaspers enxerga na culpa um trampolim para contribuir não só para o amadurecimento dos alemães, mas para o

-se

caminho, por meio de uma catástrofe de dimensões nunca vistas, para a construção
(Bessel, 2010, p. 149).

Então, inspiradas pelas reflexões de Jaspers sobre o problema da culpa e compreendidas as condições de possibilidade do nazismo, elucidadas por Elias, quem sabe, a geração alemã atual e as futuras, ao serem indagadas sobre aqueles tempos sombrios, possam responder com certa tranquilidade e paz de

culpa. Transformamo-

²¹⁷ Ao que o interlocutor

Nós

²¹⁸ Portanto, o que houve sirva para que

não se esqueça; para que nunca mais aconteça. Dessa forma, nas palavras de Arendt:

Permanece também a verdade de que todo o fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a

tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est*

disse Agostinho²¹⁹. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós. (Arendt, 2009b, p. 531).

²¹⁷ Vide Elias, 1991, p. 132.

²¹⁸

primeiro passo para a bem-sucedida reconstrução de uma sociedade civilizada e democrática. Mas sel, 2010, p. 206).

²¹⁹ Vide Agostinho, *A cidade de Deus* (Livro XII, capítulo 20).

CONCLUSÃO

A recordação de Hitler e das atrocidades perpetradas pelo nacional-socialismo encontra-se ainda bastante viva entre pessoas de todo o mundo como emblema de algo extremamente sinistro. Os muitos milhões de homens que, por toda a parte, foram implacavelmente perseguidos e brutalmente assassinados não foram esquecidos e, provavelmente, jamais o serão. Essa lembrança traz à tona uma questão central que, até hoje, permanece em aberto: como foi possível que na

homens, mulheres e crianças em escala industrial e com o consentimento de e seis anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ainda tão atordoante e abominável não são meramente os crimes cometidos por seus líderes e colaboradores. Desde os primórdios da civilização, os conflitos e agressões físicas entre homens e grupos humanos permeiam a História. O que, ainda hoje, nos enche de assombro é tanto o planejamento meticuloso, com pretensões racionais e científicas, de uma enorme maquinaria de extermínio humano, quanto e, principalmente, a paralisação e o sufocamento radicais da consciência face ao sofrimento e ao assassinato de seres humanos indefesos. Diante do horror nazista, Finkelkraut decretou:

A espécie humana empobrecera para sempre com a destruição do universo judeu europeu. Ocorrera uma catástrofe cuja natureza irrevogável nenhuma lógica era capaz de apagar ou atenuar. Foi por isso que, em vez de a humanidade seguir seu caminho sem se eternizar diante dos males infligidos aos indivíduos, os próprios

homens decidiram se eternizar diante do mal que o nazismo infligira à humanidade. (Finkelkraut, 1990, p. 43).

Assim, em decorrência desse mal aterrador que se abateu sobre a humanidade, a culpa surge como o grande estigma existencial dos alemães não só para as gerações contemporâneas a Hitler e ao regime nazista, mas, também, para as gerações posteriores a eles.

Elias, diante da possibilidade de autodestruição humana aberta pelo nacional-socialismo, dispôs-se a buscar uma explicação (racional) dos fatos perpetrados pelos nazistas, com o intuito não só de entender o fenômeno em si, mas de impedir que atrocidades da mesma natureza viessem a acontecer no futuro em sociedades organizadas sob as mesmas bases que a Alemanha da Era Hitler. Desse modo, quanto à pergunta central do porquê de uma regressão tão violenta ao barbarismo ter se dado justamente na sociedade alemã, Elias reafirma que a resposta implica compreender o desenvolvimento da Alemanha como sociedade. Em outras palavras, o terror sem precedentes na História, decorrente da ascensão do movimento nazista e seu sistema de crenças, estava estreitamente ligado ao *habitus* daquele povo. Por mais que os representantes do nacional-socialismo fossem indivíduos de carne e osso, Elias destaca que eles eram produto de uma conjuntura social específica. Sendo assim, para além da culpa pessoal dos líderes, colaboradores e carrascos nazistas pelos crimes que cometeram sob o regime então vigente, havia a responsabilidade política de toda uma nação pela produção desses tipos de criminosos e pela assunção de Hitler ao poder.

Assim, com o ensaio *O colapso da civilização*, Elias desvela e analisa um conjunto de fatores históricos que explicam o surgimento do nazismo e o alcance de suas propostas políticas, dentre as quais o plano de aniquilamento das

Entre os elementos determinantes do desenvolvimento da Alemanha, que culminaram com a ascensão ao poder de Hitler e seu regime, Elias destaca: (i) o histórico de discórdias e conflitos da sociedade alemã; (ii) as oscilações constantes na autoestima coletiva do povo alemão; (iii) a

-heróis

(iv) a forte tendência da sociedade alemã à coerção do indivíduo, ante um código de conduta baseado na disciplina e obediência obstinadas; (v) a história de declínio da Alemanha, atrelada à forte disposição dos alemães a orientar-se tendo em vista o passado glorioso do Império; e, por fim, (vi) a crença dos alemães na violência como decisivo instrumento político.

Diante disso, Elias observa que o nacional-socialismo surgiu em um momento histórico da Alemanha muito propício à chegada de um líder carismático e, ao mesmo tempo, autoritário e opressor. De certa forma, os alemães ansiavam pela vinda de um governante que lhes mostrasse força e entusiasmo, a fim de retirá-los do estado de penúria em que viviam por conta de todos os percalços, tais como: a derrota da Primeira Guerra Mundial, com a consequente imposição das severas penalidades dispostas no Tratado de Versalhes para a recém criada República de Weimar; oscilações na economia; hiperinflação; altas taxas de desemprego, dentre outros. Dessa forma, todo este contexto alemão de humilhação e decadência tornou-se um terreno fértil para florescer uma esperança de tempos melhores e, especialmente, um desejo de vingança e ódio por todo o sofrimento sofrido.

Portanto, ainda que inescusável, torna-se compreensível que a vinda de um homem que se dirigia à multidão desolada e abatida como se fosse um Messias, um salvador utilizando uma linguagem acessível à massa e recheada de

fortemente impregnado no imaginário social tenha se instalado no seio de uma sociedade moderna e civilizada, tal qual a Alemanha dos anos 30. No lugar da consciência nacional abatida, Hitler prega a desforra alemã. Assim, vem à tona uma consciência nacional que extrapola a realidade. Essa autoimagem alemã muito exacerbada do valor da própria nação encontrou a sua formação em uma contraimagem de um odioso grupo minoritário: os judeus. De acordo com a crença

ideologias terem se concretizado entre indivíduos civilizados, Elias temia que, dadas as mesmas condições sócio-político-econômicas que possibilitaram o advento de Hitler e do nacional-socialismo ao poder, ainda houvesse a potencialidade de as novas gerações serem seduzidas por mensagens daquele tipo.

Dito isso, diante de todas as barbaridades e truculências que varreram a Europa, a culpa alemã torna-se o símbolo do apoio e do consentimento dos indivíduos à possibilidade da sua autodestruição. É neste sentido que o estudo da culpa alemã adquire relevância política, histórica e filosófica. Ele serve como chamado à reflexão sobre os tempos sombrios pelos quais passaram as civilizações modernas ante as atrocidades sem precedentes cometidas durante a Segunda Guerra sob o jugo nazista. Assim, com amparo nas análises feitas por Elias em torno das características da personalidade, da estrutura social e do comportamento do povo alemão que possibilitaram a ascensão de Hitler ao poder e o Holocausto, o problema da culpa alemã, na sua essência, deve servir como um alerta à civilização

Neste sentido, se forem repetidas aquelas mesmas condições histórico-sociais que

deram base ao nazismo, as civilizações contemporâneas estarão sob a ameaça do *retorno da barbárie*²²⁰.

Tão importante quanto entender como as pessoas mergulharam nos horrores do nazismo e da guerra é compreender como emergiram, como conseguiram superar o passado e lidar com a própria culpa. Jaspers, portanto, entra em cena para auxiliar-nos na compreensão e na elucidação da culpa alemã propriamente. Com o fim da Segunda Guerra, os alemães eram atormentados pelo fantasma do nazismo, sendo bombardeados de acusações de culpabilidade pelos quatro cantos do mundo. Neste contexto de denúncias e revelações das crueldades mais terríveis a que a humanidade já assistiu, Jaspers lançou-se ao desafio de pensar a culpa de seu povo, em sua obra *O problema da culpa*. Ao invés de adotar uma postura de negar a culpa e contra-atacar os acusadores, Jaspers convida seus compatriotas a baixarem as suas guardas e erguerem suas cabeças com vistas a refletir os fatos e os acontecimentos que conduziram os alemães àquele terrível

²²⁰ Este, precisamente, é o tema do filme alemão *A Onda (Die Welle)*, de 2008. Ele é uma adaptação do ensaio *The Third Wave* (), do professor de História Ron Jones, no qual relata sua experiência em uma escola da Califórnia (EUA), ocorrida em 1967, com uma turma do Ensino Médio. O filme tem início com o professor de História Burt Ross explicando aos seus alunos a atmosfera da Alemanha, em 1930, a ascensão de Hitler e o genocídio nazista. A postura dos alunos de afirmarem que as atrocidades de outrora jamais voltariam a ocorrer leva o professor a realizar uma arriscada experiência pedagógica, que consiste em reproduzir em sala de aula alguns clichês do nazismo. Assim, ele propõe à turma: o uso de um *slogan*

cumprimento entre os membros; o uso de uniformes etc. A experiência sai do controle, e os jovens-membros do movimento passam a cometer atos violentos e de vandalismo e a ameaçar fisicamente os outros estudantes da escola. Diante disso, a lição tirada dessa trágica experiência é bem traduzida pelo discurso final proferido pelo professor Ross aos seus alunos:

liberdade pelo luxo de se sentirem superiores. Todos vocês teriam sido bons nazi-fascistas. Certamente iriam vestir uma farda, virar a cabeça e permitir que seus amigos e vizinhos fossem perseguidos e destruídos. O fascismo não é uma coisa que outras pessoas fizeram. Ele está aqui mesmo em todos nós. Vocês perguntam: como que o povo alemão pôde ficar impassível enquanto milhares de inocentes seres humanos eram assassinados? Como alegar que não estavam envolvidos? O que faz um povo renegar sua própria história? Pois é assim que a história se repete.

experiência foi um sucesso. Terão ao menos aprendido que somos responsáveis pelos nossos atos. Vocês devem se interrogar: o que fazer em vez de seguir cegamente um líder? E que pelo resto de suas vidas nunca permitirão que a vontade de um grupo usurpe seus direitos individuais. Como é difícil ter de suportar que tudo isso não passou de uma grande vontade e de um sonho

-onda-2/> Acesso em: 16 Maio
2011).

estado de coisas. Dessa forma, pretendia que suas próprias análises a respeito da culpa pudessem servir para a autorreflexão dos alemães, para que reencontrassem o caminho da dignidade em meio à avalanche de acusações de todo o tipo feitas pelas diversas nações. Assim, tal como Elias, Jaspers almeja que o ocorrido com o povo alemão sirva de exemplo e de aviso para que novos tempos sombrios não se instalem no mundo. Para tanto, na sua concepção, necessário é enfrentar e elucidar a culpa imputada a seu povo.

Então, Jaspers estabelece um esquema das distinções da culpa, a partir do qual se delimitam as esferas de responsabilidade e as instâncias de julgamento. São quatro as esferas em que Jaspers distingue: criminal, política, moral e metafísica. A culpa criminal, segundo Jaspers, está relacionada às ações que infringem a lei, praticadas por indivíduos ou grupo de indivíduos. Poderia ser traduzida pela seguinte ac

culpados pelos crimes que cometeram contra o povo judeu e outros grupos principais representantes do regime foram levados a julgamento em Nuremberg, perante o Tribunal Militar Internacional (TMI).

Preliminarmente, na sua análise sobre aqueles julgamentos, Jaspers rechaça o argumento segundo o qual não se poderiam considerar como criminosos os atos praticados pelos nazistas sob o Estado hitlerista, visto que eram atos

Contudo, para Jaspers, a qualidade criminosa de tais atos remontava à constituição e à fundação da própria civilização, que está alicerçada na proteção e na garantia dos direitos mais fundamentais dos seus membros, dentre os quais o direito à existência e coexistência dos homens. Sendo assim, o caráter criminoso das ações

praticadas por aqueles indivíduos sentados no banco dos réus era anterior às leis do Estado. Dessa forma, uma vez provados que os então acusados efetivamente praticaram os crimes referidos no Estatuto do Tribunal, em qualquer uma de suas categorias (conspiração e atos deliberados de agressão, crimes contra a paz, crimes de guerra e/ou crimes contra a humanidade), seja como autores, seja como partícipes, nada mais justo e esperado do que lhes imputar as penalidades devidas. Eles, portanto, incorreram na culpa criminal.

Jaspers observa que, apesar de ter sido uma minoria que, de fato, cometeu os atos considerados como crimes nos termos dispostos no referido Estatuto, o restante do povo alemão não estava a salvo de todas as condenações perante outras instâncias de julgamento. A culpa ainda estava à espreita. Conforme apontado por Elias, a ascensão de Hitler e do nazismo ao poder contou com o apoio e com o consentimento de grande parte dos alemães que esperavam pela vinda de um salvador. Em vista dessa aquiescência, aos cidadãos alemães, cujo dever de vigilância de seus governantes fora abandonado, deixando abertos os caminhos para que os representantes nazistas praticassem os atos que culminaram no Holocausto, é imputada a culpa política. Esta pode ser explicitada pela acusação:

De fato, diante da desumanidade do Terceiro Reich, a imagem coletiva dos alemães, perante os outros povos e nações, estava manchada. Para Jaspers, essa responsabilidade política imputada aos cidadãos alemães nada tem a ver com a ideia de culpa coletiva. Jaspers nega veemente esta tese, porque, na sua concepção, ela representa um efetivo desculpar, na medida em que dissolve no corpo social a responsabilidade que compete a cada indivíduo especificamente. Arendt corrobora com esta concepç

-91). Portanto, politicamente, cada cidadão é responsável pelo que seus governantes fazem ou deixam de fazer em seu nome. Nisso, precisamente, consiste a culpa política, segundo Jaspers.

Além da condenação política perante as demais nações, cada alemão é chamado a prestar contas perante a própria consciência. Uma vez disposto a refletir e a levar a cabo um exame interior, que abra espaço para o sincero arrependimento, o indivíduo vê-se confrontado com a autoconsciência que lhe acusa de ter-se calado ante o terror perpetrado pelos nazistas. Neste caso, a voz interior condena o indivíduo por sua indiferença e inércia. É a culpa decorrente da passividade; algo que, segundo Jaspers, o indivíduo tem de reconhecer como sua

Jaspers destaca que a apatia ante os sofrimentos e injustiças cometidos sob o regime nazista esteve, em grande medida, relacionada ao anseio de sobreviver dos alemães. Para tanto, sufocaram a consciência e se deixaram próprio *juízo*, que capacita o indivíduo a distinguir o certo do errado e a conduzir-se de forma autônoma. Neste caso, o diálogo interior do qual falava Sócrates, ao qual *eme emauto*), foi sumariamente silenciado, e, assim, o indivíduo se viu na completa solidão, o que, nas palavras de Jaspers, dá-se voz da consciência e restabelece o diálogo do indivíduo consigo próprio. Então, neste diálogo interior, a assunção da culpa moral é inevitável, pois, nas palavras de

Por fim, Jaspers ainda trata da culpa que resulta do prosseguimento da vida mesmo diante das atrocidades cometidas. Em face dela, pode-se erguer a

-se da culpa metafísica. É a culpa que surge quando os laços de solidariedade entre os homens se rompem. Segundo Jaspers, esse vínculo interpessoal que impõe um dever de assistência mútua é quebrado, se crimes e injustiças são cometidos em minha presença e, a despeito disso, continuo a viver. Em vista disso, tem-se a atrofia do que Kant chamou *sensus communis*, isto é,

mínimo que sempre se pode esperar de alguém que pretende o nome
(Kant, 1998, § 40, p. 195).

Portanto, é em face da desconsideração desse senso comunitário, pelo rompimento dos laços de solidariedade entre os homens, que a culpa metafísica alcança cada um dos alemães que continuou a viver depois de ter presenciado o horror nazista. Isso porque, segundo Jaspers, o sentimento de pertencer ao mundo, assim como a consciência da própria existência dependem da companhia dos outros homens, não só daqueles com os quais temos relações estreitas e afetuosas, mas da humanidade como um todo. Neste sentido, é uma situação ainda pior do que metafísica, percebida no curso de uma transformação interior, não apenas exige que o indivíduo busque evitar um mal contra os seus semelhantes só até o ponto em que a própria vida não esteja em risco, mas determina que ele sacrifique a própria vida, mesmo sabendo que a sua morte de nada servirá. Diante disso, segundo Jaspers,

cada alemão cuja vida fora salv

humilha-²²¹ (Jaspers, 1998a, p. 35; tradução nossa).

Ante o esquema de distinções da culpa proposto por Jaspers, o problema do qual aqui se trata será mal compreendido, se for entendido, ainda, como um problema de culpa coletiva. A proposta de Jaspers resulta, diversamente, em um chamamento à tomada de consciência e à assunção das responsabilidades individuais em face do mal perpetrado no seio de uma sociedade civilizada. Neste sentido, refletir sobre a culpa decorrente dos tempos sombrios que assolaram a Alemanha é, pois, segundo Jaspers, não só o caminho para a autopurificação alemã, pela transformação interior dos indivíduos, mas uma via para a reconciliação com o mundo. Ressalte-se que Jaspers, ao apontar a culpa partilhada das potências vitoriosas, não o faz com o intuito de apartar os alemães da própria silenciosamente, a possível imprudência, que tem na política consequências²²² (Jaspers, 1998a, epílogo de 1962, p. 128; tradução nossa).

Diante disso, reconhece-se em Jaspers um notável empenho em encontrar águas límpidas nas quais os alemães possam, a partir do mergulho na consciência individual de cada um, resgatar a dignidade e o respeito entre si e perante o mundo. Assim, Jaspers pretende contribuir para tornar possível uma nova união com as demais nações, na forma de uma união entre homens. A renovação dos alemães devia ter aí o seu ponto de partida. Ademais, ao rechaçar a tese de culpa coletiva, Jaspers entende como instrutivas para as atuais e novas gerações as lições decorrentes do sombrio passado alemão. Destaque-se o fato de que, em

221

222

a impedir, sin hacer ruido, la posible fatuidad,

virtude do seu esquema das distinções de culpa, torna-se muito pouco plausível e aceitável a alegação por parte de qualquer indivíduo em posição de dar ou cumprir que as ações dos Estados acontecem por meio da ação de pessoas humanas, tanto dos dominantes quanto dos colaboradores nos mais diferentes graus. Foi-se o tempo em que se imputava ao Estado a responsabilidade, como se ele fosse um ser sagrado, sobre-humano. Agora, cada um tem de responder pelo que faz e pelo que deixa de fazer.

Os crimes de Estado são sempre e, ao mesmo tempo, crimes de determinados indivíduos. Mas, se considerarmos as culpas moral e metafísica apresentadas por Jaspers, a responsabilidade pessoal não prescreve jamais²²³. Ele não nega a necessidade tampouco a honra em se ordenar e obedecer, mas a virtude cessa onde, em face de crimes e injustiças, deve falar a consciência. Neste sentido, a lealdade nas relações hierárquicas estatais só tem um caráter incondicional até o ponto em que visa ao bem-estar comum e à solidariedade entre habitar o mesmo mundo que nós, porque são uma raça inferior. Matei-

sensus

communis, a *philia politiké* têm de entrar em cena. Trata-se de uma ação política a -se em um *ethos*

²²⁴ (Jaspers, 1998a, p. 131; tradução nossa).

Portanto, da leitura dos textos de Elias e Jaspers, chega-se a uma conclusão central: não se presta à humanidade um bom serviço quando se pretende que os tempos sombrios que se abateram sobre a Terra sob o jugo nazista sejam

²²³ Vide Finkelkraut, 1990.

²²⁴

ethos

esquecidos. Conforme reconhecido por ambos os pensadores alemães, havia entre seu povo, precisamente porque a tentativa de explicá-la era demasiado constrangedora e dolorosa. Ainda hoje o é. No entanto, tanto Elias quanto Jaspers insistem que o caminho a ser percorrido para ser possível a autopurificação dos indivíduos e o resgate da identidade nacional dos alemães é o da reflexão, do repensar, do comunicar, com vistas à efetiva *compreensão*²²⁵ do que ocorreu. Hitler e seus atos nefastos não desapareceriam da lembrança das pessoas pelo simples fato de não mais se falarem deles. Para ambos os pensadores, nada mais perigoso do que o pendor para se evitar a meditação e o juízo crítico pelo encobrimento ou pelo recalçamento da realidade. Só encarando-a de frente, com coragem e, sobretudo humildade e moderação, consoante apontado por Jaspers, estarão os alemães em condições de encontrar o caminho da autopurificação e do perdão.

Enfim, a proposta de Jaspers e Elias é que os alemães saíssem da zona de conforto da não-reflexão e, por conseguinte, da situação de não-assimilação da própria culpa. Com o fim da Segunda Guerra, muitos alemães se valeram dos mais variados argumentos para afastar as responsabilidades que recaíam a cada indivíduo em particular pelos atos cometidos durante o nazismo. Assim, sem se darem conta, eles estavam renunciando à sua própria dignidade enquanto *pessoas*

²²⁵ Arendt, no prefácio de *Origens do totalitarismo* significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e superar conscientemente (Arendt, 2009b, p. 12).

*humanas*²²⁶. Ao negar a própria culpa com argumentos de que não havia alternativa senão cumprir as ordens dos representantes nazistas; ou que não tomaram parte dos atos criminosos cometidos contra outros povos; ou que nada poderiam fazer para evitar aquele estado de coisas; ou que eram apenas mais uma peça na imensa engrenagem do nacional-socialismo, como mais tarde alegaria em sua defesa o temido carrasco nazista Adolf Eichmann perante o Tribunal de Jerusalém²²⁷, os alemães abdicavam da própria *conditio humana*, reduzindo-se a seres *supérfluos*. Em *Origens do totalitarismo*, Arendt afirma:

Apenas uma coisa parece discernível: podemos dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente *supérfluos*. Os que manipulam esse sistema acreditam na própria *superfluidade* tanto quanto na de outros, e os assassinos totalitários são os mais perigosos, porque não se importam se eles próprios estão vivos ou mortos, se jamais viveram ou se nunca nasceram. (Arendt, 2009b, p. 510).

Esse é o cume do mal: a sua *banalização*²²⁸, afirmaria mais tarde em sua análise

²²⁶ Segundo Tomás de Aquino, a *pessoa humana* natureza, a saber, o que subsiste em uma natureza racional. [...] A palavra *pessoa* significa a substância individual de natureza racional. [...] Ora, é grande dignidade subsistir em uma natureza racional. Por isso, dá-entende-se *pessoa humana* como um indivíduo racional (dotado de inteligência) e livre (dotado da capacidade de escolha). Neste sentido, a pessoa humana tem consciência da sua existência e tem a capacidade de autoimputar-se os próprios atos. Ela vive, então, em um permanente estado de autopossessão e autodeterminação de si mesma apreendendo-se como um todo autônomo e

o nome de pessoa por representar o seu papel na sociedade. (Vide Tomás de Aquino. **Suma teológica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003. v. 1, pp. 529-32).

²²⁷ Vide Arendt, 2009a, p. 269.

²²⁸ tamente controlado. Não, mais do que isso: estava completamente ele mesmo. Nada poderia demonstrá-lo mais convincentemente do que a grotesca tolice de suas últimas palavras. Começou dizendo enfaticamente que era um *Gottgläubiger*, expressando assim da maneira comum dos nazistas que senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. *Não as esquecerei* esqueceu-se de que aquele era seu próprio funeral. Foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso da maldade humana nos ensinou a lição da , p. 274; grifos da autora).

sobre o burocrata Eichmann. Neste sentido também, Sereny observa que, por conta da obediência cega e do consentimento, criou-

sem grandes crueldades, especialmente entre os líderes e colaboradores do

Tempos depois, esses soldados, por necessidade própria, isolavam esses horrores nos recessos da mente, nos quais eles abundavam. Isso pode muito bem

Sob essas condições de suspensão da própria humanidade, não é possível o arrependimento e, conseqüentemente, o perdão, porque tanto um quanto outro só são cabíveis entre homens. Portanto, para eliminar dos atos atrozes e bárbaros a desculpa de obediência, de serviço ao Estado e de ignorância dos fatos, e para restituir a qualidade de pessoas humanas aos alemães, mostra-se válido e premente o chamamento de Jaspers e Elias à reflexão. Por meio desse repensar interior e dessa interlocução com os outros, em uma efetiva ação política de abertura ao mundo, esses dois alemães buscaram reconduzir seus conterrâneos à condição humana, os quais pela assunção da própria culpa, tornaram-se habilitados ao arrependimento e ao perdão.

Assim, o sentido e o alcance tanto ontológico quanto político da elucidação da culpa, a partir de uma sincera disposição ao dialogar (interno: com a própria consciência, e externo: com os outros) está em restabelecer entre o homem e as suas ações e escolhas o vínculo desfeito pela máquina nazista; e em lembrar, tratando as *engrenagens*

Kadavergehorsam) aos governantes e às leis não desculpa e não exonera nenhum dirigente, nenhum funcionário, nenhum colaborador, nenhum espectador de sua responsabilidade como indivíduo. Esta é, a

nosso ver, a lição maior que fica para as gerações presentes e futuras daqueles tempos sombrios de Jaspers e Elias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Tradução de: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008a.

_____. **As origens do totalitarismo**. Tradução de: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

_____. Karl Jaspers: cidadão do mundo? In: **Homens em tempos sombrios**. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b, pp. 90-104.

_____. Responsabilidade pessoal sobre a ditadura. In: **Responsabilidade e julgamento**. Tradução de: Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 79-111.

_____. **Verdade e Política**
1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e Técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3 ed. Tradução de: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**: da guerra à paz. Tradução de: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BREA, Gerson. Amor e perdão: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. In: NASCIMENTO, Paulo (org); BREA, Gerson (org.); MIROSLAV, Milovic (org.). **Filosofia ou política?** Diálogos com Hannah Arendt. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 85-92.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. 7 ed. Tradução de: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**: considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra. Tradução de: Manuel Loureiro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. O colapso da civilização. In: **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 267-355.

FINKIELKRAUT, Alain. **A memória vã**: do crime contra a humanidade. Tradução de:

HEIDEGGER, Martin. **A Autoafirmação da universidade alemã.** (*Fribourg, 1933*). Tradução de: Alexandre Franco Sá. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

_____. **Já só um Deus nos pode ainda salvar.** Tradução de: Irene Borges Duarte. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

_____. **Ser e Tempo.** 5 ed. Tradução de: Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.** 2 ed. tradução de: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JASPERS, Karl. **El problema de la culpa: sobre la responsabilidad política de Alemania.** 1ª ed. Tradução de: Román Gutiérrez Cuartango. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998a.

_____. **Inicição Filosófica.** 9 ed. Tradução de: Manuela Pinto dos Santos. Coleção Filosofia & Ensaios. Lisboa: Guimarães Editores, 1998b.

_____. **Introdução ao Pensamento Filosófico.** 17 ed. Tradução de: Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Psicología de las concepciones del mundo.** Tradução de: Mariano Marín Casero. Madri: Editorial Gredos, 1967.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo.** Tradução de: António Marques e Valério Rohden. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 (Série Universitária Clássicos de Filosofia).

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **O julgamento de Nuremberg e o de Eichmann em Jerusalém: o cinema como fonte, prova documental e estratégia pedagógica.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann_nuremberg_israel.pdf>. Acesso em: 14 Abril 2011.

SERENY, Gitta. **O trauma alemão: experiências e reflexões, 1938-2000.** Tradução de: Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WISTRICH, Robert S. **Hitler e o Holocausto.** Tradução de: José Roberto O'Shea. São Paulo: Objetiva, 2002.